

Número:39/2006



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

CLAUDIA LEVY

**Gestão e Usos do Território: Conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque
Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Geociências.

Orientador: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes Luchiari

CAMPINAS - SÃO PAULO

Agosto – 2006

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Unicamp

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

L579g	<p>Levy, Claudia</p> <p>Gestão e usos do território : conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil / Claudia Levy. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.</p> <p>Orientador: Maria Tereza Duarte Paes Luchiari. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.</p> <p>1. Parques - Brasil. 2. Geografia humana. 1. Parques nacionais. 4. Patrimônio. 5. Turismo. I. Luchiari, Maria Tereza Duarte Paes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.</p>
-------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Título e subtítulo em inglês: Territory uses and management : conflicts and social-spatial practices.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Parks - Brazil, Human geography, Parks, National, Heritage, Tourism.

Área de Concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Titulação: Mestre em Geografia.

Banca examinadora: Maria Tereza Duarte Paes Luchiari, Emília Pietrafesa de Godoi, Sueli Angelo Furlan.

Data da Defesa: 22-08-2006.

Programa de Pós-Graduação em Geografia.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

CLAUDIA LEVY

Gestão e Usos do Território: Conflitos e práticas sócio-espaciais
no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil

Orientador: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes Luchiari

Aprovada em: ____/____/____

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes Luchiari _____ - presidente

Prof. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi _____

Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan _____

Campinas, 22 de agosto de 2006.

Dedico àqueles que, no simples viver,
encontram a felicidade .

Uma perspectiva do Assentamento Lagoa - Novo-Zabelê



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Sou agradecida a meu pai e amigo, Carlos Emílio Levy, e à Adriana Morales, por me apoiarem no crescimento profissional e espiritual, por acreditarem em mim e se envolverem nas aventuras desta minha vida intinerante, pelo amor construído nas dificuldades e no aprendizado dos verdadeiros valores de nossas vidas. É com o carinho de um pai sempre presente nos pensamentos que caminho nas trilhas desta vida que nos prova que família é um exercício do viver. À mãe sendo aquela que enxerga, além das formas, o verdadeiro valor.

Agradeço a Gustavo Dias pelo companheirismo e carinho de um relacionamento que está se construindo nas bases de uma linda amizade. À sua família que me acolheu com tanto carinho e graça: Mari, Branca, Pedro.

Agradeço pelo apoio de minha orientadora Tereza Luchiari em apresentar-me não só os rumos da Geografia, mas a paciência de uma profissional que frente aos seus próprios desafios não deixou de apoiar a superação dos meus.

Durante a pesquisa de campo muitos foram aqueles que contribuíram. Tentarei listar, admitindo que neste esforço muitos não serão nomeados, apesar de lembrados. Niéde Guidon, Marcelo Afonso, Fátima Souza, Francisco Dias, Vânia Sanchez, Gisele Felice, Ceiça, Waltercio, Ramana, Zé Weliton, Cesario.

SUMÁRIO

Introdução e pressupostos metodológicos	01
Parte I. Verticalidades e horizontalidades nos usos do território	11
1: Usos do território: processos e possibilidades	12
Do território ao território usado	14
Da natureza à sociedade patrimonial	29
2: A questão ambiental refletida na normatização do território	37
Conflitos na gestão e usos do patrimônio natural das Unidades de Conservação	46
Entre a Interlocação e os Conflitos: Os Instrumentos da Gestão	57
3. Turismo: realidade ou proposição	67
A complexidade do turismo na eleição e tecnificação do território	75
Parte II. Conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil	87
4. Os usos pretéritos e as novas territorialidades	88
A dinâmica sócio-espacial: o domínio do semi-árido e as caatingas	99
A Reserva da Biosfera da Caatinga	108
O rural em processo	116
5. Mapeamento dos conflitos: a preservação do patrimônio, o uso turístico e a organização sócio-espacial no Parque Nacional da Serra da Capivara	120
O trabalho da gestão do Parque na Zona de Amortecimento	131
Caça: atividade de subsistência, econômica e/ou cultural?	139
6. Conflitos locais: a pesquisa empírica nos municípios e povoados	143
Municípios e povoados	147
São Raimundo Nonato	147
Município de João Costa: Povoados de São João Vermelho, Cambraia e Vila de Santo Inácio	155
Município de Brejo do Piauí: Povoados de Angical e Alegre	159
Município de Coronel José Dias: Povoados do Sítio do Mocó e Barreirinho	163
Conclusão	173
Bibliografia	178

Lista de quadros

Quadro I. Municípios e principais povoados onde foi realizada a pesquisa	06
Quadro 1.1 Dados Gerais dos Municípios que compõem o Parque Nacional da Serra da Capivara	27
Quadro 4.1 Critérios Técnicos para a nova delimitação do Semi-árido Brasileiro	104
Quadro 4.2 Densidade Demográfica em termos comparativos	112

Lista de figuras

Figura I Limites do PNSC, área afetada por município e localização dos povoados onde foi realizada a pesquisa	07
Figura 1.1 Lavagem nos caldeirões - povoado Sítio do Mocó	19
Figura 1.2 Semi-árido	25
Figura 1.3 Paisagem do Parque Nacional da Serra da Capivara	25
Figura 1.4. Localização do Parque Nacional da Serra da Capivara	27
Figura 1.5 Pinturas rupestres: Conservação e recursos	35
Figura 2.1 Limites do PNSC com o povoado do Sítio do Mocó	41
Figura 2.2 Os limites do Parque Nacional da Serra da Capivara	41
Figura 2.3 Placa financiamento internacional	55
Figura 2.4 Passarela Turística – Baixão da Pedra Furada	55
Figura 2.5 O trabalho das mulheres nas guaritas do PNSC	59
Figura 2.6 Patrimônio Natural	65
Figura 3.1 Camping da Pedra Furada	71
Figura 3.2 Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo	76
Figura 3.3 Exemplo da expressão cultural remanescente na área do PNSC	83
Figura 4.1 Escritório do IPHAN em São Raimundo Nonato	91
Figura 4.2 Pinturas rupestres e trabalho de conservação dos sítios no PNSC	91
Figura 4.3 Queimada para a venda de carvão e limites do PNSC ao fundo e morador do Assentamento Novo-Zabelê na sua histórica luta com a aridez da região	101
Figura 4.4 Nova delimitação do semi-árido	105
Figura 4.5 Domínio das Caatingas: Estratégias de Conservação	109
Figura 5.1. Zoneamento do Parque Nacional da Serra da Capivara	129
Figura 5.2. Guaritas, bases de apoio e trilhas	129
Figura 5.3 NAC Capelinha	133
Figura 5.4 NAC Alegre	133
Figura 5.5 NAC Barreirinho	133
Figura 5.6 NAC Sítio do Mocó	133
Figura 5.7 Cerâmica	133
Figura 6.1 Povoado Barreirinho	145
Figura 6.2 Cultivo nos baixões	145

Figura 6.3 Cemitério do Zabelê	153
Figura 6.4 Abastecimento no Assentamento	153
Figura 6.5 Retirada de madeira para venda de carvão no Assentamento Lagoa-Novo Zabelê	153
Figura 6.6 Os Limites do Parque no Município de João Costa	155
Figura 6.7 Localização dos povoados	161
Figura 6.8 Panorama do povoado Alegre	161
Figura 6.9 Título de Propriedade de Angical e Alegre	161
Figura 6.10 Localização dos povoados do Sítio do Mocó e Barreirinho	167
Figura 6.11 Paisagem do Sítio do Mocó – vista do Cruzeiro	167
Figura 6.12 Casa de ex-morador do PNSC	171

Lista de Siglas Utilizadas

COEP	Rede Nacional de Mobilização Social
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUMDHAM	Fundação Museu do Homem Americano
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARJ	Instituto Antropológico do Rio de Janeiro
IUCN	World Conservation Union - União Internacional para a Conservação da Natureza
MaB	Man and Biosphere - O Homem e a Biosfera
MTur	Ministério do Turismo
NACs	Núcleo de Apoio à Comunidade
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNSC	Parque Nacional Serra da Capivara
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR - NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SRN	São Raimundo Nonato
UCs	Unidades de Conservação
ZA	Zona de Amortecimento



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

CLAUDIA LEVY

Gestão e Usos do Território: Conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil

RESUMO

Claudia Levy

A sociedade moderna organiza o espaço a fim de articular alternativas de desenvolvimento por meio da valorização cultural e da conservação dos recursos naturais. O espaço é então segmentado elegendo áreas de reserva, muitas vezes sobrepostas às territorialidades locais. Estas próteses territoriais inscrevem-se sobre as práticas sócio-espaciais, normatizando e restringindo os usos do território construídos historicamente por estas populações rurais, ou incorrendo na expropriação de suas bases materiais e simbólicas. Por outro lado, alternativas de gestão deste território trazem projetos para um certo desenvolvimento. O presente estudo traz estas questões na análise dos processos de institucionalização do Parque Nacional da Serra da Capivara (Piauí, Brasil), onde pesquisas científicas demonstram a importância dos registros históricos encontrados em sítios de pinturas rupestres e evidências arqueológicas. Aliada à proposta de conservação da biodiversidade da caatinga, a gestão deste território de reserva encontra, nas atividades relacionadas ao turismo uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e social daquela região. Tendo como referência estas considerações, a pesquisa foi idealizada de maneira a trazer a perspectiva das horizontalidades e das verticalidades acerca dos conflitos que envolvem usos e gestão deste território.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

CLAUDIA LEVY

Territory Uses and Management: Conflicts and social-spatial practices in the Serra da Capivara National Park, Piauí State, Brazil

ABSTRACT

Claudia Levy

The modern society organizes the space in order to articulate alternatives of development through cultural valorization and natural resources conservation. The space is then segmented electing reserve areas, which are, many times superposed to local territorialities. These territorial prosthesis are inscribed over social-spatial practices, norming and restricting the uses of the territory historically constructed by these rural populations, or incurring on the expropriation of its material and symbolic basis. In another hand, management alternatives of the territory bring up projects for a certain development. The present study bring these questions through the analysis of the institucionalization processes of the Serra da Capivara National Park (Piauí, Brasil), where scientific researches show the importance of the historical registers found on rupestres sites and archeological evidences. Allied to the caatinga's biodiversity conservation proposal, the management of this reserve territory finds, on the activities related to tourism, a tool for the social and economic development of that region. As a reference of these considerations, the research was idealized in order to bring up the perspectives of the horizontalities and verticalities concerning the conflicts that involves uses and management of this territory.

Apresentação

Sou graduada em turismo pela Faculdade SENAC de Turismo e Hotelaria de Águas de São Pedro, em 2002, tendo trabalhado nesta área logo após a graduação, inicialmente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo e em seguida no estabelecimento e diretoria de projetos da Indústrias Criativas Ltda, uma empresa do então Ministro do Turismo – Caio Luiz de Carvalho - que atua na área de consultoria e projetos. A experiência profissional, aliada a outros interesses de pesquisa, despertou a necessidade de uma especialização acadêmica e, mais do que isso, a possibilidade de aprofundar a análise em um tema que, desde a graduação venho observando e me apaixonando.

No início de 2002 participei, junto a uma equipe de biólogos da USP sob orientação do Prof. Hussam, do levantamento de fauna para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra das Confusões no Piauí. Nesta ocasião tive a oportunidade de conhecer as atividades e possibilidades turísticas do Parque Nacional da Serra da Capivara¹, considerado modelo em infra-estrutura turística. Também observei os conflitos e dificuldades de sua gestão, indagando-me se aquele processo repetiria-se nas Confusões e nos demais Parques em fase de institucionalização. Estas questões ficaram latentes até a época que dediquei à produção de monografia para o curso de especialização *Latu sensu* em Economia do Turismo na FIPE/USP em 2004. Sob o título *Gestão e Desenvolvimento Local Integrado: A Preservação do patrimônio e a inclusão das comunidades tradicionais na região dos Parques Nacionais da Serra da Capivara e Serra das Confusões – PI*, este trabalho classificou-se na edição de 2005 do Prêmio da FGV/EMBRATUR. Desligando-me do mercado de trabalho, dediquei-me ao estudo destas questões, concorrendo a uma vaga no programa de mestrado da Unicamp, e enquanto isso, imergi na experiência de *Turismo de Base Comunitária* conduzida pela gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso entre novembro de 2004 e março de 2005.

Iniciado o programa de mestrado na Unicamp, vi a necessidade de tentar compreender não só as questões relativas ao tema proposto, com disciplinas da pós-

¹os referidos Parques são vizinhos, interligados por um suposto corredor ecológico.

graduação que exigiram um arcabouço teórico que não tinha, mas que me empenhei em suprir, como também de cursar disciplinas da graduação em Geografia. A fim de dar conta da problemática de meu projeto de pesquisa alguns recortes foram fundamentais, tal como limitar o estudo ao Parque Nacional da Serra da Capivara, e não ao Mosaico de Unidades de Conservação do Piauí, que inclui a Serra das Confusões e o corredor ecológico tal como constava na proposta inicial.

O primeiro ano do curso de mestrado foi dedicado às disciplinas² sendo que já nos trabalhos de conclusão destas procurei sempre direcionar à análise de meu objeto de pesquisa. No terceiro semestre do curso (1º semestre de 2006) dediquei-me à pesquisa de campo - empreendida nos meses de janeiro e fevereiro de 2006. O período final foi dirigido às etapas de compilação de dados, aprofundamento da literatura, redação e correção do presente projeto.

Diante dos resultados e da observação de muitas perspectivas de continuidade dos estudos, cria-se a possibilidade de aprofundamento nas questões elucidadas com a presente pesquisa. Neste intuito darei continuidade na especialização *strictu sensu* por meio da oportunidade oferecida pelo DAAD - Deutscher Akademischer Austauschdienst - Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, e pelo programa SPRING - Spatial Planning for Regions in Growing Economies –, da Universidade de Dortmund na Alemanha, que deverá iniciar no mês de setembro deste ano.

² Disciplinas do programa da pós-graduação cursadas no ano de 2005: 1 sem - Introdução a Legislação Ambiental; Dinâmica Migratória e Mudança Ambiental; Antropologia das Populações Rurais; 2 sem - Ambiente, Cultura e Sociedade; Turismo, Sociedade e Território; Seminários

Introdução e pressupostos metodológicos

A iminência do esgotamento dos recursos naturais, evidente ao longo dos rios que serviram de suporte ao desenvolvimento urbano, e no desmatamento das florestas - em decorrência da especulação imobiliária, do avanço das fronteiras desenvolvimentistas, do cultivo e da criação - desperta os interesses e atenções sócio-políticos mundiais. Em acordos, convenções e assinatura de tratados internacionais, os governos se comprometem a preservar fragmentos de sua biodiversidade. Neste contexto, que alia princípios ambientalistas a um complexo aparato burocrático, são criadas as Unidades de Conservação - UC.

Nas últimas décadas, tanto o movimento ambientalista quanto sua atuação na legislação brasileira avançaram muito no que diz respeito à criação de categorias destas reservas naturais. Não negligenciamos o fato de que o debate contemporâneo já incorpora o envolvimento das populações “atingidas por unidades de conservação” e a sua participação na gestão por meio dos Conselhos Consultivos. Ocorre, no entanto, que perdura a categoria dos Parques Nacionais e a rigidez de sua normatização, a exemplo do modelo de zoneamento destas áreas. Considerando, então, junto a este fato, as particularidades da gestão de cada Unidade, que imprime aos processos seu personalismo, retomamos o debate sobre os Parques Nacionais sustentando ainda a validade da crítica a um primeiro modelo de conservacionismo para a realidade contemporânea.

A criação de áreas destinadas à conservação da natureza atende à demanda global pela preservação dos recursos. Signatário de diversas convenções, o governo brasileiro, por meio do Ministério do Meio Ambiente – MMA, tem como meta a proteção de 10% de cada área de domínio fitogeográfico por unidades de conservação de proteção integral regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, sistema legislativo este que representa uma conquista quanto às modalidades e possibilidades de gestão das áreas naturais protegidas, no que concerne à consideração do “uso sustentável” nessas áreas. De acordo com o SNUC, as unidades de conservação estão divididas em dois grupos de proteção, compostos por diferentes

categorias de manejo: Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional¹; Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre; e Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral é definida no SNUC, pela: "*manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais*". Desta maneira, a gestão destas áreas tem como prioridade, no tocante à sua institucionalização, a regularização da situação fundiária e, portanto, a desapropriação das populações habitantes. A partir disso, estas se vêem envolvidas em processos que as desapropriam de práticas materiais e simbólicas relacionadas a um meio de vida rural². Atraídas pela possibilidade do reassentamento em áreas mais próximas das facilidades do meio urbano, iludem-se pelas promessas do processo indenizatório, enquanto se vêem marginalizadas nos centros urbanos.

As Unidades de Conservação de Proteção Integral são a materialização formal do que Diegues (1994) denomina de "*mito moderno da natureza intocada*", já que objetivam a conservação de uma certa natureza, que, embora gerida por homens, acredita-se possível sem a interferência humana. O processo a configura enquanto um mito (Diegues, 1994), historicamente localizado e socialmente produzido pelo poder das verticalidades, ecoando nos alicerces dos processos sócio-espaciais vividos nas horizontalidades. Situado nessa categoria, na qualidade de Parque Nacional, nosso objeto de pesquisa encara a problemática trazida por esse modelo. Neste ponto assiste-se à internacionalização dos parâmetros de criação e normatização do território. Trataremos do patrimônio natural – e, com isso, dos questionamentos culturais aí implicados – encerrados nos Parques Nacionais, utilizando como material de estudo o

¹ Categoria reconhecida e normatizada de acordo com modelo norte americano. (Diegues, 1994).

² O SNUC (2000) declara, em seu Art. 49 que a área de uma Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral, onde inserem-se os parques nacionais, é considerada zona rural, portanto trazemos a referência à estudos sobre populações rurais (Cavalcanti, Castro, Godoi, Wanderley).

Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no sudeste do Estado do Piauí, Brasil. Isso, já que,

“a relação entre os caracteres naturais, socioculturais e históricos – apropriados como atributos nacionais na criação dos parques – revelam de fato contextos locais; representações e referências culturais locais, de populações específicas.

(...)

São os sertanejos, camponeses e pescadores – memória de um povo – as referências culturais que dão sentido ao patrimônio natural materializado nos parques nacionais” (D’Antona, 2001:86-94).

O Parque Nacional da Serra da Capivara - PNSC foi inscrito na lista do Patrimônio Mundial da Unesco em dezembro de 1991, e tombado como Patrimônio Nacional pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - em setembro de 1993, devido à importância arqueológica reconhecida em seus sítios de pinturas rupestres. Oficializada pela UNESCO em 1972, a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, no Brasil, foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 74, de 30 de junho de 1977 e promulgada através do Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977. Esse documento internacional tem a finalidade de garantir a proteção de obras e áreas de grande interesse cultural e natural para a humanidade por meio de uma seleção *“feita pelas nações signatárias, garantida a soberania sobre esses bens”* (MMA/PNAP, 2006). Os Sítios do Patrimônio Mundial Natural são títulos atribuídos a áreas protegidas que atendam aos critérios estabelecidos pela Convenção. A internacionalização destes territórios por meio de sua incorporação à lista da Unesco, abre a possibilidade de integrar as Reservas da Biosfera, e desta forma, renovar a postura quanto à administração das áreas tombadas.

Este contexto, dos avanços no debate sobre a gestão do território de preservação, traz à luz as possibilidades e exemplos de administração dos conflitos, mas traz também a necessidade de avaliação dos processos já instituídos. O presente estudo, esforça-se em articular o *lócus* da coleta de dados e as discussões travadas no campo da organização espacial. A referência baseia-se ainda na origem do modelo

destas áreas naturais protegidas, especialmente no trabalho de Diegues (1994) - mesmo que este debate já tenha evoluído, não só em teoria mas em práticas, como já apontado anteriormente.

O recorte da pesquisa definiu-se pelos conflitos decorrentes da institucionalização do Parque Nacional da Serra da Capivara. Esta problemática foi observada num primeiro contato com sua realidade no ano de 2002 e acompanhada tanto por meio da mídia quanto com o contato de profissionais atuantes na área e com a gestora do PNSC. Para os procedimentos de campo optou-se por ter como universo os quatro municípios em que se encontram os limites do Parque. A dificuldade deu-se na busca por dados, principalmente nos povoados mais distantes do município de São Raimundo Nonato. A freqüente referência a este se deve ao fato de ser a capital da microrregião e a sede das principais instituições pesquisadas. Em nenhum estudo consultado nas bibliotecas da USP, UNICAMP, UFPE ou FUMDHAM³ encontramos a análise que ora empreendemos, ou seja, que trate dos povoados de toda a área do Parque e não somente de uma região privilegiada em acesso e informação.

Em caráter qualitativo, a pesquisa de campo realizada entre os dias 21 de janeiro e 23 de fevereiro de 2006 teve uma base diversificada e combinada em que pesaram as entrevistas e observações utilizando um caderno de campo, gravador e máquina fotográfica digitais. O acesso à biblioteca particular de outros pesquisadores⁴ que se estabeleceram em São Raimundo Nonato, foram fundamentais para uma pesquisa bibliográfica mais específica de teses e dissertações, assim como de estudos produzidos que tiveram como objeto de análise as questões relacionadas ao PNSC⁵. Importante também ao conhecimento das questões locais foi a participação em reuniões e eventos durante a viagem de campo.

³ a FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano é co-gestora do Parque Nacional da Serra da Capivara e em sua sede encontra-se uma rica biblioteca.

⁴ Aproveito para agradecer a Ramana, Vânia, Fátima, Marcelo e Gisele pelo apoio e disponibilidade de materiais à pesquisa.

⁵ Alguns destes: CASTRO, Sadia Gonçalves de. *Os caçadores da Serra da Capivara e a face cruel da Educação Ambiental*. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2004; DOCTV. *Capivara*. Ministério da Cultura – Secretaria do Audiovisual, 2005; FUMDHAM – diversos; GODÓI, Emília Pietrafesa de. – diversos; MORAES, Maria Dione de Carvalho de. *Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 2000

De acordo com as oportunidades apresentadas durante a viagem, e com os contatos pré-estabelecidos, foram entrevistados, formal ou informalmente, representantes de instituições locais, da sociedade civil, pesquisadores e moradores dos povoados. As entrevistas tiveram como objetivo maior compreender como eram as relações daquelas pessoas com o território e os recursos hoje encerrados nos limites do PNSC e quais as mudanças que este trouxe, tanto nas relações como no modo de vida destas pessoas. Todas as entrevistas transcritas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados. As relações com as instituições gestoras do Parque também foram analisadas.

As entrevistas realizadas com a diretora-presidente da FUMDHAM – Fundação Museu do Homem Americano, entidade co-gestora do Parque Nacional da Serra da Capivara -, Niéde Guidon, foram realizadas no início da pesquisa de campo, dia 23 de janeiro de 2006 e no encerramento desta fase da pesquisa, dia 22 de fevereiro de 2006. Por representarem a perspectiva de instituições públicas, tanto Niéde como Cristiane Bucu têm sua identidade revelada em suas falas. Esta última é funcionária da FUMDHAM desde 1992, atualmente administradora e professora do Pró-arte – um programa de educação e arte da FUMDHAM em São Raimundo Nonato – e exerce o cargo de Diretora do Escritório Técnico da 19ª. Secretaria Regional Nacional do IPHAN em São Raimundo Nonato.

Os procedimentos de campo foram sincronizados com a realização das atividades das instituições locais, IBAMA, IPHAN e FUMDHAM. Junto à rotina de seus funcionários foi possível percorrer a área de entorno em uma série de incursões, em diversas finalidades administrativas. Devido a este fato, freqüentemente foi necessário dissociar a imagem da pesquisadora do envolvimento com qualquer instituição local para os habitantes dos povoados. Procurou-se também estabelecer contato com guias turísticos, fiscais, e outros profissionais que têm suas atividades diretamente relacionadas ao Parque, e por meio destes chegar às populações que residem em seu interior ou área de entorno. No caderno de campo foi registrado o itinerário cumprido a cada dia e a amostra dos dados coletados, assim como reflexões que ajudaram na compreensão de todos os dados.

A pesquisa procurou, em sua amostra, abarcar principalmente os sujeitos locais, na seguinte perspectiva:

Institucional: Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM; Escritório local do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Escritório Técnico de São Raimundo Nonato da 19ª Secretaria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Cáritas - Diocese de São Raimundo Nonato, EMBRAPA meio-norte.

Sociedade Civil: Considerando que os limites do Parque Nacional estão inseridos em quatro municípios, e que alguns povoados⁶ estão dentro da área do Parque ou de seu entorno, foram realizadas entrevistas com representantes da sociedade civil dos municípios em que se encontram os limites do PNSC e os principais povoados⁷ relacionados no Quadro I e representados na Figura I.

Quadro I. Municípios e principais povoados onde foi realizada a pesquisa

São Raimundo Nonato	Assentamento Lagoa- Novo Zabelê ⁸
João Costa	São João Vermelho, Cambraia e vila de Santo Inácio
Coronel José Dias	Sítio do Mocó e Barreirinho
Brejo do Piauí	Angical e Alegre ⁹

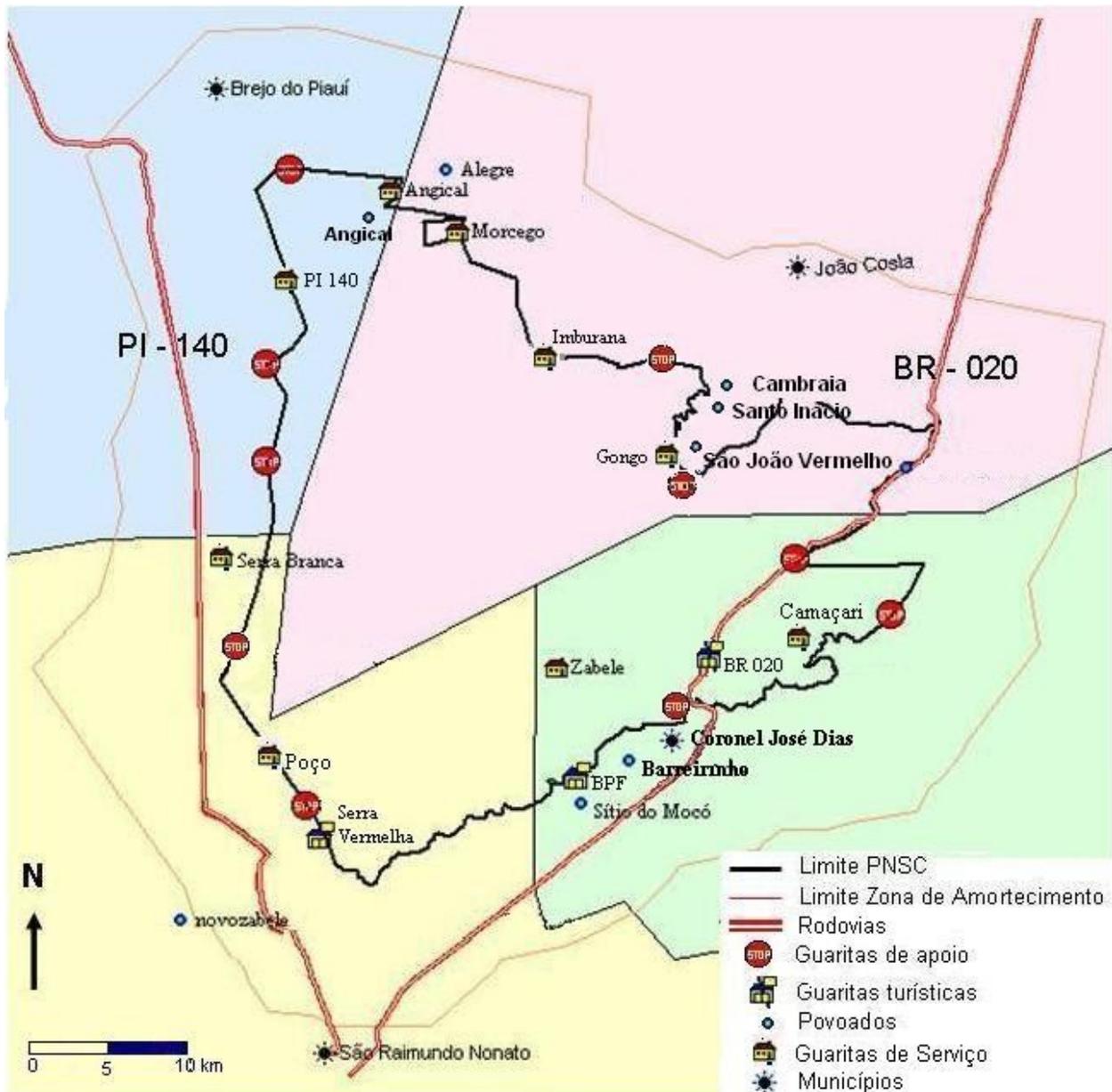
⁶Optamos pelo termo povoado já que é desta forma que os municípios identificam aqueles habitantes, tal como justifica Pessis “(...) baseado nos costumes da população e na identificação municipal. Não há concentração de moradias, localidade apenas povoada” (1998:106).

⁷Muitos dos povoados possuem apenas algumas poucas moradias e são contíguos uns aos outros, portanto é possível que tenhamos abordado um número maior de povoados do que os identificados em nossa amostra.

⁸Como será explicado, o Zabelê era um povoado localizado dentro da área do Parque e hoje parte de sua população está na cidade de São Raimundo Nonato e possuem terras no Assentamento Novo Zabelê.

⁹O povoado de Alegre está localizado nos limites do município de João Costa mas os dados da pesquisa de campo nos orientou a associá-lo ao povoado de Angical, este localizado ainda dentro dos limites do município de Brejo do Piauí, como melhor detalhado no capítulo sexto.

Figura I Limites do PNSC, área afetada por município e localização dos povoados onde foi realizada a pesquisa



Fonte: AFONSO, Marcelo. IBAMA: São Raimundo Nonato, 2006 -Adaptado

As entrevistas nos povoados tiveram caráter aberto e foram norteadas pelo questionamento sobre a influência da institucionalização do Parque e da gestão em sua organização espacial e modo de vida. As questões norteadoras podem ser encontradas

no ANEXO I. A divisão por municípios e então por povoados foi seguida também na apresentação dos dados, no capítulo sexto. Optou-se por este formato como forma de situar a influência da gestão nas dinâmicas sócio-espaciais específicas – entendendo que estas se constroem aí principalmente por meio dos interesses de normatização do território e dos instrumentos de intervenção¹⁰.

Cerca de 30 pessoas foram entrevistadas formalmente nos povoados e tais entrevistas gravadas e transcritas, num total de cerca de 15 horas gravadas. Algumas das entrevistas foram em grupos, pois à medida que as pessoas escutavam o assunto iam se aproximando e se envolvendo no debate. Muitas informações foram coletadas também de maneira informal, nas conversas durante uma distribuição de peixe apreendido pelo IBAMA, numa carona com os guardas, na convivência com os funcionários do IPHAN, do IBAMA e da FUMDHAM. Optou-se pela referência aos entrevistados (com as duas exceções já mencionadas) por meio de nome fictícios e sua idade aproximada e, quando necessária a referência ao povoado. O quadro no ANEXO II traz a relação destes informantes e o local das entrevistas.

O esforço é o de empreender não um estudo que restrinja sua contribuição baseando-se nos procedimentos de amostragem, mas um que permita uma visão do Parque na complexidade dos processos sócio-espaciais particulares e em sua abrangência para a compreensão do fenômeno de patrimonialização do espaço. Adotamos como questão central da geografia e, portanto, da pesquisa, "*saber como e porque se dão as relações entre a sociedade como ator e o território como agido e, ao contrário, entre território como ator e sociedade como objeto de ação*" (Santos *et al*, 2000:13). Neste sentido coloca-se a criação do PNSC que, inserido no contexto do movimento ambiental de preservação da natureza, legitima a conservação de sítios arqueológicos e de pinturas rupestres, ao mesmo tempo em que disputa um lugar de reconhecimento na histórica saga científica em torno da origem do Homem Americano.

As questões acerca do território nos são de fundamental importância – reflexão que trazemos por meio do primeiro capítulo, que procura definir os conceitos seus usos. O segundo capítulo traz a questão ambiental refletida na normatização do

¹⁰ NACs, emprego dos moradores nas atividades do Parque, etc.

território, numa apresentação que, se num primeiro momento parece obsoleta, mostra-se bastante atual na realidade de nosso objeto de pesquisa. O turismo, abordado no terceiro capítulo, ganha em nosso trabalho uma importante posição não enquanto um processo consolidado, mas pela centralidade que ocupa no planejamento das atividades da FUMDHAM e pela capacidade de mobilização dos interesses de investimento do capital internacional na região. Mais do que isso, a importância desse debate se dá no momento em que pode ser vislumbrada uma diferente conjuntura de organização do espaço que pode vir a ser definida pela direção dos processos de sua construção.

O quarto capítulo deste trabalho pretende introduzir a dinâmica sócio-espacial destas populações rurais que integram nosso objeto de pesquisa com respaldo numa breve revisão bibliográfica que nos inicia nestas questões. Este capítulo apresenta também um levantamento realizado sobre a institucionalização da seca e suas delimitações territoriais que são sobrepostas aos domínios das caatingas. O quinto capítulo traz o processo de criação do PNSC, assim como sua perspectiva acerca da política de administração do território e de seus instrumentos de gestão. Finalmente o capítulo sexto, dividido de acordo com os municípios que integram o PNSC e então pelos núcleos populacionais mais atingidos, é uma tentativa de trazer à luz os olhares e perspectivas sobre os conflitos que se desenvolvem a partir de uma ação vertical de patrimonialização da natureza e da cultura e, sobre o sentido em que este processo se deu no PNSC. Esta prótese espacial, ao demarcar seus limites num movimento expansivo, ignora aqueles que já são antes territorialidades de homens produtores de cultura e proprietários não apenas de terra, mas de memória.

Diante disso, a geografia contemporânea busca responder ao questionamento acerca dos múltiplos usos do território, sobre os conflitos e as práticas sócio-espaciais decorrentes da organização horizontal e vertical do espaço, na busca de atender às questões ambientais. É este cenário que a presente pesquisa se atém, ressaltando os processos originados com o aumento do ritmo da exploração dos recursos naturais; contexto que traz à tona a necessidade da regulamentação do uso e, com isso, a pressão em nível supranacional acerca da delimitação de territórios de reserva.

Parte I.

Verticalidades e horizontalidades nos usos do território

Capítulo 1. Usos do território: processos e possibilidades

No complexo contexto de uma economia globalizada e de uma cultura em vias de mundialização, o processo de valoração de uma certa natureza se define no âmbito cultural. Para Castro (2000:173) os problemas ambientais resultantes do processo de mundialização “*exigem a criação de dimensões coletivas do direito capazes de defender ao mesmo tempo a biosfera e os interesses dos cidadãos em seu conjunto*”. Novos valores são atribuídos aos recursos naturais, sobrepondo-se a outros de fraca representação política, culminando com a patrimonialização de fragmentos do espaço eleitos por este processo. A natureza passa à categoria de uma convenção produzida pela cultura (Serrano, 1997:12-15) na qual as sociedades dominantes, no interesse de patrimonializar certos espaços, logram a sujeição de outras perspectivas e valores em torno dos territórios por meio da afirmação das técnicas de gestão e uso.

Como ferramentas estratégicas na organização do espaço são definidos os diferentes usos do território, regidos por leis e decretos federais e ainda por diretrizes firmadas em acordos internacionais. Nestes últimos insere-se, dentre outros, o comprometimento do Brasil na conservação da natureza e na definição de áreas de proteção ambiental. A dificuldade em implementar e gerir essas áreas dá-se justamente por serem delineadas sobre territórios pré-existentes, breve ou longamente habitados, produzindo um cenário de conflitos entre a patrimonialização da natureza e da cultura, e a dinâmica dos processos sociais pré-existentes a esta normatização do território.

A hibridez da *natureza do espaço*, em suas materialidades (artificiais e naturais) e intencionalidades (Santos,1997), tem na geografia uma ampla gama de opções de estudo deste campo de conflitos, ao mesmo tempo em que vem a ser o estudo das possibilidades de convivência destes interesses:

“A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história” (Santos et al 2000:03).

No entanto, é mister que se defina um caminho metodológico para que se possa abranger o objeto de estudo, sem nos perdermos nos caminhos das variáveis envolvidas. Neste sentido, encontramos a *análise da estrutura interna* sugerida por Santos (1997). Nela, o autor sugere que tenhamos como ponto de partida as diversas articulações que regem sua existência, funcionamento e estrutura geral, para relacionarmos a complexidade do fenômeno estudado com outros fenômenos e sua totalidade. Desta maneira a pesquisa permite reconstruir a fração da realidade em sua manifestação sistêmica (Santos, 1997: 71).

O método do presente estudo constitui-se no esforço de periodização da manifestação da realidade a partir de seus nexos de natureza política, econômica e cultural dos processos horizontais e verticais (Santos e Silveira, 2001:12), aos quais denominamos *recortes*. Desta maneira o espaço geográfico é analisado a partir das escalas e dos recortes.

“O que temos são processos com suas dimensões escalares, quase sempre transescalares” (Vainer, 2002:24).

A escala é, reconhecidamente, o conceito principal na descrição da organização hierárquica do nosso mundo. Muitos problemas ambientais requerem o entendimento de como esses processos operam nas diferentes escalas e como se inter-relacionam (Marceau, 1999). A interpretação dos processos pode ser facilitada pela análise nas suas dimensões escalares e pela busca das suas inter-relações.

A presente pesquisa estuda o processo de verticalização do Parque Nacional da Serra da Capivara, PNSC - que tem como dado oficial seu Decreto de criação de 1979 -, e o campo de conflitos decorrente deste, tanto nos nexos verticais quanto nos horizontais. No entanto, não é possível dissociarmos a criação da área de proteção ambiental do histórico de produção sócio-espacial deste território.

Quando efetivamente implementada, a normatização do território – que define, por exemplo, áreas com a função de reserva da biodiversidade – materializa, além de uma síntese de interesses técnicos e políticos concernentes à questão ambiental, uma gama de outros de natureza supranacional. O decreto de um Parque Nacional é

politicamente orientado pelos grupos sociais hegemônicos, afetando indiretamente uma área geográfica muito maior do que aquela definida por sua localização,

“O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (Santos, 1997: 22).

Desta maneira, categorias analíticas permitem fragmentar a realidade para em seguida reconstituí-la, a fim de *“apreender a marca da sociedade sobre a natureza e as relações existentes antes, durante e depois dessa metamorfose”* (Santos, 1997: 57). Por sua vez, a concepção geográfica de espaço permite que, em sua análise, consideremos as inter-relações entre atividades e propriedades espaciais, onde indivíduos e grupos interagem e fazem acordos (Sack, 1980: 23-24), trazendo a escala do global ao local. É, portanto, no espaço, ou nos processos de *formação sócio-espacial*, que está focada a idéia central desta pesquisa, considerando que *“a percepção individual do espaço e de seus componentes está condicionada por fatores culturais”* (Santos, 1997: 52),

Do território ao território usado

Segundo Sack (1980), o princípio da noção de território se dá a partir da definição de áreas de influências naturais, a exemplo dos territórios animais. O autor argumenta como essa dimensão do conceito também é, em certa medida, incorporado pelo comportamento humano a fim de delimitar e controlar ações nesse meio. Já sob caráter especificamente político e cuja ocupação pressupõe a geração de raízes e a identidade pela qual uma determinada sociedade é reconhecida, o território assume ares de nação *“no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto”* (Souza, 2000: 84).

O debate sobre a noção de território sempre esteve presente na geografia. No entanto, do século passado à atualidade, tanto a expressão quanto o uso do conceito

têm sido revistos. Não cabe aqui esta tarefa de revisão histórica do conceito, ao qual muitos autores contemporâneos têm se dedicado. Entretanto, trataremos desta reflexão conceitual como mais uma ferramenta na identificação das relações em nosso estudo.

Na noção híbrida de espaço geográfico temos o pano de fundo de nossa análise, onde concebemos o território a partir “*do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural*” (Haesbaert, 2004:79). De acordo com Souza (2000:96): “*Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social*”. No âmbito desta disputa de influências sobre os territórios, são definidas as intervenções objetivas sobre os mesmos, assim como as mudanças subjetivas dos valores e dos usos.

Geiger afirma que o espaço geográfico contém em si o território, termo este que, de acordo com o autor, “*refere-se também à relação abstrata de poder (...) e corresponde, pois, a um nível de produção social de espaço*” (Geiger, 1998:233 - 238). Diante disso temos, como já afirmava Sack (1980:22), que uma delimitação constitui-se em território somente quando seus limites são usados para afetar o comportamento por meio do controle ao acesso. Nos termos de Andrade (1998), o espaço transforma-se em território a partir do exercício da gestão, entendida como uma forma instrumental de poder, processado por meio de uma instituição. Para o autor, tanto a categoria território, como as territorialidades têm caráter temporário, já que são relacionadas a processos sociais, que, por sua vez, são dinâmicos (Andrade, 1998:214-220).

As recentes publicações têm mostrado a importância das questões relativas ao controle, ordenamento e gestão do espaço - que abarcam as chamadas questões ambientais -, ao analisar o conceito de território. Uma resposta trazida por ambientalistas, à eminência do esgotamento dos recursos naturais, foi a estratégia de preservação da biodiversidade por meio da eleição de territórios ao isolamento. Estas porções formam ilhas de preservação que rompem com a complexa interação tempo-espaço destes territórios e com a “*concepção de espaço como um híbrido entre*

sociedade e natureza, entre política, economia e cultura e entre materialidade e 'idealidade'” (Haesbaert, 2004:79).

A escala do *território*, freqüentemente utilizada para análise da dinâmica política e econômica, num complexo de poder social delimitado por fronteiras materiais ou simbólicas, constitui objeto de planejamento e normatização nas escalas político-administrativas. Milton Santos traz a sofisticação do conceito de território, definindo-o em frações funcionais articuladas por fluxos (atividades, populações e herança espacial) em resposta a demandas que vão do local ao mundial (Santos 1997: 72). Tratado numa relação dialética, “*o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado*” (Santos, 1998:16).

Nesta perspectiva, vemos o território reservado à proteção ambiental como uma forma, objeto do ordenamento do espaço geográfico e que é, ao mesmo tempo, um espaço habitado. Esse complexo de relações sociais passa a sofrer a dialética da preservação ambiental frente à utilização dos recursos para sua reprodução cultural, em decorrência da intervenção normativa dos poderes econômicos e políticos sobre a organização do espaço.

Santos (2000) define o espaço geográfico como sinônimo de *território usado*, “*resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas*”, uma perspectiva que “*permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial*” (Santos et al, 2000:2). Sem negligenciar a necessidade de periodização, de acordo como os diferentes usos ou momentos históricos, já que objeto das ciências sociais, o *território usado* é a categoria de análise eleita:

“(…) o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o ‘território utilizado’ (...) a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (Santos, 1998:15; 2001: 247).

O *território usado* constitui-se na complexidade de relações complementares e conflitantes, convidando a pensá-lo por meio de seus processos, as relações estabelecidas entre o lugar e o mundo, e sua formação sócio-espacial (Santos *et al*, 2000:3). A partir da categoria analítica do *território usado*, nortearmos este estudo, onde seus elementos - os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico, e as infra-estruturas - serão analisados por meio das relações de poder que os definem e assim configuram a formação sócio-espacial, atribuindo ao território seu caráter fluido. É neste sentido que se observa a criação do PNSC, como uma prótese inserida no território, instituindo um processo de normatização que, por meio de sua postura de gestão, instaurou o choque entre os usos do território.

A interdependência universal dos lugares define esta nova realidade do território (Santos, 1998: 15). O lugar, por sua vez, é a referência de um ponto geográfico que “*está sempre mudando de significação, graças ao movimento social*” (Santos, 1997: 02).

“O território (transnacionalizado) se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos e novos localismos” (Santos, 1998:19).

O arranjo singular dos lugares é dado pela combinação dos atores hegemônicos e hegemonzados, atores estes que possuem diferentes poderes de comando, de acordo com a multiplicidade de ações que os envolve (Santos *et al*, 2000:12). Para Geiger esses *arranjos singulares* ou as *diferenças dos lugares* é ao mesmo tempo explicitada e homogeneizada pelas altas velocidades que a tecnologia imprime. Ao mesmo movimento homogeneizante da globalização - por meio de suas forças econômicas, das instituições políticas e da sociedade civil -, o autor atribui a alteração de significado do Estado e das fronteiras “*que dão sentido aos conceitos de espacialização e des-territorialização*” (Geiger, 1998:245). A homogeneização do território é dada pela técnica, por meio de intervenções no *espaço geográfico*, ou melhor, no *território usado*, definindo sua gestão; esta, por sua vez é entendida como uma forma instrumental de poder processado por meio de uma instituição.

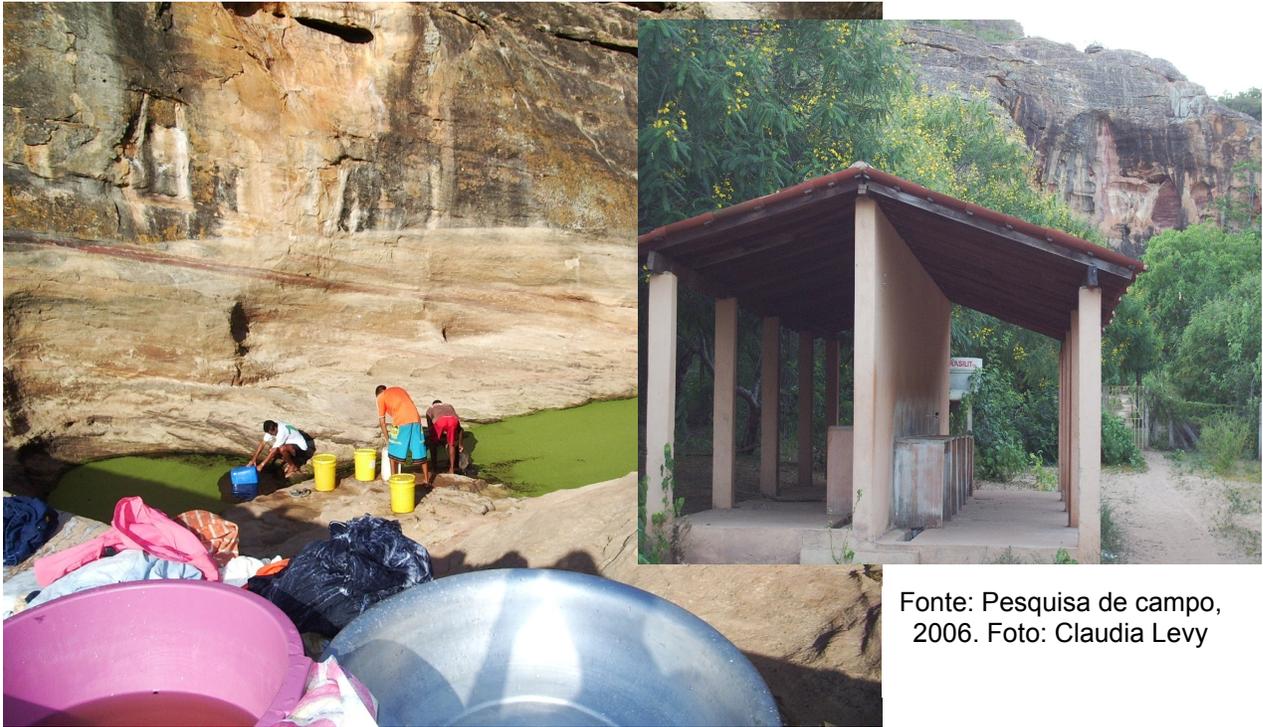
Embora contemple as questões pertinentes ao seu funcionamento operacional, o instrumento técnico de gestão do PNSC, seu Plano de Manejo, foi elaborado de maneira a se adequar a um delineamento mais político do que técnico – como atesta, entre outras coisas, a própria maneira como foi redefinido o traçado do Parque. A gestão do território, que define usos e reservas, vem atender às necessidades dos atores hegemônicos, às organizações sem-fronteiras do mercado e portanto, da reserva de recursos deste mesmo mercado.

“(...) quando o território, unidade de gestão, se expande pelo espaço não conquistado, cria novas formas de territorialidade que dialeticamente provocam novas formas de desterritorialidade e dá origem a novas territorialidades” (Andrade, 1998:220).

Como será contextualizado no próximo capítulo, a criação do PNSC implicou, para os moradores daquela área, a definição de novos limites e portanto a refuncionalização dos antigos espaços, influenciando não só no acesso a estes como também seu significado. A criação vertical de territórios, ao estabelecer novas relações de poder, negligencia o conteúdo histórico-social dos lugares (Haesbaert, 2004: 80). A fluidez própria do lugar articula-se em forma de resistência aos movimentos institucionalizados pela organização vertical de delimitação de fronteiras e de relações de poder estranhas ao lugar, o que estabelece um campo de conflitos de valores. Apesar da infra-estrutura construída pela administração do Parque, com a finalidade de delimitar os territórios e os usos, as populações residentes nestas áreas persistem nas práticas. Temos como exemplo a lavagem de roupas e coleta de água nos caldeirões¹¹ junto ao povoado do Sítio do Mocó, o que deixa ociosa a lavanderia comunitária construída pela FUMDHAM, como ilustra a Figura 1.1.

¹¹Reservatórios naturais de água

Figura 1.1 Lavagem nos caldeirões – povoado Sítio do Mocó



Fonte: Pesquisa de campo, 2006. Foto: Claudia Levy

“Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade

(...)

enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade” (Haesbaert, 2004: 82).

Este campo é o foco de nossa análise uma vez que entendemos o território em seu caráter dinâmico dos fluxos sociais no espaço temporal. Os processos históricos do uso do território definem suas territorialidades. Para Raffestin (1993: 160), a territorialidade pode ser definida como um *“conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo”* e que *“está em crise porque há uma profunda crise nas relações”* (Raffestin, 1993:175).

Em sua *concepção social do espaço* Sack (1980) defende que as organizações sociais são comumente territoriais, onde a territorialidade não pode ser reduzida a um local e extensão no espaço, mas como afirmação de uma organização - ou de um indivíduo em nome de uma dada organização, de que uma área do espaço geográfico

esteja sob influência ou controle. A institucionalização social desta organização, em forma de direitos de propriedade, configura-se nos *territórios políticos* (Sack, 1980: 62). O autor afirma ainda que as relações espaciais e as territorialidades de fatos sociais envolvem distintas percepções do espaço (Sack, 1980: 168), que por sua vez configuram os conflitos sociais das territorialidades. Para Sack (1986), é no poder velado das decisões verticais e políticas que se dá a eleição dos territórios. De acordo com o autor, a territorialidade humana supõe controle sobre uma área ou espaço: uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas.

Vemos na sociedade contemporânea esta estratégia utilizada por meio da normatização do território, que visa restringir seu uso, a exemplo das áreas naturais protegidas. O autor questiona as condições e motivos do emprego da territorialidade onde assume que termos como a soberania, propriedade e jurisdição são tentativas, mas não completam sua representação. Na concepção de Sack a territorialidade encontra-se intimamente ligada em como a população faz uso da terra, como se organizam no espaço e como significam o lugar. Por ser construída socialmente, a territorialidade relaciona-se ao uso histórico do espaço e depende de “*quem está controlando quem e por que*”. A territorialidade é uma noção que funciona como chave geográfica ao entendimento de como a sociedade e o espaço estão inter-relacionados, mesmo porque é uma expressão primária de poder social. Nas palavras do autor temos sua definição:

“the attempt by an individual or group to affect, influence or control people, phenomena and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area” (Sack, 1986: 19).

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, subjetivamente, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas, um sentimento de pertencimento, de referencial. Para Andrade, a expressão *territorialidades* pode ser encarada tanto como “*o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território*” (Andrade, 1998: 214).

No exercício de análise do território, ou melhor, do uso do território, e, portanto também das territorialidades a ele relacionadas, recorreremos aos recortes conceituais que nos servem de ferramentas analíticas, por meio das diversas articulações que regem sua existência, seu funcionamento e sua estrutura. Considerando que qualquer intervenção precede de informação que a justifique, temos a informação como o instrumento de união e de poder no acontecer do território, e ainda como ferramenta que define o funcionamento deste a partir de suas formas conceituais: as horizontalidades e as verticalidades e ainda as territorialidades em que estas influenciam.

Temos então, conceituadas, as horizontalidades como *“domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial”* (Santos, 1998: 16), que podem ser tomadas como as relações sócio-espaciais características do lugar, estabelecidas historicamente, ou seja a dinâmica singular daqueles povoados e de seu modo de vida. Por outro lado, as verticalidades, *“formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”* (Santos, 1998: 16), são aquelas relações decorrentes da intervenção territorial, da normatização deste espaço: a gestão do território de proteção ambiental que determina comportamentos a essas sociedades.

O *acontecer solidário do território*, uma tendência à racionalização das atividades, que se dá sob um comando globalizante, é apresentado por Santos em três formas: homólogo, complementar e hierárquico. Em nosso esforço analítico-empírico trataremos do *acontecer hierárquico*, como *“um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, que é segredo e poder”*, e onde prevalece *“a primazia das normas, não mais como relevância da técnica, mas da política”* (Santos, 1998:17). Em uma de suas formas, a técnica é ferramenta de normatização do território que, no acontecer hierárquico, constitui um instrumento de dominação e controle dos processos sociais, e, portanto, do uso do território. As contradições no uso do território dão-se no conflito entre a técnica e a política no acontecer hierárquico da formação sócio-espacial, já que *“a gestão do território é uma faceta da gestão econômica, política e social que ao mesmo tempo subordina-se a estas e as condiciona”* (Moraes, 2000:133).

Finalmente temos que o território integra uma rede global incorporada e que abrange dinâmicas de conexões dentro de uma ampla hierarquia mundialmente integrada. Esta hierarquia traça as diretrizes diretas e indiretas de gestão do território por meio da normatização que, por sua vez, age sobre uma trama de territorialidades, através de normas, decretos, portarias e convenções.

Neste contexto das novas territorialidades definidas ao local, instala-se um processo de negociação entre os usos do território. Um sistema de usufruto dos recursos é comandado pelas instâncias gestoras, e o indivíduo desterritorializado prescinde de um sistema de informações para acessar esses direitos,

“Pra mim o Parque não é um mau vizinho não. Porque eu tenho a propriedade dentro do Parque e nunca me proibiram de fazer nada. Agora, eu faço tudo dentro da lei, né? Quando vou desmatar um pedaço eu vou lá, tiro a licença. Não, não (é difícil tirar a licença), não acho dificuldade, às vezes eu só faço ligar e eles mandam pra mim. Agora as pessoas que querem viver irregular, aí é difícil, né? Você tem que conviver com o Parque dentro de seus direitos” (Mário, 60 anos, Santo Inácio).

Na função de instrumentos de poder, as técnicas impõem um novo dinamismo e determinam territórios (Santos, 2001), mas é em sua apropriação e controle ao acesso que comportamentos e possibilidades são estabelecidos, definindo sujeitos sociais e seus meios de relacionamento neste território normatizado. A possibilidade do acesso à técnica permite também a superação de questões deterministas vistas apenas no plano natural, ao mesmo tempo em que as transformam em questões sociais no momento em que sua apropriação passa a ser imperativa para a reprodução social: *“O mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos”* (Santos, 2001: 52). Essas novas atribuições ao território também são dadas a partir da necessidade de reserva deste mercado global, tal como as porções de áreas destinadas à preservação

ambiental, distribuídas globalmente e atribuídas de um valor patrimonial que impõe valores à natureza e à cultura, assim como determina comportamentos.

Inserido na região semi-árida brasileira (ver figura 1.2) o Parque Nacional da Serra da Capivara - PNSC posiciona-se na dialética desenvolvimento – conservação, assim como sob domínio das relações de poder que atribuem aos territórios suas funções. Essas relações de poder divergem entre a possibilidade de o território semi-árido ser produtivo, por meio da tecnificação da produção agrícola, e a normatização de fragmentos deste território à reserva de uso, por meio das Unidades de Conservação.

O Parque Nacional da Serra da Capivara (ver figura 1.3) possui perímetro de 179.778,4 metros. Oficialmente sua área é de 92.228,00 hectares e 40 mil hectares anexados por meio de aquisições da FUMDHAM. Localiza-se no sudeste do estado do Piauí, Brasil, como apresenta a Figura 1.4, e seus limites estão inseridos em quatro municípios: São Raimundo Nonato, Brejo do Piauí, Coronel José Dias e João Costa, sendo seus dados gerais apresentados no Quadro 1.1. Dados mais específicos sobre os três últimos municípios ainda são escassos, devido ao fato de sua emancipação ser relativamente recente, fruto do desmembramento de São Raimundo Nonato, que hoje abriga somente cerca de 10% da área do PNSC. O Parque Nacional da Serra da Capivara:

“Situa-se na bacia do Alto Rio Piauí, no contato com a bacia Maranhão-Piauí e a depressão periférica do médio São Francisco, estendendo-se por três conjuntos geomorfológicos: Planaltos de arenitos, Zona Cuesta e Vasto sedimento. A região como um todo apresenta aspectos arqueológicos bastante significativos e teve em outras épocas a presença de povos indígenas que foram dizimados pelos colonizadores espanhóis e portugueses. O clima do Parque é característico do sudeste do Piauí, com temperatura média anual de 28° C, sendo junho o mês mais frio. As noites na Serra são frias (10° C). O período das chuvas é entre outubro e novembro. A precipitação média anual fica em torno de 689 mm. O clima é de zona tropical, quente semi-árido, com seis meses secos. Os meses secos vão de maio a outubro e os de chuva de novembro a abril. A unidade possui como vegetação característica a Caatinga, conjunto de formações vegetais características da zona semi-árida do Nordeste, apresentando numerosa diversidade herbácea e arbustiva. No Parque os refúgios da fauna são representados pelos enclaves de mata semidecídua dos Boqueirões. Os mamíferos do Parque são aqueles caracterizados pela fauna do cerrado, apresentando endemismo do mocó (*Kerodon rupestris*), e uma grande diversidade de macacos, morcegos, tatus e veados. As aves são representadas por 208 espécies. As espécies mais expressivas da fauna são: onça pintada, tatu-bola, tamanduá-bandeira, jacú, paca, mocó, zabelê e codorniz”

Fonte: IBAMA, 2004 www.ibama.gov.br

Figura 1.2 Semi-árido



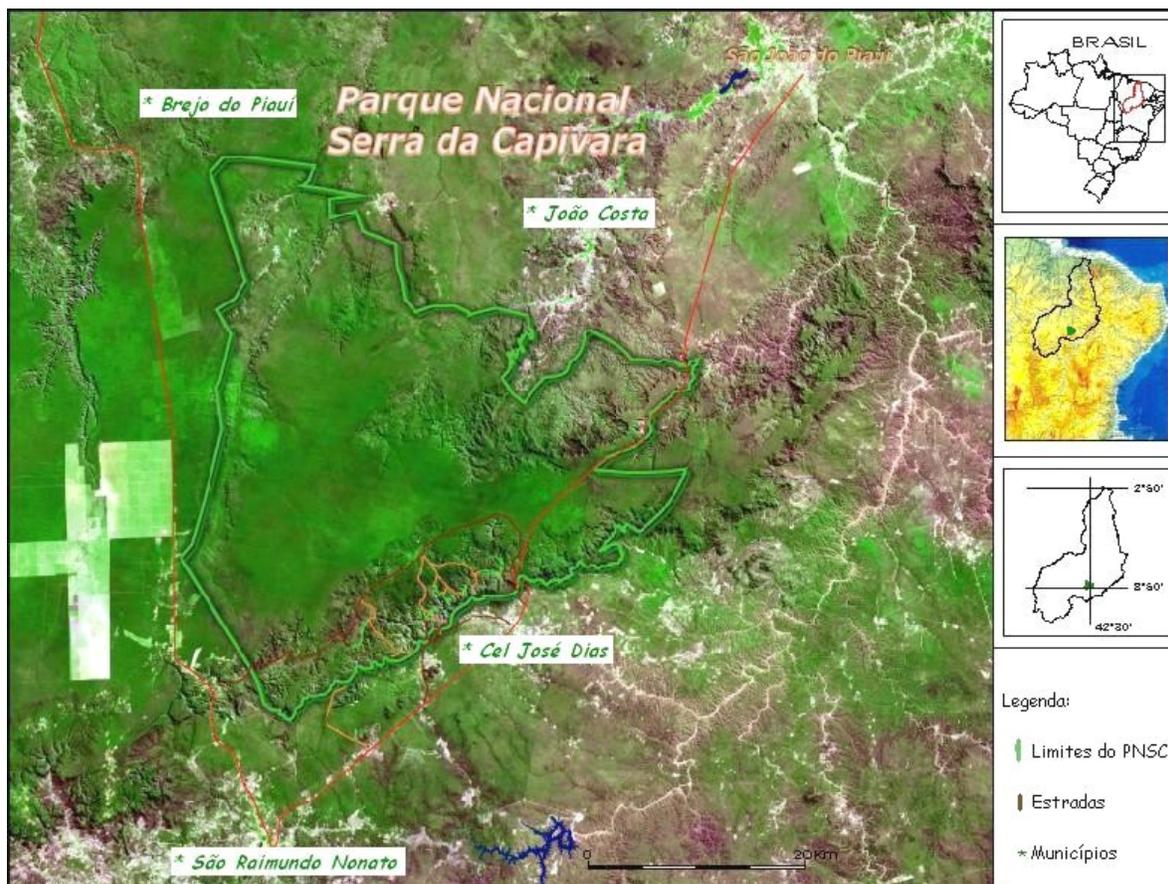
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Figura 1.3 Paisagem do Parque Nacional da Serra da Capivara



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Figura 1.4. Localização do Parque Nacional da Serra da Capivara



Fonte: Guerin, C. et al. 1999. *A Jazida Pleistocênica da Toca da Janela da Barra do Antonião (São Raimundo Nonato, Piauí)* Publicado na Internet no endereço <http://www.unb.br> - Adaptado

Quadro 1.1 Dados Gerais dos Municípios que compõem o Parque Nacional da Serra da Capivara

Município	População*	Área da unidade territorial (km ²)
São Raimundo Nonato - PI	28.993	2.428
Brejo do Piauí - PI	4.505	2.213
Coronel José Dias - PI	4.527	1.822
João Costa - PI	3.158	1.716

* População estimada 2005 em 01.07.2005

Fonte: IBGE

Da natureza à sociedade patrimonial

A noção de patrimônio cultural, numa escala muito mais abrangente, abarca questões relacionadas ao patrimônio natural, *"uma vez que hoje concebemos o ambiente como um produto da ação dos homens, portanto, da cultura"* (Rodrigues, 2001:16). A conservação ambiental, por meio das áreas naturais protegidas, que pressupõe o uso seletivo e a normatização do território, evidencia *"os antagonismos entre a preservação natural e o desenvolvimento social"* (Luchiari, 2001). Dentro da lógica capitalista, esse processo de valorização espacial não se resume apenas ao valor de uso, mas também ao valor de troca.

Neste contexto é que as áreas de preservação ambiental se inserem. Elas são convertidas em reservatórios de valor para a produção capitalista. Grande parte destas áreas destinadas à preservação já foi trabalhada pelo homem e, portanto, organizada como um espaço de reprodução social. Uma vez verificado o interesse em preservar esta área, o Estado apropria-se do espaço impondo suas territorialidades e desterritorializando seus habitantes, o que estabelece um campo de conflitos de valores na gestão e uso do território eleito à preservação ambiental, seja por sua importância cultural, pela preservação dos recursos naturais ou pela combinação destes.

As políticas de preservação cultural são propostas a fim de atuar no nível simbólico com o objetivo de reforçar uma identidade coletiva, ou seja, atuam num campo de práticas mais amplas do que um simples conjunto de atividades visando a proteção material de determinados bens. As políticas públicas de preservação cultural representam a oportunidade de manter a representatividade do patrimônio oficial, seja da diversidade cultural brasileira, como da inserção da participação social na produção e na gestão destes, de forma a minimizar a *"distância entre as tradições culturais e as diferentes identidades coletivas, entre a pluralidade cultural da nação e a memória nacional construída pelo Estado"*. (Fonseca: 1997, 18-21). No entanto, verifica-se a produção de um universo simbólico por meio da eleição verticalizada de bens à

patrimonialização, ou seja, a conversão de determinados fragmentos da cultura nacional em valor universal, por agentes institucionais.

Choay (2000) diferencia os dois termos que subentendem o conjunto das práticas patrimoniais: monumento e monumento histórico. Originado no latim, *monumentum*, o termo deriva de *monere*, ou seja, advertir, recordar, “*o que interpela à memória*”. Neste primeiro sentido, classifica-se como *monumento* qualquer artefato “*edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem ou fazer recordar a outras gerações acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças*”. De acordo com a autora, o monumento também mobiliza a memória pela mediação da afetividade, “*de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente*”. Desta maneira, o monumento apresenta ao presente suas origens, estabelecendo a relação do tempo vivido com a memória, tratando-se então de uma forma com *função antropológica* (Choay, 2000:16). A categoria de Monumento pode ser definida pela universalidade de sua forma no tempo e no espaço, onde o Monumento Histórico trata de uma invenção bem datada do Ocidente, que mantém uma relação diferente com a memória viva e com a duração no espaço temporal. Expressão utilizada em meados de 1790, no contexto da Revolução Francesa, quando são elaborados os conceitos de monumento histórico e os instrumentos de preservação - museus, inventários, classificação e reutilização, constitui-se em objeto de saber, integrado numa concepção linear do tempo (Choay, 2000: 21-22).

A noção de patrimônio, a partir da idéia de apropriação coletiva e de fomento a um sentimento de nacionalidade, foi concebida no contexto da Revolução Francesa - no final do Século XVIII - quando também se fortalecia a idéia de nação: “*os bens tombados se convertem, em certo sentido, em propriedade da nação, embora não percam seu caráter de mercadorias apropriáveis individualmente*” (Fonseca, 1997:32-33). De acordo com a autora, por serem definidos como de interesse de ação do Estado por meio de agentes autorizados e de práticas normativas, cabe a estes o poder de “*fixar sentidos e valores, priorizando uma determinada leitura*”, seja esta de valor histórico, artístico e/ou etnográfico (Fonseca, 1997:32-39) em muitos já distantes da atribuição de valor cultural da sociedade à qual se relaciona. De acordo com a autora, o

tombamento - como instrumento jurídico de conservação - transforma as formas em símbolos abstratos e distantes da nação mais do que como marcos efetivos de uma identidade nacional. Assim configuram formas *pesadas e mudas* ou, *pesadas porque mudas*, já que são poucos os que se reconhecem nesse patrimônio, dificultando e aumentando o ônus das práticas de conservação (Fonseca, 1997:17-18).

A trajetória das políticas de conservação brasileira pode melhor situar nosso objeto de estudo a partir do trabalho de Fonseca (1997). Como princípio desta reflexão está a noção de valor atribuído aos patrimônios e aos universos simbólicos dos patrimônios culturais nacionais, como a base da qual estes consistem, como são gerados, transmitidos, se reconhecem e são usufruídos. A noção de valor nacional, como sentimento de pertencimento a uma comunidade, é diferenciada pela autora das noções de valor histórico; artístico e etnográfico.

Considerado como a “*proclamação da universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores da matéria*”, a Conferência Geral da UNESCO de 1972 representa uma Convenção dos referenciais de proteção ao patrimônio mundial, cultural e natural, contribuindo para a expansão das práticas (ou ao menos das políticas) patrimoniais (Choay, 2000:183). No âmbito da política nacional de preservação do patrimônio, Fonseca (1997:21) a divide em dois momentos: *fundador*, no final da década de 1930, e *renovador*, a partir da segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980, quando da abertura do regime militar e da crise da modernidade. No entanto, perdura o grande desafio de desenvolver uma política de patrimônio que seja, efetivamente, pública. A noção de Política pública proposta por Fonseca (1997:21) trata de uma estratégia de governo articulada, inclusive por mecanismos formais, que vem a abarcar os interesses múltiplos da sociedade. Esta difere da noção de política estatal, por sua vez caracterizada pela atividade concentrada e conduzida no interior do aparelho do Estado, caracteristicamente ditatorial.

Nos anos de 1927 e 1928 foram criadas as Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais nos estados da Bahia e Pernambuco, respectivamente. Essas instâncias tinham atuação limitada ao inventário de bens locais (Rodrigues, 2001:20).

No entanto, o primeiro momento oficial, do período que Fonseca caracteriza como *fundação* - ainda que o Governo Getúlio Vargas já consagrasse a Ouro Preto o título de *monumento natural* pelo Decreto-lei nº 22928 de julho de 1933 - é inaugurado com o Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937, com base no anteprojeto de Mário de Andrade que cria o primeiro órgão federal dedicado à preservação, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Dez anos mais tarde este passa a Departamento e na década de 1970 a Instituto.

O perfil traçado por Fonseca (1997:12-14), dos intelectuais participantes do SPHAN, representa a perspectiva da linha de ações deste período, já que são estes os condutores das ações políticas. No primeiro momento, a expressão de especialistas disciplinares como arte, história, arquitetura e arqueologia, permitiu o posicionamento acerca de uma politização da prática de preservação. Como agentes institucionais que se propuseram a “*atuar como mediadores dos grupos sociais marginalizados junto ao Estado*”, estabeleceram um espaço de resistência ao regime autoritário. Já o segundo momento é marcado pela presença de especialistas em ciências físico-matemáticas e sociais, administradores e pessoas ligadas ao mundo industrial, caracterizando uma “*modernização da noção de patrimônio, o que significou vincular a temática da preservação à questão do desenvolvimento*” (Fonseca, 1997:12-14).

O Decreto de 1937 teve a incumbência de regulamentar a proteção dos bens culturais no Brasil, apesar de esta já ter referência na Constituição de 1934. É formulado um conjunto de normas jurídicas que não apenas institui direitos e deveres para o Estado e para o cidadão, mas também elege espaços que assumem formas cristalizadas no cotidiano destes, delimitando e elegendo valores. A partir de 1965 o SPHAN adota as recomendações da UNESCO como estratégia de reformulação e reforço de sua atuação, e assume postura de sensibilizador de seus interlocutores a fim de conciliar interesses, ou ainda, de demonstrar que interesses de preservação e de desenvolvimento podem não ser conflitantes. É esta postura que identificamos o que Fonseca coloca como momento renovador, quando o valor econômico é relacionado ao valor cultural. Em 1967 o Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos – OEA promoveu um encontro no Equador, do qual resultou a

Carta de Quito, documento assinado pelos países participantes, dentre eles, o Brasil. Nesta Carta recomendava-se que os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas (Rodrigues, 2001:18).

No início da década de 1970, dada a necessidade de suprir a falta de recursos financeiros e administrativos que efetivassem a política de preservação, o Ministério da Educação e Cultura, com a participação do Ministério do Interior (por meio da Sudene) e da Indústria e Comércio (através da Embratur) criam a Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, conhecido como Compromisso de Brasília. Os órgãos envolvidos então reconhecem a necessidade da tomada de ações complementares ao governo federal para a proteção do patrimônio e, de acordo com Rodrigues, recomendam a proteção da natureza. No final da década de 1970 o PCH estendeu suas ações ao Sudeste brasileiro e colaborou para a formação de órgãos locais de gestão do patrimônio e na elaboração de legislações estaduais de proteção. Aponta-se, por meio do PCH, a superação de uma postura intelectualizada, de cristalização do patrimônio, para a busca de alternativas de efetivação desta política, já que, como nos fala Fonseca:

“tinha como objetivo criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação” (Fonseca, 1997: 161-162).

O ideal do planejamento territorial administra os tempos das sociedades e da natureza e, como ato político, define intervenções no espaço. No que concerne ao planejamento territorial referente ao Patrimônio, o tombamento é uma prática que tem, como instrumento de proteção aos bens culturais imóveis, a inscrição em um dos Livros de Tombo definidos pelo Decreto-lei 25 de 1937. Partindo da separação em bens imóveis - núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais, e móveis - coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos, os Livros de Tombo são

quatro: 1. Arqueológico, etnológico e paisagístico; 2. Histórico; 3. Das belas-artes; e 4. Das artes aplicadas.

Todos os sítios arqueológicos são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924/61, sendo considerados bens patrimoniais da União. São considerados sítios arqueológicos *“as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios; os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento estações e cerâmios; e as inscrições rupestres ou locais e outros vestígios de atividade de paleoameríndios”* (IPHAN, material de divulgação).

De acordo com Delphim (2004:5) a arqueologia possui duas vertentes: uma material, constituída pelos sítios e artefatos arqueológicos e a imaterial que é formada pelas informações históricas e científicas. Esta última é fruto tanto da história pretérita quanto do presente das populações que vivem em contato direto com os recursos naturais, uma vez que a *“relação com concepções que construíram sobre a natureza constitui sistemas classificatórios dessas populações que fazem prova do patrimônio cultural”* (Castro, 2000:169). A criação do Parque Nacional da Serra da Capivara foi orientada pela verificação da importância arqueológica material daquela área e, no contexto do movimento ambientalista, reforçada pelas características daquela biodiversidade. A vertente do patrimônio imaterial não foi aqui desenvolvida pelo fato de que não está incorporada à concepção do PNSC. O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI, foi instituído recentemente pelo IPHAN, através do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, de modo que o debate permanece ainda incipiente.

No que se refere às ferramentas de gestão deste patrimônio, a exemplo do PNSC, sua diretora-presidente, Niéde Guidon, explica que os sítios são de responsabilidade do IPHAN como mantenedor destes, mas que o Instituto somente disponibiliza técnicos da UNESCO para o trabalho da conservação, isto devido ao título de *Patrimônio da Humanidade* atribuído pela Unesco ao PNSC. A diretora afirma que, nas questões relacionadas à administração do Parque, não há qualquer apoio: *“O Ministério da Cultura é o que tem nos salvo através da Lei Rouanet, que tem sido*

doações que conseguimos” (Dados da pesquisa de campo, Levy 2006). A Figura 1.5 apresenta o trabalho da conservação das pinturas rupestres, assim como algumas placas sobre este trabalho.

No entanto, a gestão do PNSC não se limita aos aspectos naturais, históricos e arqueológicos de seu patrimônio, mas trata-se de uma freqüente gestão de conflitos e busca de alternativas para apoio ao seu projeto de desenvolvimento. Acerca de recursos, os investimentos realizados até hoje são, majoritariamente, de origem de instituições com as quais a FUMDHAM capta, recursos estes que não podem ser direcionados ao pagamento de funcionários e ao funcionamento básico do Parque, atribuições da alçada do Governo Federal. Diversas vezes a FUMDHAM já anunciou publicamente o encerramento de suas atividades e seus funcionários ficaram sem receber salários por falta de direcionamento de verba do Governo Brasileiro, sendo este um problema recorrente.

Figura 1.5 Pinturas rupestres: Conservação e recursos



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Capítulo 2: A questão ambiental refletida na normatização do território

Similar ao processo globalizante dos territórios políticos, a questão ambiental traz o *meio ambiente* como a unificação da crise ecológica. Desta forma a sociedade moderna debate a natureza numa relação complementar, e designa porções de reserva desta (Latour *et al* 1998:92). Para Haesbaert (2004:53) é inconcebível a idéia de territórios “naturais” desvinculados de relações sociais.

Portanto, ao fazermos uso do termo natureza estaremos, inevitavelmente, fazendo referência a uma produção cultural. Esta se dá numa relação onde sociedade e natureza são opostos e complementares. Opostos no sentido em que a sociedade organiza o espaço delimitando áreas de reserva por meio de um processo que, ao tecnificar a natureza, a transforma em externalidade. São, por outro lado, complementares na medida em que é a estrutura social de um determinado momento que reinventa a natureza e lhe confere valor, de uso e de reserva, “*transformando elementos naturais em recursos sociais*” (Santos, 1997: 54), e relativizando seu valor local (Santos, 1998:15).

A natureza imbuída de valor é o que podemos chamar de natureza reinventada, orientada por atributos culturais e interesses políticos e que, em condição de área definida para proteção ambiental,

“(…) *provoca a reprodução de territórios que são uma espécie de clausura ao contrário, já que muitas vezes têm praticamente vedadas a intervenção e a mobilidade humana em seu interior*” (Haesbaert, 2004:55).

A classificação de fragmentos da biodiversidade em patrimônio natural insere-se, portanto, num contexto cultural de valorização desta natureza. Por sua vez, a proteção da paisagem como patrimônio cultural congrega “*múltiplos e dinâmicos processos, dimensões e valores materiais e imateriais que, a cada instante, se apresentam e se reorganizam em novas e diferentes configurações*” (Delphim, 2004:07). No âmbito da legislação brasileira, já no final da década de 1930 o então SPHAN institucionaliza a

proteção do patrimônio cultural. Neste mesmo contexto o Decreto-lei n.25 considera que,

“são também sujeitos ao tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importa conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (Xavier, 1987:233).

Somente 50 anos mais tarde a Constituição Brasileira incorpora o interesse pelo patrimônio natural e cultural, quando o patrimônio natural passa a contar, com o sancionamento da lei que cria a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA.

“Promulgada em 1988, a Constituição Federal assegurou no art. 225, § 1º, III, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e incumbiu ao Poder Público definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos” (MMA/PNAP, 2006:05).

Esta Política vem consolidar o compromisso ético de preservar os bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial, assumido ainda em 1972, quando o Brasil atuou como signatário da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Delphim, 2004:02). Atualmente, no Brasil, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco tem como interlocutores, ao tratar do Patrimônio Mundial: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, instância do Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal que assume as funções reguladoras e protetoras de conservação da natureza; e o IPHAN¹² que atribui às paisagens de predominante valor histórico e cultural a mesma legislação utilizada na proteção dos bens móveis, edificados e de centros históricos urbanos. No entanto, *“havendo sítios mistos, com bens naturais e culturais, ambos os órgãos devem ser ouvidos” (Delphim, 2004:08).* Para a UNESCO o patrimônio cultural é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Já o patrimônio natural

¹²Antigo SPHAN

significa as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético¹³.

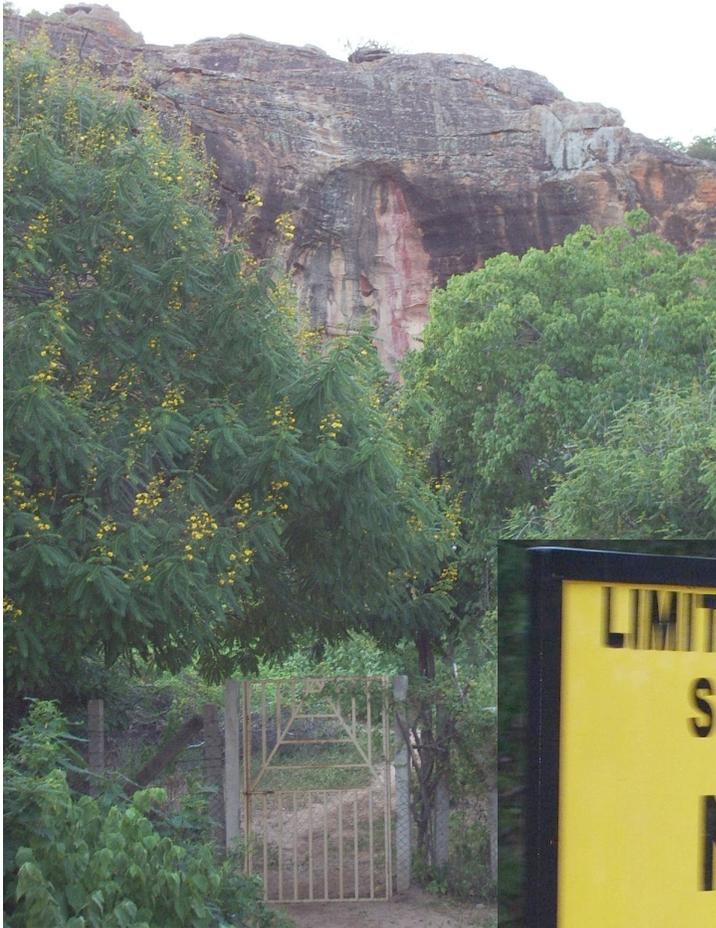
Nossa análise sobre o patrimônio natural insere-se tanto no contexto da culturalização da natureza como reserva de valor, quanto na estratégia de proteção do patrimônio histórico e arqueológico. Inserido na dinâmica do espaço rural, o Parque Nacional da Serra da Capivara permite a análise das territorialidades historicamente organizadas, agora sobrepostas pelas formas de normatização instituídas, das outras territorialidades que a valorização da natureza termina por eleger à condição de reserva, patrimonializando-as, e ainda das novas formas de uso relacionadas ao turismo. Se no espaço urbano pensamos na refuncionalização do Patrimônio edificado, esta noção também cabe ao espaço rural, onde a organização do espaço em áreas de reserva representa o território de poder da legislação ambiental; este deixa de ser um espaço de comum acesso aos recursos naturais para representar as cercas da sociedade estratificada, sendo-lhe atribuídos novos usos.

Esta organização do espaço que restringe o acesso, impondo as novas territorialidades numa relação conflitante com as já existentes no local, pode ser representada pelo caso de uma antiga estrada feita por moradores da área do PNSC. Com cerca de 40 km de extensão, e ligando os povoados de Santo Inácio, São João Vermelho e Cambraia ao município de Coronel José Dias, a estrada, que corta o Parque, foi interditada por guaritas e fiscalização que impedem qualquer passagem que não seja a dos trabalhadores locais. A FUMDHAM propõe que o acesso destes povoados seja feito por uma nova estrada que passe pelo município de João Costa, que por meio da BR 020 chegue a Coronel José Dias, dobrando a distância do percurso. O traçado desta passaria ainda pela casa do Sr. Severino, cuja família não está aberta à negociação, o que incorre numa seqüência de conflitos entre esta e a administração do Parque. A Figura 2.1 traz os limites do PNSC marcados pela cerca e pelo portão que limitam o povoado do Sítio do Mocó. Já a Figura 2.2 ilustra a

¹³ Informações obtidas a partir do website:
http://www.unesco.org.br/areas/cultura/patmundial/index_html/mostra_documento

normatização mais estrita deste território, tratando-se de uma das placas das guaritas mencionadas. Abaixo, os depoimentos de moradores dos povoados mais próximos:

Figura 2.1 Limites do PNSC com o povoado do Sítio do Mocó



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Figura 2.2 Os limites do PNSC



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy.

“Quando uma pessoa quer ir daqui pra Coronel tem que dar a volta por lá. Vê isso, um Parque Nacional que nem pode passar. Uma estrada que já era de antigamente,

uma pessoa que tem uma moto não pode passar, e aqui é tão pertinho, né?”(Sr. Mário, 60 anos, Santo Inácio)

“No meu ponto de vista eles não podiam impedir o pessoal daqui de usar seu caminho. Nem que tivesse uma relação do pessoal de toda a região nas guaritas.” (José, 30 anos fiscal do IBAMA e morador do povoado São João Vermelho).

“...me persegue porque quer construir a estrada aqui. Eu não dou, enquanto eu for vivo, não dou (...)Tem uma estrada aqui pertinho que passa em Coronel, você não passa nela porque chega ali na cancela e eles fazem você voltar. Pode ir a pé, de bicicleta de carro, eles fazem você voltar. E não daria nada porque é só atravessar e pronto. Por aqui dá uns 80 km e por lá são uns 40 km”(Severino, 80 anos, Cambraia).

“Ela quer asfaltar pra sair até lá na BR020. Porque já tem até João Costa aí seria daqui até o Cambraia e daqui pra lá. Então essa guarita seria mais uma porta de entrada” (Maria, 50 anos, Cambraia).

A organização do espaço delimita áreas destinadas à preservação ambiental, por representar fragmentos de patrimônio natural e, para tanto, utiliza normas de acesso e uso do território por meio de processos políticos, jurídicos, sócio-econômicos. Nesses termos, a sociedade global assegura reservas de biodiversidade e de recursos naturais no espaço-mundo por meio de ferramentas técnicas implantadas nos territórios. A hibridez da relação sociedade-natureza – onde materialidade e ações combinados determinam um sistema de normas e usos do território – compõe o espaço geográfico, conformando o meio de vida do homem. Intermediando esta relação híbrida, o objeto técnico constitui, na sociedade contemporânea, o meio técnico-científico-informacional – sendo ao mesmo tempo técnico e informacional devido à extrema intencionalidade de sua produção e localização (Santos, 1995 :702-705).

Construídas através desses processos técnicos – que fundam a hibridez sócio-espacial instituída – estas áreas de reserva são implantadas em territórios sociais, de tempos e dinâmicas particulares, constituindo próteses territoriais. O modelo técnico seguido pela normatização dos Parques Nacionais conflita com os interesses locais de

uso do território, pondo em xeque tanto a preservação do patrimônio, representado pela institucionalização do Parque, quanto a salvaguarda do meio de vida destas populações.

Provenientes da área da ciência natural, a grande maioria dos cientistas participantes do processo de criação dos primeiros parques definiram as diretrizes de conservação da biodiversidade, numa concepção do *Mito moderno da natureza intocada*¹⁴. Os cientistas sociais pouco participaram destes processos instituidores, o que caracterizou o enfoque conservacionista implementado enquanto instrumento técnico. Como fenômeno técnico, a patrimonialização da natureza redefine o ambiente na medida em que refuncionaliza o espaço. Essa refuncionalização está baseada num sistema de valores de interpretação da natureza:

“quando tombado, o valor da terra deixa de ter sua dinâmica habitual, o que favorece o Estado numa desapropriação futura. As pessoas não podem alegar que aquele espaço tem um valor de produção econômica rural, por exemplo, porque já é um bem tombado” (fala de Ab’Saber, Aziz In: RPHAN, 1987 :228).

No entanto, ao resgatarmos nosso entendimento de que esta natureza já é parte de um processo antrópico anterior à sua patrimonialização, a importância da proteção ao patrimônio é estendida à relevância cultural dos processos adaptativos dos grupos sociais ao seu ambiente.

“Em áreas protegidas como os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas, o Estado não deve restringir-se à metodologia de manejo e uso, mas considerar os processos culturais significativos que importa proteger junto com o patrimônio natural. O papel do Estado não se esgota na conservação exclusiva da natureza, já que o patrimônio natural é o todo constituído pela integração do homem à natureza. É igualmente dever do Estado promover então, a educação para a natureza” (Xavier, 1987: 235).

¹⁴ título do livro de Diegues, que trata do modelo norte-americano de criação das unidades de Conservação, tendo como percussor o Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos onde a população deve ser retirada destas áreas para que as atividades de conservação sejam efetivas. A natureza é então vista como elemento a par do homem.

O texto de Xavier, consultado por meio do número 22 da revista do IPHAN, de 1987, foi originalmente redigido em 1985 como justificativa para a organização do Programa de Proteção ao Patrimônio Natural. Tanto a noção de patrimônio natural, como a relevância cultural dos processos adaptativos dos grupos sociais ao seu ambiente, permitiram às políticas ambientais trazer, por meio do SNUC, a proposta de criação de novas modalidades de unidades de conservação. No entanto, a normatização dos Parques Nacionais brasileiros persiste engessada. A flexibilização do modelo de zoneamento, que considere o contexto social do território, é uma alternativa colocada à situação de conflitos – entre a população desapropriada pela institucionalização do patrimônio e a incapacidade de regularização deste por meio dos órgãos federais. Como aspecto da gestão da unidade, a postura adotada na implantação do zoneamento - que por meio do exemplo do PNSC apresentamos no capítulo quinto – retrata a singularidade da administração e, desta forma, suas propostas de intervenção no território.

A exemplo do processo de tombamento da Serra do Mar, consolidado no ano de 1985,

“é preciso que o tombamento seja conhecido, entendido e obedecido por todos que têm interferência na área. Somente a compreensão de seu significado social e econômico por todos a ela relacionados garantirá sua preservação tão desejada e necessária” (Costa, 1986:25).

A ação verticalizada de tombamento do patrimônio dificulta a disseminação de seu conteúdo informacional e, portanto, a aproximação e compreensão acerca de seu conteúdo por parte daqueles que são afetados mais diretamente pelo processo: as populações locais. O envolvimento destes sujeitos sociais como parceiros nestas ações preservacionistas, não só legítima, como otimiza o trabalho da gestão destes territórios e permite o intercâmbio de conhecimento sobre estes.

Conflitos na gestão e usos do patrimônio natural das Unidades de Conservação

A concepção da proteção ambiental, representada pela categoria dos Parques Nacionais¹⁵, revela a dicotomia homem/natureza estabelecida pelos cientistas naturais, que definiram os parâmetros para a criação das primeiras Unidades. O marco desse movimento naturalista¹⁶ foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872 e pactuado por meio do *Wilderness Act* de 1964 (Diegues, 1994:22). Importados, esses parâmetros de conservação da natureza não são compatíveis com a realidade sócio-espacial brasileira, o que marcou a implementação desse modelo de patrimônio pelos recorrentes conflitos entre populações habitantes e a institucionalização da conservação. Tais parâmetros passaram a ser analisados à luz também das ciências sociais, numa visão sistêmica essencial à análise do espaço e de seus territórios, por meio de seu uso: “*É claro que, as questões de ordem cultural, política e econômica envolvidas são tão importantes quanto as questões ditas ecológicas*” (Haesbaert, 2004:55).

Uma vez institucionalizada, a conservação ambiental é definida em seus aspectos técnicos e científicos a fim de propor categorias e práticas de manejo. No caso de áreas inseridas na categoria de proteção integral - que pressupõe uma área desabitada – tais práticas não abarcam questões relativas aos estudos das relações entre os humanos e a natureza (Diegues, 2000: 01)¹⁷. No entanto, é necessário precaver-se tanto de um reducionismo naturalista, quanto de um reducionismo sociológico, do qual nos fala Diegues, onde a natureza torna-se compreensiva somente pelo viés de suas representações culturais. O desafio posto é o de desenvolver instrumentos conceituais para repensar essas questões dentro deste complexo hibridismo sociedade-natureza.

O contexto globalização/mundialização estabelece padrões técnicos de intervenção no território, como se tratasse de uma natureza e sociedades unificadas.

¹⁵ E de forma incisiva, como veremos, no caso particular representado pelo nosso objeto de pesquisa

¹⁶ Onde prevaleceu a noção de *wilderness* como áreas virgens, não habitadas permanentemente.

¹⁷ No entanto freqüentemente tais áreas estão já habitadas e em uso por populações rurais que, à margem da sociedade urbano-industrial não são articuladas politicamente.

Configura-se um meio onde a técnica passa a ser a mediação fundamental do homem com seu entorno (Santos, 1995: 696-697) e onde as instituições – detentoras do poder e, portanto da técnica – são gestoras e/ou influentes nas instâncias políticas, econômicas e culturais. O instrumento técnico de gestão destas áreas de proteção ambiental configura-se no Plano de Manejo, um documento elaborado especificamente para cada unidade, que congrega técnicas de intervenção e controle sobre as áreas de proteção ambiental e à área de entorno desta – uma faixa de 10 quilômetros em forma de cinturão ao redor da Unidade de Conservação –, e assim estabelece suas políticas de acesso.

Os planos de manejo, estes pacotes de normas territoriais e instrumentos da institucionalização das áreas de proteção ambiental, são documentos necessários à normatização de um Parque Nacional, e traçam as diretrizes de sua gestão (Diegues, 2000). De acordo como Santos (1997a), o manejo é uma técnica normativa de uso do território, que exige dos homens comportamentos previsíveis, configurando uma prática sócio-técnica de organização do espaço.

O Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros – decreto nº 84.017 de 1979 - introduz, por meio do Art 6º, a necessidade da elaboração dos planos de manejo para todos os parques nacionais, que em sua concepção tratava-se de:

“um projeto dinâmico que, utilizando de técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades” (Decreto nº 84.017, 1979).

Em 2000 a Lei nº 9.985, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC¹⁸. O estabelecimento e a gestão das unidades de conservação (UC's), bem como seus

¹⁸De acordo com Art. 26 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000: o SNUC é gerido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, enquanto órgão consultivo e deliberativo; pelo Ministério do Meio Ambiente, como órgão central coordenador do Sistema; e pelos órgãos executores, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o Sistema, subsidiando as propostas de criação e administração das unidades de conservação conforme seu art. 6.

conceitos, objetivos, diretrizes e estrutura estão previstos nessa norma. O artigo 2º do SNUC traz algumas definições:

“- Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

- Conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

- Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

- Zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

- Plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

O Art. 27. do SNUC definem que todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, onde:

“§ 1o O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas; § 3o O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação”.

Diante disso, a realidade da ocupação humana das áreas de Proteção Integral requer que seus gestores se ocupem, como princípio da implementação do modelo zoneamento, da regularização fundiária destas áreas, já que para a implementação

destas as populações devem ser expropriadas. Este processo trata-se, junto às populações residentes, de uma negociação política que define a postura da gestão quanto aos usos do território. Verifica-se que “*o manejo de parques é freqüentemente mais uma tarefa política do que técnica*” (Van Schaik e Rijksen, 2002: 47).

Alternativas ao manejo de Unidades de Conservação têm sido desenvolvidas na tentativa de avançar nesse processo e aperfeiçoar os procedimentos técnicos de modo a constituir um protocolo que favoreça a convivência destas duas realidades: da ocupação humana e da preservação ambiental. Para tal fim, em 1972 foi lançado o programa *O Homem e a Biosfera* - MaB (“Man and Biosphere”) desenvolvido pela Unesco, juntamente com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), além de agências internacionais. Por este programa são instituídas as Reservas da Biosfera. Estas reservas possuem três importantes funções: conservação, desenvolvimento e apoio logístico às áreas protegidas.

Atualmente, existem 411 Reservas da Biosfera em 94 países, cobrindo uma área superior a 250 milhões de hectares¹⁹. Com objetivo de encorajar o desenvolvimento com equilíbrio, nas relações entre o homem e seu ambiente, as Reservas da Biosfera reconhecem a realidade da ocupação humana no interior de áreas naturais protegidas, ao estabelecer como uma de suas funções o “*desenvolvimento econômico e humano de forma sócio-cultural e ecologicamente sustentável*”(Brito, 2003:29). No Brasil, a primeira Reserva da Biosfera, na Mata Atlântica, foi aprovada pelo MaB - em 1992. Em outubro de 1993, o MaB aprovou outros dois projetos propostos pelo Brasil: a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, integrada com a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e a Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal. A aprovação da Reserva da Biosfera da Caatinga pela UNESCO aconteceu somente no ano de 2001 e teve sua instalação e conselho definido no dia 30 de abril de 2002, em Recife, Pernambuco, em uma reunião promovida pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco - SECTMA e Ministério do

¹⁹ Fonte: http://www.biosferadacaatinga.org.br/oque_reserva.html acessado em fevereiro de 2006.

Meio Ambiente²⁰.

Embora mesmo diante desses avanços nos padrões de gestão dos Parques Nacionais – através dos últimos formatos concretos, instituídos a partir da nova proposta de intervenção técnica que figura no modelo da Reserva da Biosfera –, a reinvenção da natureza, por meio de concepções como ecologia, biosfera e meio ambiente, assim como na produção concreta de espaços “naturais” segregados, representa ainda

“um hipotético mundo natural primitivo, intocado, mesmo que grande parte dele já tenha sido manipulado por populações tradicionais durante gerações, criando paisagens mistas de florestas já transformadas e outras que raramente sofreram intervenções dessas mesmas populações” (Diegues, 2000:32).

São estas populações, em suas formas pretéritas, que legaram à humanidade o patrimônio natural e cultural que, em conjunto, dão o significado às áreas de proteção ambiental. O homem como sujeito da história, como ser social abstrato é valorizado, enquanto as populações presentes são destituídas de seu substrato cultural. Mais do que “roubo” de seu território, a retirada dos moradores locais implica a usurpação dos aspectos materiais das relações sociais (Diegues, 1996). Diante de tais premissas fundamentais a respeito da valorização ética que é devida ao verdadeiro patrimônio humano, impõe-se à reflexão acadêmica em todas as áreas técnicas e das humanidades pelo menos uma questão central: Qual a melhor forma de avançar no sentido de favorecer a convivência destes tempos, o passado e o presente, por meio de princípios, mais do que participativos, acordados, de uso responsável dos recursos e preservação do patrimônio? Esta é questão-chave deste e de muitos outros estudos sobre tais áreas de proteção ambiental, já que as políticas públicas de preservação, assim como as representações do patrimônio cultural, reproduzem as contradições e os conflitos manifestados no contexto maior das relações entre Estado e sociedade, reafirmando que a prática de proteção aos bens culturais constitui um fator social (Fonseca, 1997:247-248).

²⁰Dados mais específicos sobre os documentos e ações referentes à Reserva da Biosfera da Caatinga serão abordados no capítulo quarto deste trabalho já que o PNSC está inserido no domínio das caatingas.

Tal como nos fala Diegues (1994, 1996) as áreas naturais protegidas constituem um espaço fundamental para a análise das relações entre o homem e a natureza, tanto em suas formas pretéritas - a exemplo das pinturas rupestres e sítios arqueológicos -, como do mundo moderno que representa nestas áreas o neomito, ou mito moderno, do paraíso perdido. Esse mito naturalista se revelou na concepção dos parques nacionais norte-americanos na segunda metade do século XIX, como áreas de proteção natural criadas em benefício das populações norte-americanas, e exportado em forma de um pacote de normas territoriais para uma realidade socialmente distinta (Diegues, 1996:141-143), a das populações rurais.

Os movimentos de conotação social e ambientalista insurgidos em meados dos anos 1980 acusam a *“necessidade de se repensar a função dos parques nacionais e reservas incluindo seus moradores tradicionais”* (Diegues, 1994:117, 1996:145). Esse repensar é urgente na medida em que a dicotomia entre natureza e sociedade representadas nas áreas naturais protegidas gera conflitos. Estas são as sociedades que Diegues denomina de tradicionais ou pré-industriais e que, por terem fraca articulação ou representação política ficam subjugadas aos novos valores que lhes são impostos.

Nos planos de manejo, nos modelos dos Parques Nacionais, os atributos naturais definidos por critérios unicamente científicos tornam-se a base da administração do espaço (Diegues, 1994:148; 1996:63). Ao deixar de lado seu caráter autoritário e tecnocrático, que logra tão somente estabelecer um *“processo de integração gradativa do conhecimento, dos fazeres e das técnicas patrimoniais nas tomadas de decisão sobre o uso do espaço”* (Diegues, 1994:64; 1996:149), a administração destas áreas pode ser mais efetiva. O próprio SNUC, em seu Art. 29 assegura a participação da sociedade na implementação e gestão da unidade de conservação por meio de um Conselho Consultivo, tal como nos coloca a Lei que o rege:

“Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de

organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2o do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”.

Sobre os 'projetos participativos', Matos (2002) sugere que mesmo estes são definidos verticalmente, na lógica das instituições “*de acordo com uma lógica cartesiana controlada*” e por uma iniciativa externa. De acordo com o autor, o desenvolvimento humano deve ter como epicentro das iniciativas as próprias populações, o que requer prazos e metas muito mais extensos do que os planos de governo determinam. No caso da gestão de um território de proteção ambiental, que requer a mudança ou adaptação do comportamento das populações, a orientação de ações alternativas do uso dos recursos poderia incorrer na conscientização sobre o interesse na conservação destes. A perspectiva de uma certa autonomia das populações em gerir o território é também atraente no que concerne à possibilidade de redução de custos na implementação e gestão contínua destas áreas, já que questões como regularização fundiária e fiscalização seriam minimizadas.

Retomando os argumentos expostos por Fonseca, de que a nação por meio de um contrato social atribui ao Estado a função de resguardar e gerir o patrimônio, e que portanto, este não pode abster-se de tal tarefa, coloca-se a possibilidade de encaminhamento do debate sobre os modelos de gerenciamento do bem público. A administração integrada local já é um avanço no sentido democrático da intervenção do Estado na gestão do patrimônio onde, a exemplo da metodologia DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável -, já abordada por Levy (2004), as etapas e objetivos são definidos *a priori* configurando ainda, segundo Matos (2002), uma intervenção vertical.

De acordo com Matos (2002), a efetiva participação social nestes processos, se dá quando a população local tem a liberdade de definir suas metas e objetivos de desenvolvimento, o que traria, por meio da presença de facilitadores, o acesso às possíveis ferramentas destas ações. No entanto, além das questões relacionadas a

conservação do patrimônio material, a questão da preservação dos recursos naturais no Parques Nacionais torna a presença do Estado fiscalizador imprescindível ao resguardo de recursos estratégicos. Isto deve ser considerado no encaminhamento da problemática em que ambos os argumentos devem ser ponderados, a fim de abranger tanto a preservação do patrimônio quanto a escolha do modelo de desenvolvimento das populações diretamente envolvidas por este processo. Portanto, busca-se uma opção normativa que detenha um 'princípio acordado' de regulamentação entre ambas as instâncias, incorporando um diálogo efetivo entre as disposições de verticalidades e horizontalidades nos usos e gestão do território.

Dentro desta complexidade figura o exemplo de algumas Unidades de Conservação que constituem os chamados *parques de papel*: parques que não foram realmente implantados frente às dificuldades de gestão do território, e têm apenas uma existência virtual, tal como linhas desenhadas em mapas oficiais (Terborgh e Van Schaik, 2002:26). Esse conceito reflete o árduo e extenuante processo burocrático de criação e delimitação dos Parques Nacionais. Suas fronteiras são, muitas vezes, traçadas à distância da realidade locais e não consideram seus limites físicos, a distribuição dos recursos ou a ocupação humana.

A materialização desta conservação da natureza requer administrar visões e interesses humanos muitas vezes opostos, muito mais do que manejar processos naturais (Diegues, 2000: 41). Ou seja, tal atribuição normativa dos espaços implica a necessidade de trabalhar no campo de forças deste território, ou destas territorialidades que são, em sua realidade subjetiva, maiores em área do que aquela determinada pelo decreto de criação do Parque. Nesta administração do território algumas ferramentas de gerenciamento, que podem ser empregadas como alternativa à rigidez da normatização, são colocadas, a exemplo da gestão compartilhada das unidades de conservação – uma possibilidade assegurada pelo SNUC (2002):

“Art. 21. A gestão compartilhada de unidade de conservação por OSCIP é regulada por termo de parceria firmado com o órgão executor, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Art. 24. A OSCIP deve encaminhar anualmente relatórios de

suas atividades para apreciação do órgão executor e do conselho da unidade”.

A gestão compartilhada entre o IBAMA e a OSCIP, como acontece no caso do PNSC, permite elaborar e encaminhar projetos que auxiliem na administração do Parque. Desta forma, tanto a articulação política quanto a busca de órgãos internacionais que financiem a construção de infra-estrutura, compra de equipamentos, pesquisa e a implantação de projetos pode ser dinamizada.

“A internacionalização da proteção da natureza pode tomar muitas formas e ser implementada através de passos que vão desde um simples suporte financeiro externo às áreas protegidas até o controle formal, no qual o parque se torna, de fato, um enclave internacional” (Terborgh, 2002:271).

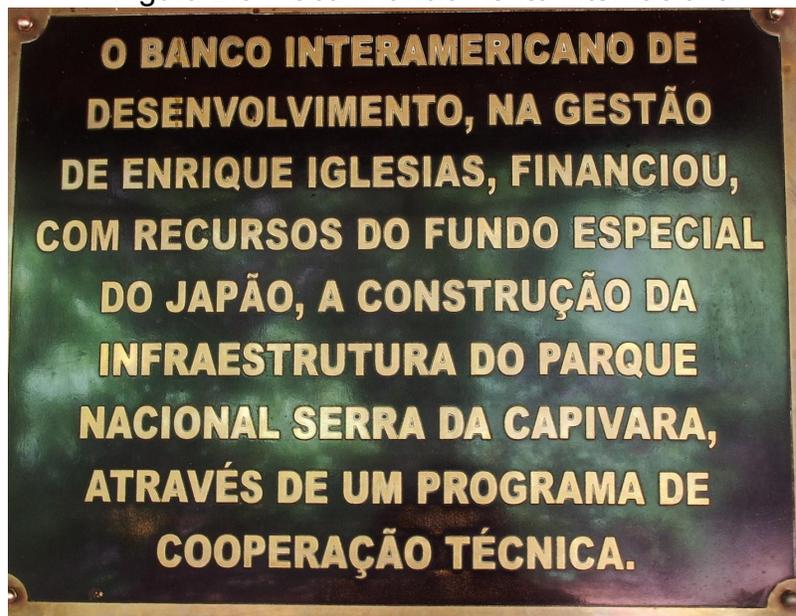
A infra-estrutura turística do PNSC, considerada “modelo” para outros Parques, foi construída com capital de origem internacional captado por projetos da FUMDHAM, tal como demonstra a Figura 2.3, que retrata uma placa encontrada na principal entrada turística do PNSC, a guarita do Baixão da Pedra Furada. A passarela turística, construída com esses recursos está retratada na Figura 2.4.

Por representar uma partilha e responsabilidade global, a legitimação do patrimônio por meio de organismos internacionais pode representar um papel importante no debate sobre meio ambiente e os parques, e ainda ter seu reconhecimento e apoio além das fronteiras nacionais (Davenport e Rao, 2002:69). No entanto, tal internacionalização da responsabilidade sobre o território só é positiva se não ceder integralmente às exigências deste apoio, mas se conciliar e afirmar a realidade do lugar às possibilidades do global. Entendemos que, para que o ordenamento do território comporte algum tipo de estabilidade, é necessário identificar quais os interesses contidos em projetos relacionados a territórios sujeitos a uma co-invenção conflituosa (Acslerad, 2001:69).

A isso acrescenta-se que a freqüente emergência de conflitos não é conseqüência isolada de disponibilidade ou não de recursos financeiros à sua implementação, mas resultado da rigidez de postura das instituições na normatização do espaço. O trabalho

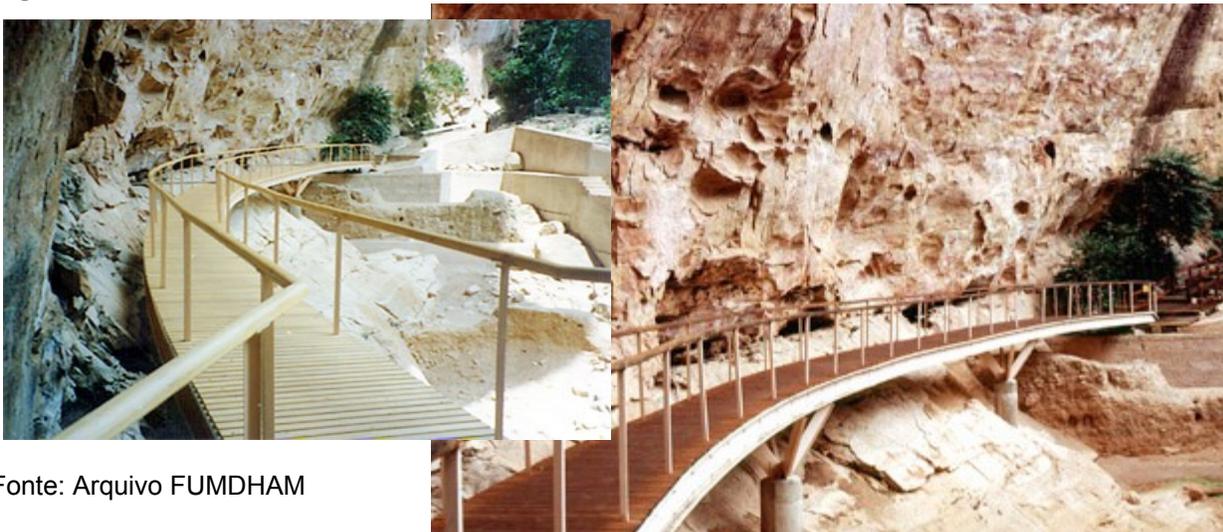
integrado instituição/sociedade é fundamental ao entendimento destas partes, de maneira que o funcionamento harmônico da gestão patrimonial tende a acontecer em sistemas de parceria e não de hierarquia. Os Parques podem representar um *imperialismo cultural* se sustentado na imposição de valores muito mais do que na proposta de convivência destes. Mais do que dinheiro é preciso orientação, educação ambiental e parcerias. Os instrumentos eleitos para o sistema de articulação com os grupos locais definem a afiliação ética da gestão.

Figura 2.3 Placa financiamento internacional



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Figura 2.4 Passarela Turística – Baixão da Pedra Furada



Fonte: Arquivo FUMDHAM

Entre a Interlocução e os Conflitos: Os Instrumentos da Gestão

A *organização*, entendida como um conjunto de normas que regem as relações de cada elemento do espaço e entre si, age, de maneira relevante, por meio de instrumentos de efeito compensatório que, em face da evolução própria dos conjuntos locais de variáveis, exercem um papel de regulador, de modo a privilegiar um certo número de sujeitos (Santos, 1997: 13). Para a efetiva organização territorial de um Parque Nacional são necessários alguns destes instrumentos de gestão, sejam eles compensatórios, a exemplo do reassentamento e indenizações às famílias expropriadas, ou de integração destas populações, como o emprego de mão-de-obra de pessoas que moravam na área destinada à preservação integral, ou na área de preservação permanente (como forma de compensar a normatização de suas práticas econômicas).

No que concerne aos instrumentos de integração, a Figura 2.5, representa a recente opção da gestão do PNSC pela contratação de trabalho feminino em suas guaritas. Dessa forma, os efeitos produzidos por tais instrumentos, na função de reestabelecimento da dinâmica social e econômica da localidade onde se insere, vão além das estimativas previstas pelos gestores. As medidas de gerenciamento desencadeiam influências que vão ser sentidas em grau imprevisível pela organização dos espaços e formas de relacionamento dos sujeitos locais. Em certa medida, e como exemplo, a resultante pode ser sentida nas relações familiares, ou de forma geral no papel desempenhado pela mulher na sociedade, devido às alterações provocadas pela relevância que estas passam a ter para a renda familiar e nas relações de consumo²¹.

²¹Vislumbramos aqui a importância de inserir considerações acerca das questões de gênero diante da complexidade das transformações que se desenrolam na dimensão social na região de influência do PNSC. Com o processo de institucionalização, a inserção da mulher em diversas atividades da vida econômica (como no trabalho nas guaritas, NACs, artesanato, guias), como ferramentas de gestão, influenciam de inúmeras maneiras a forma em que novas territorialidades passam a ser construídas. Diversos fatores exercem influência significativa no sentido do processo maior da dinâmica sócio-espacial: o exemplo de empreendedorismo estabelecido pela ação da Missão Franco-Brasileira de pesquisas, popularizada como “*as mulheres das tocas*” (Pompa, 1987:10), bem como o da FUMDHAM, representada no ícone de sua presidente, Niéde Guidon e das demais pesquisadoras; o aumento da auto-estima, a transformação na administração da renda familiar, e a promoção da mobilidade social por meio do acesso à especialização profissional. Contudo, tanto a restrição do cronograma e demais recursos disponíveis para a pesquisa, quanto o reduzido escopo analítico necessário a um trabalho de mestrado, impossibilitam o aprofundamento destas questões no presente estudo. Fica colocada a possível linha de análise para o desdobramento de um esforço acadêmico posterior.

Figura 2.5 O trabalho das mulheres nas guaritas do PNSC



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Se, como ferramenta da gestão, o emprego das populações locais nas atividades relacionadas ao Parque representa uma maneira de oferecer alternativa à exploração dos recursos e de integração tanto destes indivíduos quanto de suas famílias (por decorrência) às atividades preservacionistas, para as relações sociais isto pode manifestar-se como processos de natureza política bem definida. Pompa (1987:17) assinala, em um determinado contexto, o apoio de parte dos moradores do Zabelê à institucionalização do Parque: *“inteiras famílias e grupos de parentes passaram a apoiar a implantação do parque, na esperança de ser escolhidos como trabalhadores pelo IBDF”*. A escolha em acatar as normas de uso do território coloca-se propriamente como uma imposição à escolha por uma convivência harmônica com essas novas territorialidades. Neste contexto, na falta de investimento de recurso próprio ou de capitais públicos e suporte técnico diretos que surjam de modo a proporcionar a emancipação econômica da área, a única alternativa concreta de permanência no local frente à migração e, sob a ótica da lógica mercantil, à ilegalidade das práticas predatórias, passa a ser o trabalho nas atividades relacionadas ao PNSC.

"Antes, que não existia Parque aqui, vivia da roça e do mato e no mato tinha caça e tira madeira. Pegava caça pra cumê, pra vender. E agora que é Parque ninguém não pode caçar, não

pode tirar madeira, não pode criar, não pode, não pode...plantá, também a gente planta. Mas no parque existe muitas caça e vem comer a roça da gente. E o Parque, nós depende muito do Parque porque se plantá as caça come, então o Parque é em benefício da gente, mais daqueles que tão empregado porque aquele outro que não tá empregado pode ter um outro ramo de vida né, um açougue, um bar (...) Nós depende do Parque, se não tiver o trabalho, nós não tem o que fazer (...) Nós dependemos do Parque porque quando o Parque não dá apoio pra gente nós temos que ir pra São Paulo e aí é muito sofrido. Eu mesmo trabalho desde que criou o Parque. Sempre tem as paradas, quando não vem verba" (Zeca, 40 anos. Sítio do Mocó).

Os dados de campo demonstraram que aqueles escolhidos para o trabalho no Parque ainda se inserem num processo de diferenciação social por ter sua imagem diretamente associada à fiscalização:

"quando ela arranja alguma pessoa daqui pra trabalhar pra ela, mesmo que não queira já vira inimigo da gente porque já não fala mais direito com a gente, já chega na sua casa e fica olhando, se fala alguma coisa aqui num dia e no outro já sabem lá. Passou pra fazer parte da Niéde e aqui já fica ruim. Entra pra trabalhar lá, num dia joga num lado no outro já joga do outro lado. Ela paga por fora pra pessoa dedurar, se amarra e entregar lá ela paga dobrado, outro dia tinha um aqui contando como se fosse uma vantagem disso. Se for perguntar lá pra ela ela diz que é mentira. Pega o pai se encontrar, atira, quebra a perna e não tem conversa não, a segunda chance é meter as armas lá, é correr e eles atiram (...) O trabalho dessas mulheres aí nessas guaritas é só de cagüeta ou de chegar na sua casa e fala isso assim assim é errado. Não dá pra conviver, a gente já fica sabendo que é cagüeta. Aqui tem 6 mulheres que trabalham no Parque" (Severino, 80 anos. Cambraia).

Ao mesmo tempo, aqueles que são integrados pelo trabalho no Parque passam a direcionar seu comportamento, a fim de preservar seu posto, assim como difundir esse sistema de regras entre aqueles de sua convivência, trazendo, de certa maneira, um controle à organização do espaço:

“O pessoal fica com medo de caçar ali naquelas proximidades porque elas²² estão lá passando informação pra gente aí qualquer movimento a gente vem. Por exemplo na Emburana e no Poço dos Bois, ali fica um ponto de apoio. Diminuiu demais” (José, 30 anos. São João Vermelho).

“Agora vem o ponto, porque de cada centro²³ foi colocada 2 ou 3 mulheres aí os mais prejudicados, quer dizer, família né? Aí nos ficamos preocupado porque ela diz não vai caçar lá não senão nós temos que pegar, foi desse lado aí que acertou. Os homens que ficaram em casa, nas roças ficaram pra fiscalizar os filhos, vizinhos” (Reinaldo, 50 anos. Cambraia).

Quanto aos instrumentos de compensação, na época da negociação acerca da expropriação das populações habitantes do interior do PNSC, Pompa (1987) argumenta que não era responsabilidade do então IBDF (atual IBAMA) o reassentamento daquelas famílias, pelo fato de que não possuíam a titulação daquelas terras. No que concerne às atribuições esclarecidas pela moderna legislação ambiental brasileira, o SNUC(2000) traz, no Capítulo IX, *Do Reassentamento das Populações Tradicionais* :

“Art. 35. O processo indenizatório de que trata o art. 42 da Lei nº 9.985, de 2000, respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais. Art. 36. Apenas as populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação terão direito ao reassentamento. Art. 37. O valor das benfeitorias realizadas pelo Poder Público, a título de compensação, na área de reassentamento será descontado do valor indenizatório. Art. 38. O órgão fundiário competente, quando solicitado pelo órgão executor, deve apresentar, no prazo de seis meses, a contar da data do pedido, programa de trabalho para atender às demandas de reassentamento das populações tradicionais, com definição de prazos e condições para a sua

²²Falando sobre o trabalho das mulheres nas guaritas

²³Falando sobre o trabalho das mulheres nas guaritas

realização. Art. 39. Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação.”

Já de acordo com o MMA, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (MMA, 2006) “*Avança no sentido de garantir a priorização do reassentamento dessas populações e a compatibilização de sua eventual permanência com os objetivos da unidade, assegurando-se sua participação na elaboração das normas de permanência e ações permitidas.*”, e coloca como meta: “*A regularização fundiária das unidades de conservação deve ser considerada como prioridade pelos órgãos gestores*”.

A questão da posse e titulação de terras é de grande importância à real demarcação do território dos Parques, já que a delimitação de sua área abrange propriedades privadas e ocupadas por povoados. Por meio do levantamento legal das áreas ocupadas e das áreas pertencentes ao Estado, inicia-se um burocrático e lento processo de indenizações que são causa, por sua lentidão, dos parques de papel. “*A falta de clareza e titulação das terras ameaça centenas de parques em dúzias de países e representa um grande obstáculo oculto para a conservação da biodiversidade*” (Terborgh, 2002:269). Não só a demarcação dos limites do Parque fica ameaçada pelo impasse das indenizações, mas a própria convivência de sua gestão com os povoados e destes com o ambiente.

À espera das indenizações, como observado no caso do PNSC, as famílias ficam subjugadas às normas de gestão e uso do território do Parque, sem poder criar animais soltos, caçar ou promover a rotação de roças. Nestas condições, aquelas famílias que não têm algum membro trabalhando como funcionário do Parque fica sem alternativa econômica. Impossibilitadas de desempenhar suas atividades cotidianas, são levadas ao ócio, o que lhes acarreta muitas outras conseqüências, como o aumento do consumo de bebidas alcoólicas, brigas entre famílias, maior freqüência de idas à cidade e lá, sem poder vender produtos de sua roça ou ter algo com que comprar suprimentos, ficam à margem de suas relações sociais.

Uma solução prática à falta de apoio institucional, neste impasse das indenizações, é a criação de *zonas de uso especial* dentro dos parques, “*que conferem um status quase legal à presença humana não aceitável*” (Terborgh, 2002:270). Embora o autor considere esta solução *extremamente prejudicial*, percebe-se um aspecto positivo na negociação do zoneamento. Estas zonas de uso especial concentrariam as populações residentes, e teriam, como forma de controle da organização e desenvolvimento deste espaço, um conjunto de normas de uso do território. No entanto, a realidade da ocupação humana, tanto nestas zonas de uso especial quanto na área de entorno, exige um esforço de trabalho integrado nas instâncias da educação ambiental, do uso responsável de recursos, da gestão do parque, e ainda no desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo.

Após o tombamento, o patrimônio é organizado para uma função específica. A que tem sido mais presente é o turismo como uma maneira de refuncionalização deste patrimônio, assim como importante alternativa econômica. No entanto, a atividade requer infra-estrutura e adaptações que chegam a interferir nas características originais do patrimônio e até mesmo na vida útil deste (Delphim, 2004:17). Como ferramenta de gestão do território o “*desenvolvimento turístico vem sendo o foco primário do manejo de parques há pelo menos meio século*” (Davenport e Rao, 2002:58). Para estes autores a visitação aos parques é compatível com a conservação e ainda “*promove a aceitação de longo prazo da unidade de conservação como uma instituição legítima*” (Davenport et al. 2002: 305).

O turismo sempre esteve relacionado ao uso dos Parques Nacionais e muitas vezes é a aposta da gestão quanto à alternativa econômica das populações “afetadas por Parques”, assim como quanto à sustentabilidade financeira das atividades administrativas. Uma vez destinado a compor uma área de preservação ambiental e que tem, como alternativa de uso, o turismo, esta área torna-se atrativa ao estabelecimento de pessoas e negócios. No entanto, este fluxo merece ser foco de organização a fim de proteger um dos princípios primordiais das atividades relacionadas ao turismo, o de servir como alternativa econômica dos povoados, que utilizavam como sua base material de reprodução os recursos agora preservados. Se

prevalece a lógica mercantilista, externa à dinâmica do lugar, como fundamento das propostas de emancipação social da área, a tendência é a descaracterização do que dá a este sua identidade. Além disso, subjugua a população a papéis marginais em relação aos padrões de consumo estabelecidos pelos grandes empreendimentos comerciais. Por outro lado, se condicionado a respeitar e promover a dimensão plural da cultura, o turismo dá a oportunidade ao lugar de ser a "*fonte fecunda de renovação*" ou , ao menos, a "facilitará, mascarando a pausterização exigida *pelo mercado*" (Menezes, 1999:92). A paisagem dos circuitos turísticos do PNSC está representada na Figura 2.6

Figura 2.6 Patrimônio Natural



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Capítulo 3. Turismo: realidade ou proposição

A função estratégica do turismo como fonte de divisas é de importância especial nos países que estão em processo de desenvolvimento ou que apresentam recursos naturais e matérias primas limitadas, onde contribui para a diversificação da atividade econômica existente. No Brasil, o Art 180 da Constituição Federal de 1988, ao dispor sobre a Ordem Econômica, inseriu disposição específica, até então inexistente, sobre o papel do Poder Público em prol do desenvolvimento turístico, nestes termos: "*A União, Estados, Distrito Federal e Municípios incentivem e fomentem o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social do país*". As atribuições normativas e jurídicas relacionadas às atividades do turismo anteriormente atribuídas à EMBRATUR²⁴ são hoje de competência do Ministério do Turismo - MTur. A Medida Provisória n. 2.216/02 e Decreto n.4.653/03 atribui ao MTur a ordenação do patrimônio turístico, financiamento de projetos, cadastramento, classificação e fiscalização das atividades turísticas.

No Decreto nº. 84.017 de 21 de setembro de 1979, que estabelece o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, o uso turístico é determinado em seu Art 2º, onde

“Serão considerados Parques Nacionais as áreas que atendam às seguintes exigências (...) III - Condicionem a visitação pública a restrições específicas, mesmo para propósitos científicos, culturais, educativos, ou recreativos”.

De acordo como o SNUC (2000), Art. 11.,

“O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.

²⁴À época: Empresa Brasileira de Turismo – autarquia do Governo Federal.

O turismo é atividade prevista à proposta de instituição das UC's pelos organismos públicos responsáveis. De forma geral, aponta-se como uma alternativa econômica para a autonomia do funcionamento e, ao mesmo tempo, como instrumento de aproximação e integração das populações locais às atividades de conservação e divulgação do patrimônio ante a sociedade global. Diante disso, enquanto outras modalidades de UC's prevêm o estudo e trabalho mais aprofundados das propostas de manejo conjunto, o modelo dos Parques Nacionais, se estruturados estritamente a partir do desenho de zoneamento, tem ainda, como ferramenta de gestão à integração da população, a implementação das atividades relacionadas ao turismo.

Neste contexto, a gestão do Parque Nacional da Serra da Capivara, por meio da FUMDHAM, alimentou como projeto central de sustentabilidade econômica o investimento no turismo como projeto de desenvolvimento. A série de pesquisas promovidas pela entidade e desenvolvida por grupos internacionais, e o montante de investimento acumulado nos planos para esse fim, atestam essa proposição. No entanto a realidade demonstra que o projeto nunca chegou às vias de fato, o que a administração da FUMDHAM entende ser decorrente de um conjunto de empecilhos causado pelo desencontro das políticas públicas relativas à infraestrutura da região.

Como resultado das audiências que a administradora do PNSC, Niéde Guidon, teve em fevereiro de 2005 com os Ministros da Cultura, do Turismo, do Meio Ambiente e Presidentes do IBAMA, do IPHAN e do INCRA, foi produzido um relatório que expõe uma síntese do trabalho de pesquisa realizado para avaliar o potencial econômico da região e do PNSC.

“estudo (realizado por técnicos internacionais e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento) permitiu definir que na região, em razão do tipo de solo e do clima irregular, com períodos longos de seca, somente apicultura e turismo são economicamente rentáveis e permitem o desenvolvimento auto-sustentado”
(FUMDHAM, 2005)

A FUMDHAM procurou, em sua administração, primeiro trabalhar na questão da educação dos povoados do entorno do Parque, por meio dos NACs – que serão analisados no capítulo quinto -, e em alternativas econômicas como o fabrico da

cerâmica e a apicultura. No entanto, é no desenvolvimento do turismo que a Fundação acredita estar a possibilidade da independência econômica do Parque, como nos fala em entrevista a gestora Niéde Guidon²⁵,

“Nós viemos pra cá, nós trouxemos técnicos do Banco Interamericano, do banco da Itália, foi feito um estudo da região e eles constataram que devido ao solo e ao clima somente duas atividades são rentáveis: turismo e apicultura. Então começamos a investir. Hoje o Piauí é o primeiro exportador de mel. Mas já está acabando por causa dos desmatamentos, dos incêndios e a última agora, esse pessoal que invade a caioba.

E o turismo, nós conseguimos dinheiro do Banco Interamericano e investimos 20 milhões de dólares e hoje esse é o melhor parque das Américas (...)

o problema é que ainda precisa de investimento. Nós trouxemos uma firma suíça para fazer todo o projeto e o projeto era esse, preparar a população local para poder integrar o mercado. As pessoas não sabem falar uma outra língua, não sabem fazer nada. Então como é que você vai colocar alguém para trabalhar...agora faz três meses veio um pessoal da Suíça, querendo construir um hotel num investimento de 25 milhões de dólares. Fui ver o aeroporto e o aeroporto não está pronto, já saiu o dinheiro. A primeira verba saiu em 1998, na época eram 15 milhões de dólares, na época 15 milhões de reais. Agora saiu a verba de 2004 e o aeroporto está começado e as obras paralisadas”.

No entanto, os movimentos do mercado e dos investimentos de capital comunicam a dinâmica local com os ritmos e modernidades próprios da profusão de fluxos na comunidade global. Por sua vez, o mercado global e o exercício dos poderes no local funcionam a tempos e interesses que, se conflitantes ou não integrados, bloqueiam as ações planejadas. De acordo com Niéde,

“Os suíços fizeram uma análise do potencial turístico onde estimaram 3 milhões de turistas ao ano. Quer dizer, acaba com a miséria e com a fome. Mas os políticos não querem impor a cultura e que ninguém mais dependa deles. Você compra o voto aqui com dez reais. O voto de uma família inteira custa dez reais.

Nós enveredamos pro turismo não foi assim no 'Bum' não, foi com base nos estudos do BID e com o resultado de outros países.

²⁵Dados da pesquisa de campo, janeiro de 2006.

A questão é a seguinte, nenhum organismo internacional vai financiar pagamento de funcionário. Isto é a verdade por isso é que nos tínhamos feito tudo pra hoje já estar auto-sustentável. Se o aeroporto tivesse sido feito em 1998, hoje não precisávamos de ninguém. O que os suíços aconselharam foi de comprar as terras. Compramos tudo o que eles mandaram. Investi 350 mil dólares entre o contrato deles, a compra das terras, todo os projetos arquitetônicos. A idéia é que entrássemos com o terreno e as firmas hoteleiras construíssem os empreendimentos e então ficaríamos com uma parte das ações da sociedade. O cálculo deles é que em cinco anos, isso era em 1998, o capital começaria a voltar. Só que o aeroporto nunca veio e o dinheiro todo foi pro ralo. Toda a renda seria pra manter os laboratórios, as pesquisas e as escolas. Foi tudo feito propositalmente, mas no Brasil a política passa por cima de tudo, não é?”

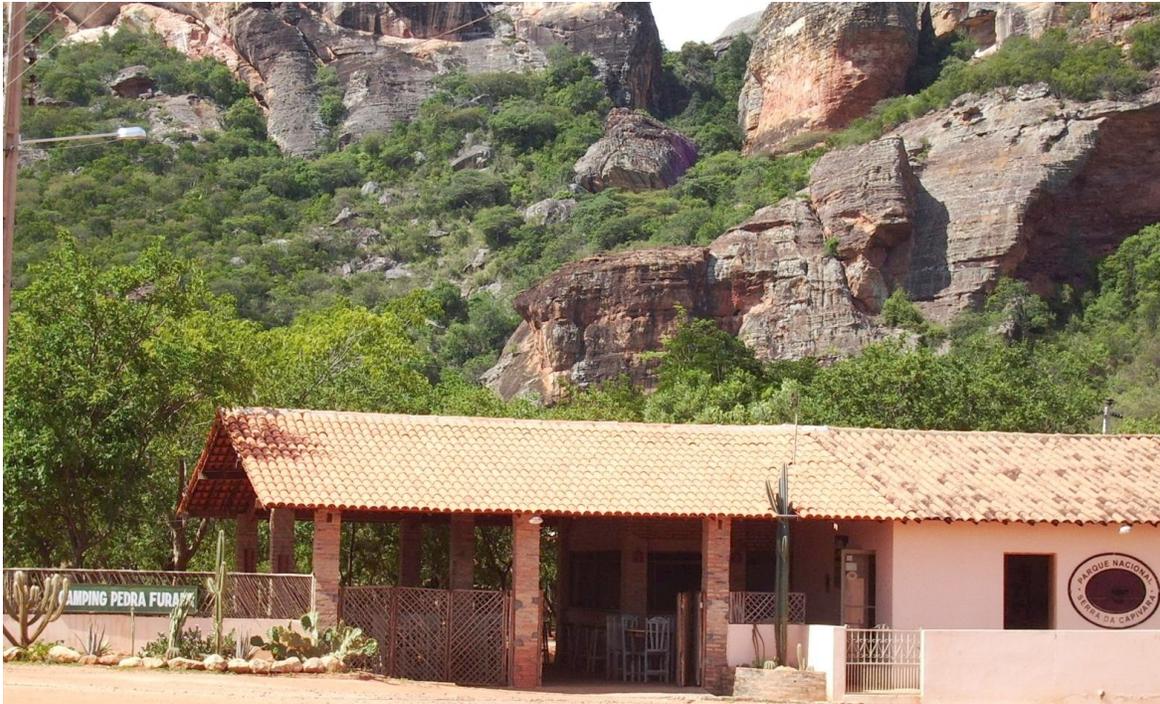
||...||

A dificuldade desta articulação de interesses impõe à realidade local um expansivo choque de perspectivas que não age no sentido de promover a legitimidade de ações de gestão e uso do território, mas antes no de sujeitar aquelas horizontalmente definidas a outras abstratamente demarcadas e verticalmente imputadas. Num estudo em que analisa dois casos de aldeias camponesas nos alpes franceses, Carneiro coloca que “*a integração das aldeias à economia global*” pode, ao invés de diluir as diferenças, propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade (Carneiro, 1998a: 58)

Os estudos que legitimam o norteamo dos investimentos realizados por meio da FUMDHAM representam a verticalização do patrimônio, à medida que traz ao lugar a perspectiva internacional de desenvolvimento. A realidade do lugar, calcada em relações políticas e sócio-econômicas, e até mesmo nas dificuldades naturais – como é o caso do suprimento de água - diferente daquela de onde os projetos são concebidos, frustra o almejado desenvolvimento. À época do trabalho de campo uma parcela do tempo seria dedicada a um estudo mais aprofundado do povoado Sítio do Mocó que, por ser passagem à principal guarita turística, a Guarita do Boqueirão da Pedra Furada, assim como pela construção de um alojamento turístico por meio da FUMDHAM, é a região da área de entorno do Parque que tem maior contato com o fluxo turístico. Este

alojamento, antes administrado pela FUMDHAM está hoje arrendado, com o nome de Camping da Pedra Furada (Ver figura 3.1).

Figura 3.1 Camping da Pedra Furada



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

De acordo com sua administradora e com a rotina observada, cerca de 10 turistas passam pelo local em carro próprio num final de semana comum, muitos já acompanhados de guias turísticos acordados em São Raimundo Nonato. Estes turistas costumam retornar ao Camping para o almoço. O maior movimento dá-se durante a época de aulas quando excursões vindas de Petrolina e Teresina trazem estudantes para um final de semana no Parque, ou à época do Festival Interartes. No entanto, nosso plano de permanecer por cerca de 15 dias no Sítio do Mocó teve que ser reduzido a três dias, pois o Camping, que já estava interditado a turistas por falta de água, não pode mais abrigar nem mesmo sua funcionária e a pesquisadora. De acordo com a administradora/funcionária, o problema da disponibilidade de água é recorrente, já que na época da seca os caldeirões naturais ficam restritos ao abastecimento dos

moradores locais, e as cacimbas (caldeirões artificiais) logo têm seu conteúdo esgotado.

A exemplo do modelo de uso turístico proposto pela FUMDHAM, compartilharemos da abordagem de Serrano, que propõe a “*(in) definição da categoria de turismo mais diretamente relacionada com o ambiente natural, ou o ecoturismo*” (Serrano, 1997:17). A autora traz esta noção de ecoturismo como *idéia guarda-chuva*, por envolver uma multiplicidade de atividades, das esportivas ao turismo rural e por dizer respeito ao conhecimento de si e à superação de limites físicos e emocionais (Serrano, 2000:09). O ecoturismo é a categoria da atividade que a representa tanto na Regulamentação dos Parques Nacionais, quanto no SNUC. Já o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara fala sobre o desenvolvimento de um programa de “*eco-turismo cultural*” (FUMDHAM; IBAMA, 1994:70).

O documento *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (Brasil, 1994)²⁶ traz o conceito oficial do termo:

"(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas."

O ecoturismo, como objetivo de uso do território destinado às unidades de conservação de uso restritivo, a exemplo dos parques nacionais, configura-se como um sistema econômico *elitista*, que estabelece e determina relações e representações com a natureza (Diegues, 1994:54). Esta afirmação de que o turismo nos parques, a exemplo do PNSC é caracteristicamente elitista foi confirmada pela diretora do Parque, Niéde Guidon, em entrevista para a pesquisa. Esta avaliação é feita em função dos altos custos com deslocamento até a região do Parque e dentro do mesmo, o que exige muitas vezes, carros de grande porte e preferencialmente com tração. Desta maneira, uma dinâmica mercantil passa a reger as relações econômicas e os padrões de

²⁶ Atualmente em fase de reformulação pelo Ministério do Meio Ambiente e do Turismo.

serviços, a exemplo da capacitação dos guias (bilíngües e com conhecimento avançado sobre os assuntos relacionados), infra-estrutura e atendimento de hospedagem e gastronomia, atividades esportivas, dentre outros.

“(...) a introdução de novas formas de fazer geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a migração de lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e, de outro lado, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante largo tempo e que se vêem de chofre, substituídas por novas formas de relação cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil” (Santos, 1997: 46).

A lógica mercantil perpassa as relações da atividade turística e pode ainda vir a ser amplificada por tal modelo elitista de aproveitamento das oportunidades econômicas. Diante desse quadro as formas de relacionamento locais vêm-se submetidas a um ímpeto transformador que pode resultar numa diversidade de condutas e perspectivas inevitavelmente marcadas por esta lógica mercantil. Exemplo deste contexto hoje emergente no PNSC fica verificado por meio do fragmento de entrevista:

“o turista sempre quando ele vem ele gasta, de alguma maneira; alguma coisa ele gasta. Mas nunca vai chegar ao ponto de, numa região nossa, sobrar alguma coisa. Porque quando chega alguém, a primeira coisa que ela faz é: leva pro restaurante dela. Só vem indicado pra lá. Se quer alguma coisa ela põe no carro dela mas leva de volta pra lá. Então só sobra pra ela. Eu concordaria desde que as coisas fossem corretas aqui” (Severino, 80 anos, Cambraia).

Esta lógica técnica que vem a justificar as práticas ecoturísticas incita, num extremo, a comportamentos socialmente alienados. Ao mesmo tempo, carrega em si um potencial de mobilização de recursos e recuperação de valores locais, por meio do resgate às manifestações e tradições coletivas, e da revalorização dos espaços. Tudo isso como alternativa de convivência e oportunidade de desenvolvimento com base em hábitos de preservação. A reação do saber popular em estratégias de convivência com

as características da semi-aridez, o manejo sustentável da caatinga e o turismo ecológico e cultural são as alternativas ao processo de desenvolvimento apontados pelo projeto *Cenários para o Bioma Caatinga* (SECTMA, 2004:62).

Neste contexto trazemos uma reflexão sobre o comportamento da dinâmica mercantilista imbuída no consumo turístico e na lógica que rege a preservação do patrimônio. Uma vez destituído de suas bases de sustentação, calcada nas atividades agrícolas, grande parte da cultura material e simbólica destas populações perde o significado de reprodução, a não ser para simular uma realidade comercializada pelo turismo. Neste caso não é somente o consumo massificado que traz o risco de descaracterização das identidades de cada lugar, mas a própria normatização do território. O consumo turístico dos lugares altera marcadamente as relações sociais, principalmente em função da mudança das atribuições e do papel de cada indivíduo no exercício das atividades cotidianas e econômicas, da absorção dos usos e costumes estrangeiros, e no sentido do padrão da oferta dos serviços, que institui costumes antes desconhecidos (Lage e Milone, 2000).

A complexidade do turismo na eleição e tecnificação do território

Sob a aparente crença no desenvolvimento do turismo como atenuador das desigualdades regionais, e tendo como panorama real o interesse político e econômico que um Programa de Desenvolvimento em nível federal pode exaltar, é criado pela Sudene e pela Embratur - Portaria Conjunta 1, de 29 de novembro de 1991 - o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil: o PRODETUR/NE -, abrangendo todos os estados nordestinos e a região norte do estado de Minas Gerais (Cruz, 2001:111). A parcerias firmadas em 1994 entre o Banco do Nordeste e Banco Interamericano de Desenvolvimento e, posteriormente, entre o primeiro e os sub-mutuários (estados nordestinos) investiram na tecnificação do território através de aplicação em infra-estrutura turística para prepará-lo ao recebimento de investimentos por empresas de natureza capitalista. Assim como o Proecotur, o Prodetur insere-se no

projeto nacional de desenvolvimento do turismo como planos regionais que compõem os programas de infra-estrutura básica e turística da política nacional de turismo.

Para atingir os objetivos reais e os explícitos, a estratégia do Programa elege os Pólos de Turismo, resultando num processo excludente de fragmentos do território destinados ao investimento. Este modelo dos pólos e corredores turísticos está também no centro do Plano Nacional de Turismo - Plantur (1992)²⁷, que tem entre suas metas de execução o programa Pólos Turísticos, modelo que, de acordo com Cruz (2001), já aparecia na política nacional de turismo do final da década de 1960. A Figura 3.2 demonstra a concentração destes pólos no litoral da região de influência do Prodetur.

Figura 3.2 Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo



Fonte: Banco do Nordeste em www.bancodonordeste.gov.br/prodetur

Como um braço mecânico da Sudene, o Prodetur-NE é concebido como uma prótese no litoral nordestino, sem deixar, no entanto, de ser também uma ferramenta de direcionamento de recursos a áreas de interesse dos detentores de poder político e econômico, já que se configura como um programa de urbanização movida e patrocinada pelo turismo em áreas de interesse de investimento em megaprojetos,

²⁷ O Plano considerava sete programas prioritários: Pólos Turísticos, Turismo Interno, Mercosul, Ecoturismo, Marketing Interno, Qualidade e Produtividade do Setor Turístico, Formação de Recursos Humanos para o Turismo. (Plantur 1992).

conformando o que Cruz denomina de urbanização para o turismo, numa “*espécie de 'redenção' à realidade dos fatos e dos lugares*” (Cruz, 2001:112).

Esta realidade dos lugares de que a autora fala pode ser entendida como a perpetuação da concentração de poder das ações políticas na região. Não podemos negligenciar a importância desses investimentos, principalmente devido ao fato de que a sociedade local também é, em muitas vezes, beneficiada por esta estrutura, como o transporte de produção e pessoal já que rodovias, saneamento e aeroportos foram responsáveis por aproximadamente 84% do valor total da primeira fase do Programa. No entanto, a apropriação de espaços pelo turismo pode incorrer na exclusão social das populações locais (Cruz, 2001:149).

É neste contexto, das políticas de incentivo fiscais e da rendição dos territórios aos interesses internacionais no litoral do nordeste brasileiro, que demonstramos a internacionalização do compromisso sobre o território por meio de incentivos a investimentos de bandeiras internacionais da hotelaria na construção de *resorts*, que nada mais são do que simulacros, formas de esconder a realidade social do nordeste brasileiro. A inserção vertical destes empreendimentos e atividades, utiliza a paisagem do litoral nordestino somente como recurso, já que sabemos que a força de trabalho regional deixa de ser empregada, devido à baixa capacitação nos setores específicos, à precariedade das condições de trabalho e ao freqüente desrespeito cultural. Isso torna tais empreendimentos “ilhas” que remetem a seus países de origem todo o capital gerado (Luchiari e Serrano, 2005).

Outro aspecto demonstrado pelo Prodetur é a negligência dos projetos nacionais e dos sujeitos políticos intermediadores no que concerne ao turismo no interior do nordeste. A região do Parque Nacional da Serra da Capivara não é contemplada pelos investimentos e facilitadores deste e de outros programas de governo por não integrar nenhum dos Pólos que, no estado do Piauí, localiza-se no litoral, o Delta do Parnaíba.

No entanto, a autonomia proporcionada pela co-gestão do PNSC permitiu que a FUMDHAM fosse em busca de suporte à implantação da infra-estrutura necessária para abertura do Parque à visitação turística: “*A maioria do investimento em infra-estrutura, do dinheiro investido no Parque, é de origem internacional. O que vem do*

Brasil é do FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente, do BIRD, quer dizer não é dinheiro do Brasil mesmo” (Niéde Guidon, dados da pesquisa de campo).

Observa-se que tanto a proposta da FUMDHAM de desenvolvimento da região, quanto a tecnificação do Parque já consolidada por meio da infra-estrutura de visitação, é fruto de uma certa internacionalização desta responsabilidade sobre o território e que hoje vê o planejamento de suas atividades congelado por não ter angariado apoio político às infra-estruturas básicas e ao desenvolvimento urbano de São Raimundo Nonato, município que é porta de entrada principal do Parque. O acesso, além de oneroso, é logisticamente complicado no que concerne a sistemas de transportes e de informação. De acordo com o Plano de Manejo do PNSC (FUMDHAM; IBAMA, 1994), ítem 13.2. Desenvolvimento do Turismo, a gestão do Parque adota a atividade como objetivo principal e, para isso assume uma postura empresarial:

"A FUMDHAM colabora com o IBAMA no sentido de promover o desenvolvimento do turismo ecológico e cultural na área. Este objetivo foi declarado como prioritário para garantir um bom desenvolvimento do Parque e para obter os recursos para uma proteção ambiental adequada.

(...)

Mas o essencial é que a gestão do Parque obedeça à uma política empresarial. Para isto é preciso evitar, desde o início, as distorções e perversões de uma administração burocrática estatal. A população local e os turistas devem apreciar o Parque pelo que ele é, e pelo que ele pode lhes oferecer, individualmente. Para os primeiros o Parque deveria ser percebido como uma fonte de possibilidades econômicas a ser protegida e valorizada. Para os turistas o Parque deveria possibilitar o conhecimento de um patrimônio pré-histórico de grande valor, de uma diversidade de lugares de rara beleza, em um contexto com infra-estrutura hoteleira e gastronômica que justifique o deslocamento até regiões tão longínquas e, ainda pouco freqüentadas"

Múltiplos são os interesses econômicos e políticos na negociação do território eleito ao desenvolvimento turístico e, nestes termos, podem ser acordados interesses

do lugar tanto na inscrição de suas singularidades nos empreendimentos quanto no compromisso com seu real desenvolvimento. As transformações impostas pelo desenvolvimento econômico, e mesmo pelo turismo, devem ser conciliadas com a preservação e valorização de sua herança e do patrimônio sócio-espacial. Essas condições são essenciais na manutenção e crescimento dos fluxos de visitantes, pois em alguns casos se constituem, em si mesmas, no principal atrativo turístico (Rabahy, 2003).

O que tem sido trabalhado como *turismo de base local, ou comunitária* – a exemplo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso - SP, onde tanto o Plano de Manejo quanto a própria gestão e diretrizes de planejamento são realizados a partir da participação da comunidade residente no Parque²⁸ - é visto como uma experiência de grande importância no que tange ao planejamento e ordenação da visitação pública de uma Unidade de Conservação. Desta forma, as atividades relacionadas ao turismo compõem um meio tanto de exercício da atividade econômica quanto de organização da educação para o ambiente. Promove-se, assim, a educação das sociedades locais ao entendimento e valorização do patrimônio e sua participação nas diretrizes de fomento à atividade turística. Esta é a base do desenvolvimento responsável, que se sustenta ao longo do tempo conciliando uso turístico e preservação da biodiversidade, e proporciona a disseminação do saber e da experiência preservacionista.

Castro analisa o papel do turismo na dinâmica cultural, onde este “*envolve a criação de um sistema integrado de significados através dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada*” (Castro, 1999:81). De acordo com o autor, a construção desta identidade turística ilumina alguns elementos enquanto outros permanecem na sombra, em uma realidade permanentemente negociada. O território é, ao mesmo tempo em que patrimonializado, eleito ao interesse turístico, numa construção cultural calcada em interesses econômicos e políticos, o que confirma a tese de que o território não tem uma “vocaçãõ”, mas sim que esta é construída social, política e, principalmente, economicamente.

²⁸ A pesquisadora participou, de novembro de 2004 a março de 2005 do planejamento e implementação do Programa de Turismo de Base Comunitária por meio da Diretoria do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – Instituto Florestal de São Paulo.

Fonseca (1997:71) coloca que a atividade turística não se restringe a um imperativo econômico, mas que este seja elemento essencial à percepção do patrimônio, mesmo quando prevalece o valor de anciandade, ou seja, a apreciação do passado em si. É este o valor que atribuímos às pinturas rupestres e aos sítios arqueológicos como atrativo, a exemplo do PNSC. Este patrimônio pode ser “enriquecido” na medida em que o valor do conhecimento é agregado, por meio das pesquisas, dos eventos científicos, pelo contato com a cultura local, ou ainda com as práticas de ecoturismo. A autora aponta para tal reflexão no contexto da recepção deste patrimônio pela sociedade onde esteja inserido, tal como a aquisição de uma cidadania arqueológica, ou seja, o entendimento, a participação e a valorização do patrimônio arqueológico pelas populações locais.

A FUMDHAM, estruturou um museu interpretativo da história do Homem de acordo com os vestígios encontrados no Parque. Criado em 1990 o Museu tem em sua coleção, dentre uma variedade de achados arqueológicos, uma mandíbula de tigre dente-de-sabre (um animal pré-histórico habitante da região), um pedaço de crânio fossilizado, uma cerâmica de 8.960 anos e um machado de pedra polida de 9.200 anos. O museu é, além de importante atrativo turístico, um excelente ponto de apoio à educação e interpretação ambiental para a população local e ainda uma maneira de aproximar esta ao trabalho da FUMDHAM.

Sobre a noção de museus, a partir da década de 1970, Gomes aponta para a incorporação, às categorias tradicionais, (históricos, de arte, de arqueologia e de ciência) das categorias: de rua, de sítio, ecomuseus e ao ar livre. Essas modalidades são incorporadas devido à “*representatividade das formas de comunicar o conhecimento, ultrapassando a barreira física dos prédios*” (Gomes, 2001:33). Na seleção brasileira de museus proposta pela autora como de potencial turístico estão classificados o Museu do Homem Americano e o Parque Nacional da Serra da Capivara como Museu de Sítio Arqueológico e Museu ao Ar Livre, respectivamente.

Pela importância de democratizar o acesso à cultura, os museus exercem um importante papel na sociedade. A autora relaciona o exemplo dos museus mexicanos onde o trabalho de profissionais “atualiza a linguagem” e busca formas modernas e

interativas de exposição. No exemplo de Gomes o *“binômio turismo-patrimônio arqueológico, por razões políticas, relacionadas ao projeto de construção de uma identidade nacional, representa uma prioridade”* (Gomes, 2001:28).

Essencial ao entendimento do valor atribuído ao patrimônio, Morais (2001:99) coloca *“a história do outro, pelo reconhecimento de espaços desconhecidos de vivência e pela valorização da etnicidade e dos grupos indígenas, ancestrais de um terço da população brasileira”*. Essa história do outro é incorporada à sua própria história por meio do processo de cidadania arqueológica, mas que somente é possível a partir da democratização do acesso a este espaço, talvez até de forma orientada para que seja possível enxergar além dos conflitos que essa valorização trouxe. Esses processos, de encontro das realidades – da patrimonialização e da sociedade atual, é vista como uma alternativa à valorização do patrimônio material e simbólico por parte da sociedade com quem este convive e que pode também culminar na incorporação destas raízes à sua história, trazendo um sentido de pertencimento e de maior respeito ao trabalho arqueológico e científico nas duas direções.

Se como nos diz Souza (2000: 106), *“o projeto de autonomia pressupõe também a liberdade para colocar-se a questão do desenvolvimento”*, a sociedade organizada e autogestora deve ter o poder de definir democraticamente se quer o turismo como prioridade de desenvolvimento ao invés de acatá-lo como a imposição de ser a alternativa econômica. Os Planos de Manejo dos Parques Nacionais não admitem a presença humana em seu interior e, devido às normas impostas aos povoados de sua área de entorno, estas ficam impossibilitadas de exercer suas atividades tradicionais. Neste contexto a atividade turística passa a ser uma alternativa econômica proposta à subsistência destas populações.

A pesquisa de campo, por meio das entrevistas com os moradores dos povoados da área do entorno do PNSC traz aspectos próprios de um planejamento turístico não consolidado, vislumbrando a perspectiva de benefícios econômicos, geração de trabalho e infra-estrutura hipotéticos. Ao mesmo tempo transparecem receios de prováveis efeitos perversos e choque com a cultura urbano-industrial.

“Então a gente pode pensar que o Parque gera muita coisa indireta também, muito em função do turismo. É, tem o turismo também. Nós depende do Parque, se não tiver o trabalho, nós não tem o que fazer (...) Começa a mudar sabe, aqui ninguém usa droga, essas coisas, aí, mais pra São Raimundo começa, sabe. Aí, sempre quem tem seus vícios não deixa sabe. Aqui ninguém precisa de segurança pra ninguém, não acontece nunca nada” (Zeca, 40 anos, Sítio do Mocó).

“Eu acho que o nosso Sítio é o melhor lugar por aqui...talvez seja o povoado mais aconchegante das redondezas. Tem o Parque Nacional que é a maior riqueza que nós podemos ter. O dinheiro que circula por aqui tem uma versão: é do Parque através da Dra. Niede, e tem o Fundo Rural, e por meio destes tem o Turismo. De São Raimundo Nonato pra cá eles vão deixando alguma importância em dinheiro. Então todo mundo tem um pouco de contato com aquele dinheiro e ele fica circulando de São Raimundo Nonato, aqui pro Sítio e pra Coronel José Dias” (Mauro, 40 anos, Sítio do Mocó).

“Aqui mesmo em João Costa ainda não fizeram nada, mas lá pra São Raimundo já tem um bocado de turista, pra conhecer o Parque né? Através dos alinhamentos deles, faz as viagens, buscam os recursos e os governador paga. Aí os turista já vem direto, com hora marcada, tudo muito bacana(...) turismo é ver as novidades as bonitezas, levar o conhecimento daqui lá pra fora também eles falam pras famílias 'olha eu vi isso, olha o retrato das nossas férias' (...) ah, o turista traz muita coisa boa por acaso, se ele achar uma cadeira dessa engraçada ele leva e já deixa alguma coisa aqui. A gente não fez pra vender,mas se for bom...ele leva pra lá pra apresentá. Aqui mesmo não vem turista, mas se viesse seria uma boa. Essa semana mesmo tem um festejo aqui no Cambraia, quantas pessoas não vem de São Raimundo, dos lugares..podia por umas barraquinhas, umas coisas boas...pro lucro do turista que vem visitar. A renda do que der da festa é pra puxar o piso da igreja que ainda não tá concluída” (Reinaldo, 50 anos, Cambraia).

Perguntando se gostaria que viesse turista pra cá, e se isso mudaria a relação das pessoas no povoado:

“Ah, ia ser bom demais, bom pra nós que ficava perto pra ir pra São Raimundo (...) Ave Maria ia mudar demais. Ia ser bom sim. Ao menos aí ia ter o trânsito de São Raimundo pelo menos, a gente ia poder vender as mercadorias direto pros caminhão.” (Maria, 50 anos, Cambraia).

As atividades relacionadas ao turismo podem atribuir valor ao meio rural pela preservação da cultura material e simbólica, por uma nova valorização relativa ao espaço em sua conotação paisagística e da biodiversidade. Nos povoados do entorno do PNSC ainda preservam-se manifestações tradicionais, como quermesses e as festas às padroeiras locais, a exemplo da Roda de São Gonçalo observada por Pessis (1998) no povoado de Serra Vermelha: uma festa originada pela carência de recursos hídricos e que *“integra um sincretismo religioso e cerimonial destinado a pedir chuva quando a seca se prolonga além da época normal”* (Pessis, 1998: 133). Essa cultura, hoje de interesse das práticas de consumo da sociedade urbano-industrial, pode ser observada nos hábitos de cultivo e criação de animais, no fabrico de ferramentas ou nas artes. Alguns povoados ainda sobrevivem na área do PNSC, alguns destes com poucas unidades familiares que resistem às pressões impostas pela gestão do Parque quanto ao exercício de suas atividades cotidianas. O povoado de Cambraia é um destes que ainda resguarda características de sua expressão cultural, representada pelo músico e artesão retratado na Figura 3.3.

Figura 3.3 Exemplo da expressão cultural remanescente na área do PNSC



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Em sua pesquisa, Carneiro (1998b) compara distintos contextos locais na França, onde o turismo foi proposto como uma das principais atividades econômicas alternativas às unidades produtivas rurais. Nesse cenário a autora argumenta que a “*autoprodução dos espaços de sociabilidade*” surge como prática fundamental para a compreensão daquele (Carneiro, 1998b:190). Carneiro demonstra como a sociabilidade figura como foco do processo por onde se dá a valorização e reafirmação dos signos e símbolos tradicionais e da identidade local (Carneiro, 1998b:180-192). A partir disso pode-se compreender as maneiras distintas como os novos usos do espaço rural alteram o modo de vida local.

No caso das ‘festas camponesas’ a aldeia refuncionaliza o espaço vivido por meio da reafirmação de valores camponeses típicos. Isso através da recuperação de ritos, imagens e hábitos tradicionais, incorrendo na valorização do espaço rural vivido como bem de consumo pela sociedade urbana que atualmente passa a buscar a fruição desses códigos culturais (Carneiro, 1998b: 193-198). Já na situação encontrada nas ‘festas da aldeia’, a autora observa a real “*subordinação*” dos valores tradicionais camponeses aos citadinos. Nesse contexto a comunidade realiza o consumo dos valores urbanos, ocorrendo uma consolidação da urbanização dos valores e símbolos do espaço rural. Contudo, neste último caso, junto com uma certa urbanização dos valores, uma importante questão social é encaminhada: a retenção do êxodo dos jovens nos locais que sofreram fortemente a invasão da cultura de consumo citadina (Carneiro, 1998b: 198-202). Embora o primeiro caso analisado por Carneiro (1998b) reflita a situação de uma realidade amplamente influenciada por intervenção estatal deliberada, revela a postura potencial de uma apropriação cultural afirmativa das influências e valores emergentes no âmbito local em contato com a dinâmica dos fluxos globais.

Para os fins do nosso estudo, cabe a reflexão acerca das possibilidades oferecidas pelo turismo de interlocução entre horizontalidades e verticalidades diante do processo de normatização do território do PNSC. Com esse objetivo é necessário compreender que,

“apreender qual o papel que cabe ao turismo no ordenamento e reordenamento de territórios para seu uso, requer a consideração de inúmeras variáveis que compõem o imenso jogo de relações, do qual o turismo representa apenas uma parte” (Cruz, 2001: 27).

Muito embora esse exercício localize-se no plano propositivo, já se sentem os efeitos iniciais das influências trazidas com a conexão realizada entre as esferas local e global realizada a partir do processo de patrimonialização do espaço. O turismo se apresenta como uma possibilidade objetiva de imprimir movimento ao lugar, de reapropriação das territorialidades, seus hábitos e significações. Talvez ainda mais relevante, fornece importantes instrumentos para que as populações locais absorvam formas institucionais de territorialidade, a exemplo da preservacionista. No entanto, a maneira como diferentes modelos de exploração dos potenciais turísticos é estabelecida amplifica ou ameniza conflitos já estabelecidos, trazendo a influência incisiva da lógica mercantil e seus efeitos, explícita ou implícitamente, nos modos de organização do espaço e nas formas de relacionamento.

A maneira como a organização do território ao uso turístico foi proposta pela FUMDHAM espelha o coronelismo histórico nordestino tanto por não se legitimar em suas bases, apesar de ser reconhecido em suas ações assistenciais, como por concorrer com a oligarquia local. Patrimonializando o espaço, desapropriando a população de suas bases materiais e simbólicas, a disputa de poder por meio do território elege o turismo, com base técnica em estudos e exemplos estrangeiros, e convoca os locais a se submeterem à sua lógica mercantil. Diferentes formas de reagir à dinâmica de mutação dos signos do espaço são dadas também pelo turismo que, de acordo com a dinâmica em que se processa, pode ser apropriada tanto pelos poderes verticais, institucionais, quanto em suas horizontalidades.

Parte II.

**Conflitos e práticas sócio-espaciais
no Parque Nacional da Serra da
Capivara, Piauí, Brasil.**

Capítulo 4. Os usos pretéritos e as novas territorialidades

O estudo antropológico de Godói (1986,1993,1999), sobre a ocupação camponesa no sertão do Piauí, em O Trabalho da Memória, traz também como *lócus* de análise o povoado do Zabelê, no sudeste do estado. O Zabelê é um dos povoados “atingidos” pela delimitação do Parque Nacional da Serra da Capivara²⁹. Em Godói (1986,1999) e Pompa (1987) temos uma base referencial de estudos sociais locais acerca tanto do processo de ocupação e de organização destas populações rurais, “marcada pela itinerância e marginalidade” (Godói, 1999:16), quanto um importante registro histórico dos processos sociais envolvidos na patrimonialização do território.

Embora o presente estudo não se proponha a realizar um resgate histórico profundo, que pretenda demonstrar a continuidade cultural das práticas sociais do passado, um breve esforço analítico da formação destas territorialidades permite perceber, como marca desse processo, um choque pronunciado entre verticalidades e horizontalidades.

O etnocentrismo dos colonizadores foi responsável por dizimar no todo ou em parte as nações indígenas dos territórios ocupados. Aqueles que escaparam com vida, ou que não aceitaram o aprisionamento, foram desterritorializados. Os primeiros colonizadores que chegaram à região que hoje correspondente ao Estado do Piauí participavam das expedições bandeirantes que penetravam no interior, em busca de metais preciosos e índios para a escravidão. A expansão da atividade agropecuária, como força-motora dos engenhos, efetivou a ocupação européia desta região. As missões jesuíticas contribuíram para a exploração do trabalho do índio e para a desapropriação simbólica e cultural.

No Piauí, durante a segunda metade do século XVII até o final do século XVIII, numerosas expedições foram organizadas com a finalidade de expulsar os nativos de suas terras, sendo que, algumas áreas - devido à suas características geológicas repletas de canyons e vales - serviram de abrigo e refúgio:

²⁹ A análise mais detalhada acerca do povoado do Zabelê pode ser consultada no capítulo sexto, que trata da pesquisa de campo.

"O Piauí era um verdadeiro 'corredor de migrações' para os nativos do Nordeste, fustigados pelos pregadores e pela penetração do colonizador. As características físicas e geográficas variadas dos sertões piauienses, com serras, caatingas, rios, várzeas abundantes, vales e chapadas ofereciam excelentes pastos naturais, recursos hídricos, frutos silvestres, animais de caça em abundância, além de servirem de abrigo e refúgio para as tribos das vertentes do rio São Francisco e litoral nordestino e da bacia amazônica" (FUMDHAM 1998).

Às vistas do colonizador, o espaço esvaziado por sua ambição à conquista do território estaria então pronto para ser explorado. A pecuária extensiva predominou do final do século XVIII a meados do século XIX, sendo responsável pela formação de uma sociedade rústica de fazendeiros. Esta se manteve até por volta de 1890, quando a exploração da maniçoba para extração do látex ocupou o foco das atividades da região, perdurando até as primeiras décadas do século XX. Os antigos fazendeiros tornaram-se comerciantes nesta fase de extrativismo que, relacionada ao início da indústria automobilística, acompanhou a exploração da borracha na Amazônia. A desvalorização do látex - devido às alternativas sintéticas do material - ocasionou o abandono da atividade e do território, levando os trabalhadores à caça: *"A chapada tornou-se uma região de caça antes de ser em parte incorporada ao Parque Nacional da Serra da Capivara e em parte reservada às monoculturas de caju"* (FUMDHAM, 1998: 28).

Apesar dos ciclos de conquista e exploração do território, e das adversidades econômicas e climáticas, as populações locais do sertão do Piauí persistiram em suas práticas sócio-espaciais, dando continuidade à sua reprodução cultural. Prova disto são as práticas simbólicas e materiais, observadas por Godói (1986, 1993, 1999), assim como, na pesquisa de campo empreendida aqui, o cultivo das roças. Em decorrência da descoberta das evidências arqueológicas, dos sítios de pinturas rupestres e nas escavações, as territorialidades locais são submetidas ao moderno processo de verticalização, sob o signo global da patrimonialização.

Os dados coletados e sistematizados pela FUMDHAM permitiram às pesquisas orientadas pela Fundação traçar um panorama do modelo econômico exercido pelas sociedades pré-históricas, a exemplo das datações entre 3.000 e 1.600 anos atrás, cujos vestígios autorizaram os pesquisadores a deduzir que esses povos viviam em aldeias circulares e que o arranjo desta sociedade, assim como a prática da agricultura do milho, feijão, cabaça e amendoim, já requeriam adaptação técnica e social. Por meio de datações feitas com os métodos do carbono 14 e termoluminescência, a equipe de pesquisas orientada pela arqueóloga Niède Guidon sustenta que algumas pinturas da Serra da Capivara foram realizadas há 48 mil anos. De acordo com a pesquisadora, ao lado de restos de fogueiras pré-históricas, igualmente antigas, a arte rupestre do Nordeste seria a prova de que o homem chegou à América numa época anterior à até então suposta pela comunidade científica internacional. É uma afirmação que se choca com uma das idéias mais difundidas pela arqueologia tradicional, a de que o Homo sapiens chegou à América há cerca de 12 mil anos (Guidon et al, 2002:55-56).

"As pinturas e gravuras rupestres são então estudadas com a finalidade de poder caracterizar culturalmente as etnias pré-históricas que as realizaram, a partir da reconstituição de um procedimento gráfico de comunicação que faz parte dos respectivos sistemas de comunicação social" (IBAMA; FUMDHAM, 1994:169).

Cerca de 874 sítios, dentre os arqueológicos e os de pintura rupestres, já foram cadastrados pelo 19º Escritório Técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato (Ver figura 4.1) e passam por um processo contínuo de conservação, como demonstra a Figura 4.2.

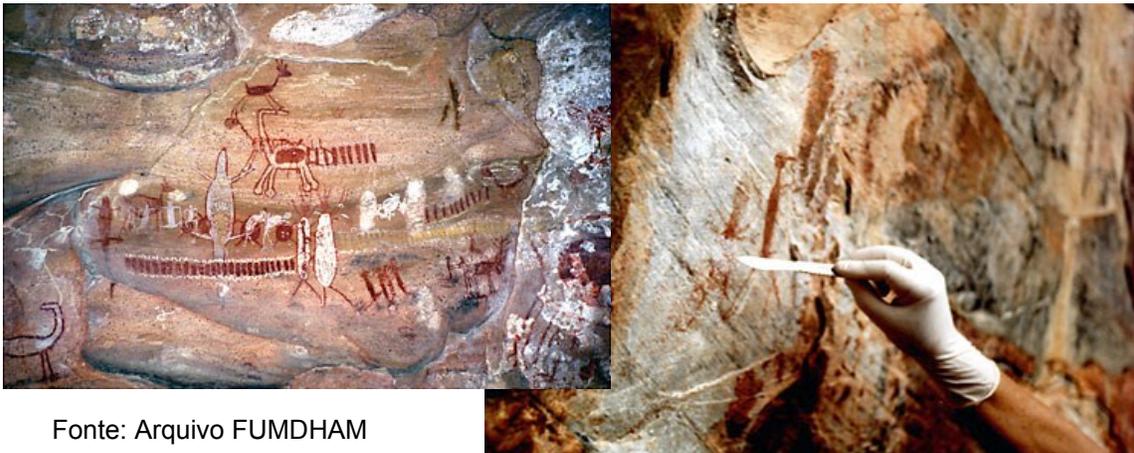
Figura 4.1 Escritório do IPHAN em São Raimundo Nonato



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Foto: Claudia Levy

Figura 4.2 Pinturas rupestres e trabalho de conservação dos sítios no PNSC



Fonte: Arquivo FUMDHAM

A hipótese de trabalho da Fundação é que esses grupos migravam nas épocas de grande seca, deslocando-se para as regiões mais próximas aos grandes rios perenes, a exemplo do São Francisco. Este panorama não difere muito do cenário descrito por Euclides da Cunha, ao relatar seu testemunho acerca do processo de enfrentamento da seca pelo sertanejo no sertão da Bahia:

"Aproxima-se a seca.

O sertanejo adivinha-a e prefixa-a graças ao ritmo singular com que se desencadeia o flagelo....

A seca não o apavora.

É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos.

Enfrenta-a, estóico.

Apesar das dolorosas tradições que conhece através de um sem número de terríveis episódios, alimenta a todo o transe esperanças de uma resistência impossível.

Com os escassos recursos das próprias observações e das dos seus maiores, em que ensinamentos práticos se misturam a extravagantes credences, tem procurado estudar o mal, para o conhecer, suportar e suplantar. Aparenta-se com singular serenidade para a luta. "

Descrita a luta, o intelectual parece sugerir que o fenecimento das alternativas de sobrevivência termina por imprimir à gente daquela terra um rústico legado de práticas e disposições que harmonizam duramente o homem ao seu ambiente:

"O nordeste persiste intenso, rolante pelas chapadas, zunindo em prolongações uivadas na galhada estrepitante das caatingas e o sol alastra, reverberando no firmamento claro, os incêndios inextinguíveis da cancícula.

O sertanejo, assoberbado de reveses, dobra-se afinal.

Passa certo dia, á sua porta, a primeira turma de 'retirantes'. Vê-a assombrado, atravessar o

*terreiro, miseranda, desaparecendo adiante,
numa nuvem de poeira, na curva do caminho...
No outro dia, outra.
E outras.
É o sertão que se esvazia.
Não resiste mais.
Amatula-se num daqueles bandos, que lá se vão
caminho em fora, debruando de ossadas as
veredas, e lá se vai ele no êxodo penosíssimo
para a costa, para as serras distantes, para
quaisquer lugares onde o não mate o elemento
primordial da vida.
Atinge-os.
Salva-se.
Passam-se os meses. Acaba-se o flagelo.
Ei-lo de volta. Vence-o a saudade do sertão.
Remigra.
E torna feliz, revigorado, cantando; esquecido de
infortúnios, buscando as mesmas horas
passageiras da ventura perdida e instável, os
mesmos dias longos de transe e provações
demorados." (Cunha, 1975:110-114).*

Para o trabalhador rural tradicional que convive com essa realidade, os fatores naturais são determinantes na produção, onde a produtividade é vista como resultado direto de uma relação entre o homem e a terra, e não como algo que dependa de relações de produção. As pressões de transformação e de adaptação técnica refletem na desestruturação do sistema tradicional de produção. Desta maneira criam-se novas necessidades de consumo e de produção, levando este trabalhador a um campo de tensões e, muitas vezes, vê como única alternativa a migração. A pesquisa de Silva (2005)³⁰ sobre a migração do trabalhador rural em monoculturas de cana de açúcar no interior paulista aponta para o crescente número de indivíduos vindos dos estados do Piauí e Maranhão. A pesquisa de campo do presente estudo confirmou o cenário apontado por Silva (2005) em diversos discursos e no exercício da observação. A migração sazonal para o trabalho no corte de cana em São Paulo, Brasília e Goiás é

³⁰ Resultados de pesquisas em andamento, apresentadas em palestra do dia 20.10.2005, Proferida por Maria Aparecida de Moraes Silva, a convite do CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH/Unicamp sob o título: *Senhores da Terra: donos do Mundo*

um ciclo histórico, e abordado em diversos estudos (Godoi,1986,1999; IBAMA / FUMDHAM,1994:297, Pessis,1998, etc).

Felício (90 anos, Sítio do Mocó), refere-se à migração cíclica de pessoas de seu povoado para trabalhar no corte de cana no interior do estado de São Paulo: *“Quem não consegue serviço vai pra São Paulo, nesse negócio de cana. Lá chama Serrana, eu trabalhei lá em 1950. Ainda hoje os meninos vão. Tem uns que vão todo ano”*.

Durham aponta que a *"emigração aparece como resposta a condições normais de existência, quando o trabalhador percebe que sua miséria é condição permanente"* (Durham, 2004: 170). De acordo com a autora, a emigração faz parte de um padrão universal no equipamento cultural tradicional, como um recurso para aliviar as tensões econômico-sociais. A sucessão cíclica dos processos de reprodução do sertanejo, de sua luta durante os períodos de seca, da migração e do retorno, é naturalizada pelo passar de suas gerações. No entanto, o poder político e os braços de interesse pela região vêm a institucionalizar a seca, construindo politicamente um termo referencial para esse território, o 'semi-árido'.

O semi-árido vem representar um território político, a fim de problematizar a 'indústria da seca' e justificar as grandes obras e a quantidade de verba direcionada para o auxílio aos flagelados pelas secas do nordeste brasileiro. Utilizando como critério de eleição do território a baixa precipitação, a área 'semi-árida' foi delimitada em oito estados do nordeste e parte do norte de Minas Gerais, totalizando 962.299,8km², de acordo com decreto-lei 175 de 1936. Mais tarde, de acordo com o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, o Polígono das Secas incorpora parte dos estados do Maranhão e Espírito Santo.

Criado em 1946, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, centrava suas atividades em obras de engenharia na região semi-árida nordestina, em resposta às freqüentes e longas estiagens. Cumprindo o papel de sucessora deste departamento, é criada a Sudene, em 1959 com o objetivo não somente de intervenção técnica, mas de desenvolvimento de setores produtivos do Nordeste, sob a forma de isenções fiscais à instalação de indústrias na região. Vemos, no entanto, à luz do DNOCS e posteriormente da SUDENE, a perpetuação da

concentração de poder por sujeitos políticos e sócio-econômicos, senhores dos meios de produção e de sobrevivência.

A problemática intrincada nesta identidade da região semi-árida relaciona-se aos interesses políticos e econômicos das possibilidades que a inserção do território neste recorte permite, por meio de políticas de incentivos. No entanto, conferir aos aspectos naturais (ocorrência de chuvas) o sentido explicativo para graves problemas sociais, como é o caso do Polígono das Secas, torna possível a justificativa política de adoção de medidas e ações de caráter assistencialista e efêmeras, caracteristicamente clínicas e concentradoras do poder na espacialidade, de maneira a restringir a autonomia destas sociedades eminentemente rurais. A unificação nos discursos sobre a caracterização da semi-aridez e da seca nordestina é apontada por Castro (2001) como sendo a *"fundamentação da construção do imaginário regional e dos valores simbólicos a ele associados"*. De forma a desconstruir a perspectiva da seca como sujeito social, a autora aponta fatores históricos e geográficos desta construção que moldou os atores sociais regionais:

"a preservação de relações sociais verticais que se reproduzem nas estruturas de poder local; a exclusão social; as estratégias para obtenção de recursos públicos

(...)

o discurso regional, que se fundamenta no clima semi-árido como problema, é contraditório com a superação científica do determinismo geográfico e com o processo de desenvolvimento regional e nacional" (Castro, 2001).

A influência do poder político determina, por vezes aleatoriamente, os usos do território, de maneira a limitar o acesso aos recursos e técnicas que permitam o desenvolvimento autônomo das atividades produtivas. Desta forma visa manter, por parte das lideranças/oligarquias locais, um curral social: *"É portanto o patrão, na figura do coronel, que assegura para os seus agregados os benefícios da ordem jurídica, administrativa e assistencial da sociedade"* (Durham, 2004: 165). Esta sociedade é o pássaro na cordinha, ou ainda aqueles outros na gaiola, aparentemente protegidos

contra os gatos e controlados pelo garoto na pintura de Goya, na interpretação de Raffestin (1993). Temos então os atores sociais engessados pela iminência das mazelas de ordem natural (os gatos que caçam pássaros), e o poder vertical burguês que controla seu vôo.

Formada historicamente pelas relações de poder, esta estrutura social cristaliza-se no nordeste brasileiro sob o domínio das oligarquias locais. Estas oligarquias detêm o poder por meio do monopólio sobre a terra e a água e, sobretudo sobre as técnicas.

Esse jogo de poder permeia fortemente a realidade sócio-espacial desta região. De acordo com Pompa (1987:10), "*Toda eleição na região é um pequeno 'drama social', um 'momento em que a substancial unidade dos grupos de parentes e vizinhos quebra-se em relação aos votos'*", ou melhor, em relação aos benefícios assistenciais que a opção partidária traz nestes momentos. A exemplo temos o recurso correntemente utilizado, e também observado pela autora, do privilégio de abastecimento de água por meio de carros-pipa. Disputado tanto entre essas oligarquias tradicionais, como pela patrimonialização do território, esta que assume o papel de interventora, claramente refletido na realidade dos entrevistados.

"Z: aqui sempre vem um candidato, mas aqui quando passa a eleição não aparece mais.

M: Sempre tem uma coisa do mal pro bem pra outros né? Aqui pra nós uma seca dessa aí traz muito prejuízo pra nós e muitas vezes pra eles lá é lucro porque eles conseguem buscar as coisas e fica por lá mesmo. Uma crise dessa aí todo mundo aparece pra ajudar e sempre no Piauí os político ganha dinheiro. A nossa seca pra eles é uma fonte de renda.

Z: eles elaboram os projetos deles lá, um baita plano, leva lá pro Governo"

(Zeca e Mauro, 40 anos, Sitio do Mocó).

A geração de postos de trabalho e a facilitação de serviços como educação, saúde e infra-estrutura, tais como perfuração de poços de abastecimento de água, fornecimento de energia, sistemas de comunicação e a melhoria de estradas são ações executadas ou facilitadas pela administração do PNSC, em si reconhecidas nas falas

locais como a materialização do desenvolvimento. Nesta abordagem, também no contexto do Parque Nacional da Serra da Capivara, Hauff coloca este tipo de situação em evidência, ao afirmar,

“que a unidade [de conservação] surge como único setor preocupado com a busca de soluções à carência e ausência de serviços e políticas públicas, sendo quase obrigado a tomar a responsabilidade de outros setores públicos pelo alto grau de escassez e miséria regionais” (Hauff, 2004:92).

“Energia mesmo a gente agradece ela que arrumou por causa dessa escola (NAC-Barreirinho) e no Sítio do Mocó, senão acho que pelo Prefeito não tinha nada por aqui não. E estrada, ela fez a estrada e tem muito emprego pro pessoal aí em cima da Serra, as telhas que a gente faz e nos sítios e na conservação das tocas” (Marta, 75 anos, Barreirinho).

“A e L: o Parque trouxe a energia, a escola, primeiramente foi a escola. Melhorou muito. O poço que furou. Hoje já pode usar a geladeira, a televisão.

A: O que tá faltando é um posto telefônico.

L: Aí tivemos que pegar o nome de todo mundo pra pedir, que a Telemar que ver quantas pessoas que tem né? Muitas pessoas daqui disseram que não queriam através do IBAMA ou se fosse pela FUMDHAM. Se vier por eles, eles não querem. Uns por ignorância mesmo, outros porque acham que o Parque vai tomar as terras deles” (Almeida e Lucas, 75 anos, Alegre)

Do ponto de vista político, Bonfim e Silva (2003) caracterizam a formação social piauiense por um fechamento do subsistema político, característica esta particular ao sistema oligárquico. Ao considerar o processo histórico de ocupação, de subordinação às capitâneas vizinhas, da exploração do território por meio da pecuária extensiva e mais tarde do extrativismo vegetal, os autores apontam a formação de condições para a consolidação de dois tipos de heranças: 1) a terra passou a ser o principal elemento de riqueza e também de poder político; e 2) o perfil econômico estadual mostrou sempre um traço de grande debilidade, sem que o Estado tivesse a oportunidade de

contar com uma pauta de exportações capaz de alçá-lo à condição de maior privilégio no contexto nacional, onde a concentração de riqueza e o pouco dinamismo econômico limitam o destino desta sociedade a extraírem recursos da União. Desta maneira, os autores colocam ainda que, o princípio da autoridade, e não o de mercado, torna-se o definidor das características básicas destas instituições sociais piauienses (Bonfim e Silva, 2003). Fruto desta formação social e política, a seca é vista sempre como casualidade e as populações atingidas dependentes de ações emergenciais de socorro, ou ainda por meio de atitudes de solidariedade, de doações e de direcionamento de recursos públicos para este fim. É neste contexto que a corrupção co-pilota as ações, perpetuando-as num jogo cíclico de interesses políticos e administrativos, conformando então a indústria da seca. A seca no sertão nordestino brasileiro configura-se como uma realidade institucionalizada.

A dinâmica sócio-espacial: o domínio do semi-árido e as caatingas

Em estudos empreendidos na década de 1970 Durham considera o sertão como pertencente às áreas economicamente marginais (Durham, 2004: 163). O avanço da cultura da soja nos estados do Maranhão e Piauí vem a ser um fator adicional na pressão à migração destas populações para o corte de cana no estado de São Paulo, assim como aos núcleos urbanos mais próximos. No entanto, a regularização fundiária nos estados de origem mostra-se como alternativa ao estancamento deste fluxo migratório (Silva, 2005).

Carvalho (2002) assinala, no nordeste semi-árido, a desestruturação de uma “*economia baseada na produção agrícola*”. De acordo com o autor as taxas de crescimento da população urbana nesta região, observadas desde a década de 60 superam hoje, os índices do Nordeste como um todo e no Brasil, com crescimento em 2,6% ao ano no índice de população urbana³¹, para o intervalo de 1991 a 2000, enquanto, neste mesmo período, a população rural apresentou crescimento negativo de 0,98% (Carvalho, 2002). Considerado o mais densamente povoado território semi-

³¹De acordo com o autor, índice de grande representatividade aos padrões da região.

árido do mundo, a área brasileira afetada pelas secas no nordeste ainda apresenta crescimento demográfico total de 0,89%. O aumento populacional na região é passível de inúmeras interpretações mas, sobretudo, indica a elevação na pressão sobre os recursos naturais (Carvalho, 2002). Dificuldades históricas na convivência com o semi-árido, a exemplo do árduo abastecimento de água e da prática de queimadas para a venda de carvão como alternativa de renda, representados na Figura 4.4, podem em algum grau serem acirradas com o aumento populacional, como apontam os dados oficiais, muito embora não tenham neste fenômeno demográfico sua principal causa.

Figura 4.3 Queimada para a venda de carvão e limites do PNSC ao fundo e morador do Assentamento Novo-Zabelê na sua histórica luta com a aridez da região



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Fonseca³² aponta para o fato de que hoje apenas 2% da zona do semi-árido do Brasil estão protegidos legalmente, embora os estudos defendam que as áreas de proteção deveriam cobrir 59,4% do domínio das caatingas. De acordo com a pesquisadora as áreas de extrema relevância para a conservação da biodiversidade deveriam representar 24,7% de todas as caatingas brasileiras e, das 27 áreas classificadas como de extrema importância biológica, duas recebem destaque: as dunas do São Francisco e o Parque Nacional da Serra da Capivara (Gerarque, 2004). A publicação do MMA (Silva et al, 2004) aponta como ideal a ampliação da área total protegida por unidades de conservação na caatinga, para 10%, em 10 anos. Para os primeiros cinco anos, as unidades de conservação integral, como é o caso dos Parques Nacionais, deveriam crescer em 3% e, já para os primeiros sete anos e meio, em 6%. No entanto, mais do que ampliar a institucionalização da conservação das áreas é necessário possibilitar esta por meio de alternativas às populações que nelas vivem ou que delas dependem economicamente, e verificar se é isolando estas áreas, distanciando o homem de seu meio, a melhor forma de conservar.

A superposição das caatingas ao domínio semi-árido, evidenciada em nossas pesquisas, justifica nosso interesse em sua delimitação institucional, já que na maioria dos casos é por meio desta instância que as possibilidades de intervenção são dadas. No entanto, a diversidade de títulos atribuídos ao sertão nordestino reflete a polissemia de interesses políticos, econômicos e ambientais conflituosos na região. Encontramos, em uma rápida busca referencial, as seguintes denominações a semelhantes áreas geográficas: Nordeste semi-árido, Polígono das Secas, região semi-árida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Bioma Caatinga e Caatingas. De acordo com a SECTMA (2004), embora pequenas, *“são consideráveis as diferenças entre essas categorias, como ocorre com a ênfase concedida ao manejo controlado dos recursos naturais, explicitamente estimado nos critérios de delimitação das ecorregiões”*. A Caatinga é uma das 38 Ecorregiões definidas no Brasil, categoria definida (MMA; WWF) como:

³² Co-autora de: *Avaliação Prioritária para a Conservação da Caatinga In: Silva (et al) Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.*

“um conjunto de comunidades naturais, geograficamente distintas, que compartilham a maioria das suas espécies, dinâmicas e processos ecológicos, e condições ambientais similares, que são fatores críticos para a manutenção de sua viabilidade a longo prazo”

Com a extinção da SUDENE em 2001, o Ministério da Integração Nacional - MI assumiu, dentre outras, a atribuição de posicionar-se acerca das políticas de crédito e benefícios fiscais conferidas ao semi-árido brasileiro. O MI buscou então, atualizar os limites do semi-árido a fim de localizar suas ações. Para tanto foram produzidos dois documentos³³, sendo o primeiro, publicado em janeiro de 2005 pelo Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semi-árido Nordestino e do Polígono das Secas sob o título: Relatório Final, com o objetivo instrumentalizar o segundo documento. Este, produzido pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do MI, foi publicado a partir de portaria de março de 2005, sob o título de Nova Delimitação do Semi-árido Brasileiro. No primeiro documento o MI recomenda não mais utilizar o Polígono das Secas como instrumento legal de delimitação de áreas do Nordeste sujeitas às secas, uma vez que após a criação da Região Semi-árida, pela Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a delimitação anterior perdeu o sentido. O segundo documento institui então a nova delimitação para a região, incorporando 102 municípios aos 1.031 já enquadrados. Desta maneira, a área classificada oficialmente como semi-árido brasileiro aumentou de 892.309,4km² para 969.589,4km² - um acréscimo de 8,66% em área - com base nos critérios apresentados no Quadro 4.1:

Quadro 4.1 Critérios Técnicos para a nova delimitação do Semi-árido Brasileiro

- precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e
- risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2005

³³disponíveis eletronicamente no website do Ministério: www.mi.gov.br

De acordo com a proposta de Unidades Geossistêmicas do Relatório Final de janeiro de 2005: “O domínio semi-árido fica inteiramente superposto por uma província fitogeográfica - as caatingas, que ostentam padrões fisionômicos e florísticos variados”. A área final de delimitação do semi-árido pode ser verificada na Figura 4.5:

Figura 4.4 Nova delimitação do Semi-árido



Fonte: Ministério da Integração Nacional, março de 2005 - Adaptado

Na análise dos documentos relacionados, a área de delimitação ao Semi-árido, de 969.589,4km², não foi apontada em qualquer análise de critérios específicos, como é o caso do documento Relatório Final, que traz a análise de diversas especialidades científicas. O que este estudo atesta é o conjunto de distintos interesses, verificado na interpretação e definição de uma área objeto de intervenção institucional, como é o caso da região semi-árida e, portanto da área de domínio das caatingas.

Hoje reconhecido pelo domínio das caatingas, a paisagem do interior nordestino foi muitas vezes caracterizada como monótona, ou vista como morta, e pouco interessou aos invasores europeus, encantados com a exuberância da mata atlântica, como podemos observar na obra de Euclides da Cunha que a descreve como: *"...quadro tristonho de um horizonte monótono em que se esbate, uniforme, sem um traço diversamente colorido, o pardo requemado das caatingas"* (Cunha,1975). Diversas são as unidades de vegetação identificadas na Caatinga, hoje já chamada por alguns botânicos de Caatingas, ou de Província das Caatingas. Por acaso ou não, Euclides da Cunha mostra-se atual, apesar do passar dos anos desde que publicou Os Sertões, ao usar o plural para referir-se àquela biodiversidade. Sertão e agreste também são referências a esta floresta branca – Caatinga em dialeto indígena. No entanto as caatingas formam um ecossistema único, próprio do semi-árido brasileiro.

Apesar do levantamento etnobotânico de Emperaire (1983), verifica-se, somente no início do século XXI a sistematização do conhecimento científico e popular sobre este ecossistema. Prova disto são as recente publicações³⁴, que apresentam estudos científicos incentivados pelo Estado brasileiro. Perspectivas de aprofundamento dos estudos e pesquisas, além de um cenário tendencial acerca de seus uso e reservas, começam a ser delineados. A partir deste cenário, propostas de ações para a convivência com o semi-árido e sobre a preservação desta biodiversidade começam a ser operacionalizados. Resta acompanhar se as medidas encontram meios de concretização.

³⁴SILVA (et al). *Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação*. Brasília:Ministério do Meio Ambiente, 2004 ; SECTMA. *Cenários para o Bioma Caatinga*. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, Recife, 2004. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Caatinga*. Relatório Workshop Caatinga, pps 36, 2002.

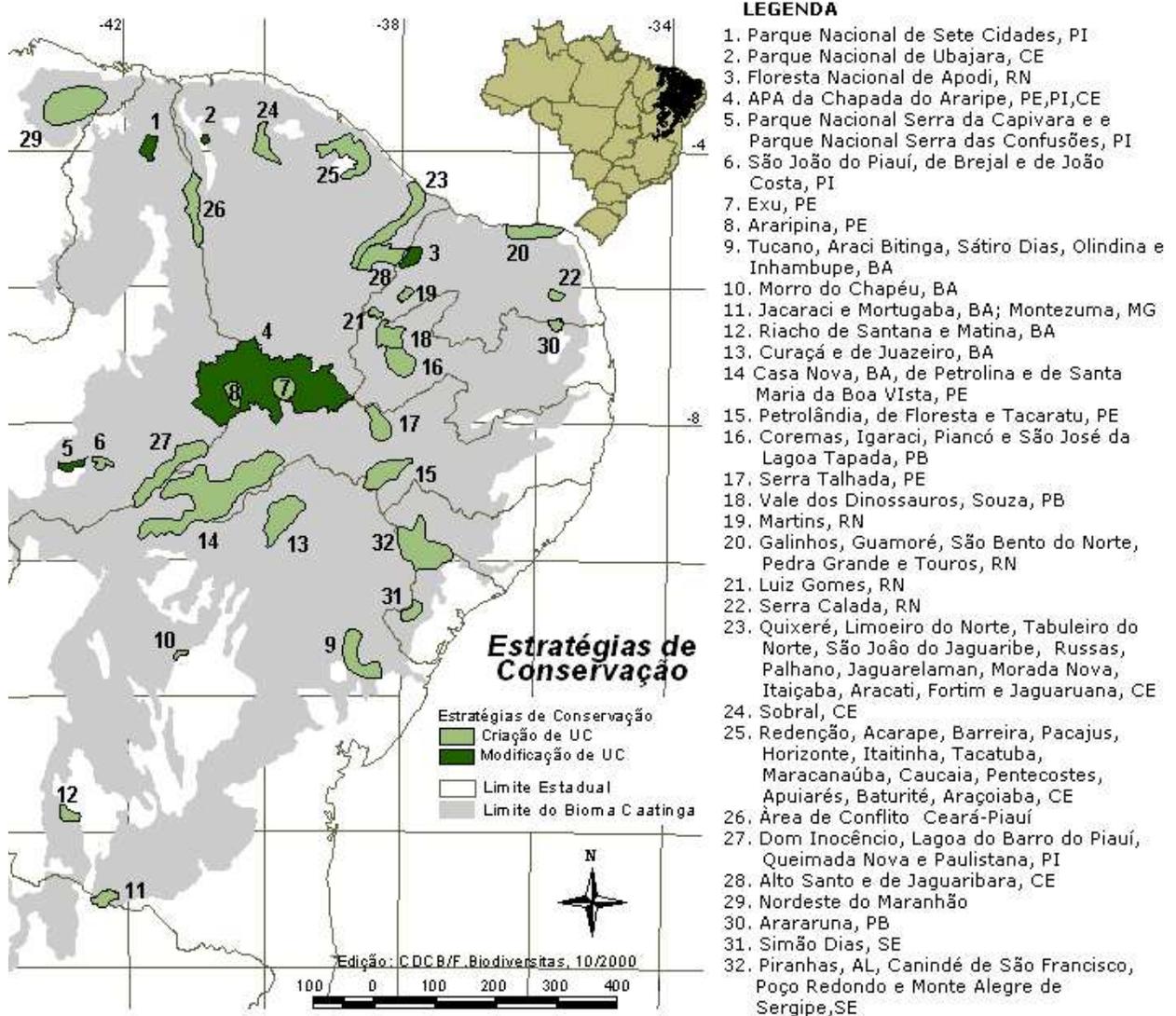
A Reserva da Biosfera da Caatinga

A Reserva da Biosfera da Caatinga (RBCA) foi aprovada pela Unesco dentro do Programa MaB em 2001. Nestes termos a área determinada foi de 198.990 km², regida pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga (CNRBCA), que tem como órgão de operação, a nível estadual, o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga, instituído com a assinatura do Decreto de 28 de abril de 2004. O Comitê assume a representação do CNRBCA no estado, a coordenação de implantação das reservas da biosferas localmente, dentre outras funções. O mesmo é formado por sete entidades governamentais dentre elas o IBAMA, e o INCRA, somadas a mais sete entidades não-governamentais³⁵.

O documento *Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação* (SILVA et al., 2004) reúne os textos específicos que embasaram as indicações de áreas prioritárias, de ações e de políticas públicas para a conservação da biodiversidade da Caatinga, gerados previamente durante o workshop de mesmo tema, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, em Petrolina - PE de 21 a 26 de maio de 2000. A organização destes documentos seguiu o Relatório Final acerca da delimitação do novo semi-árido, coordenado pelo Ministério da Integração, ou seja é composto por relatórios de grupos de cientistas especializados e apresenta, portanto, diversas sugestões de delimitação e propostas de intervenção. Produzida a partir do Workshop, de 2000, a figura 4.5 foi publicada sob o título *Biodiversidade do Bioma Caatinga: Estratégias de Conservação*, e recomenda 32 ações pontuais dentre criação e modificação de UCs. Optamos por trazer a figura como forma de representar o domínio das caatingas no Brasil e localizar as Unidades de Conservação deste.

³⁵ fonte: website www.acaatinga.org.br, acessado em julho de 2005.

Figura 4.5 Domínio das Caatingas: Estratégias de Conservação



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2002 – Adaptado

Em Silva (et al, 2004), o texto de apresentação traz a área do ecossistema em 734.478 km², dividida em doze tipologias de caatinga que se adaptam aos habitats semi-áridos. Neste caso utiliza-se como critério a identificação do IBGE de vegetação do tipo savana estéptica do Nordeste. Em outro momento desta publicação pesquisadores da EMBRAPA apresentam o Zoneamento Agroecológico do Nordeste Brasileiro - ZANE e, com base na interação entre vegetação e solo, dividem a região

semi-árida nas zonas de vegetação hiperxerófila, hipoxerófila, ilhas úmidas, e agreste e área de transição, num total de 925.043km², ou seja, 55,6% do Nordeste brasileiro. No entanto, a proposta da EMBRAPA³⁶, por meio da linha de ação Ecossistema semi-árido, traz definição da área em 912 mil quilômetros quadrados onde, de acordo com os dados disponíveis, vivem cerca de 22 milhões de pessoas, o que representa 46% da população nordestina e 13% da população brasileira. O ZANE apresenta maior área por levar em conta as áreas de transição da Caatinga, razão também esta de referir-se à região como domínio da Caatinga.

Os estudos apresentados em Petrolina, no ano de 2000, e publicados quatro anos mais tarde (SILVA et al., 2004) foram, no entanto, incorporados ao programa que o governo brasileiro apresentou ao Global Environment Facility - GEF, no contexto do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO, sendo este o primeiro projeto do Programa Nacional de Biodiversidade - PRONABIO, do Ministério do Meio Ambiente. No âmbito deste projeto é que foi realizado o subprojeto Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação.

Tendo como objetivo macro do *Projeto Cenários para o Bioma Caatinga*, a elaboração do zoneamento econômico-ecológico da região, partiu-se da delimitação feita pela Fundação Biodiversitas e também adotada pela The Nature Conservancy do Brasil e Associação de Plantas do Nordeste. No entanto, o Projeto decidiu por ajustar algumas premissas metodológicas, como a adoção das áreas dos municípios em sua integralidade e a atualização dos municípios de forma a incluir aqueles criados a partir de 1997, utilizando o censo demográfico de 2000. Definiu-se, então, a Caatinga em 1.037.517,89km² num total de 28.098.321 habitantes em 1.280 municípios, uma fatia de 12,14% do território nacional (SECTMA, 2004).

De acordo com Geraque (2004), estimativas mais recentes, e otimistas, mostram que cerca de 30% de todas as caatingas já foram alteradas pelo homem, principalmente em função da agricultura. Se a esta intervenção direta adicionarmos a zona de impacto da estrada, que acrescenta sete quilômetros como largura média do

³⁶ Consultadas por meio do website da EMBRAPA, em julho de 2005.

sistema de estradas, a estimativa da área total alterada pelo homem sobe para 45% (Silva et al, 2004). As estradas são ainda responsáveis pela fragmentação do ecossistema, configurando-o em ilhas de caatinga, de maneira a agravar a possibilidade de extinção de algumas espécies, já que dificulta o intercâmbio de biodiversidade entre as áreas. Este é o caso da Rodovia PI – 140, que corta o corredor ecológico que interliga o Parque Nacional da Serra da Capivara ao Parque Nacional da Serra das Confusões e da Rodovia BR – 020 que corta uma parte do PNSC.

Há grande pressão da população regional no que se refere à exploração dos recursos florestais da Caatinga. Ainda hoje a lenha é componente importante da matriz energética regional. O grupo temático uso sustentável do projeto *Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação* (SILVA et al, 2004) identificou a falta, e a necessidade, de uma cultura regional para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais, apontando ainda, a falta de desenvolvimento e disseminação de tecnologia para o uso da biodiversidade, os quais representariam "*elementos-chave em um programa cujo objetivo seja o de garantir a conservação dos recursos biológicos da Caatinga.*"

De acordo com dados do IBGE³⁷ o estado do Piauí delimita uma área de 251.529,186 km² num total de 223 municípios e 3.006.885 habitantes. Neste estado a Caatinga é reconhecida em uma área de 173.176,80km², o que representa 16,69% sobre o conjunto dos outros Estados. Em termos de área o Piauí perde em representatividade sobre os domínios das caatingas somente para a Bahia. A população piauiense nesta parcela de ecossistema é de 2.581.978 habitantes, o que define a densidade demográfica em 14,91 hab/km². A densidade demográfica total dos municípios da área da Caatinga é, de modo geral, bastante baixa, e no Piauí foi identificado o menor índice. O Quadro 4.2 apresenta a densidade demográfica em termos comparativos:

Quadro 4.2 Densidade Demográfica em termos comparativos

	Caatinga do Piauí	Teresina	Parnaíba	resto do estado
Densidade demográfica	14,9 hab/km ²	363 hab/km ²	238 hab/km ²	inferior a 100 hab/km ²

Fonte: Silva et al, 2004

³⁷ Estimativa 2005, fonte www.ibge.gov.br

Num primeiro momento podemos considerar a baixa densidade demográfica como um ponto a favor da conservação do ecossistema pela possibilidade de este dado representar um menor impacto sobre os recursos naturais, no entanto, se pensarmos que a fronteira agrícola avança do centro-oeste para o norte e nordeste do país, utilizando maquinário de alta tecnologia e, portanto baixo número de mão-de-obra, colocamos a situação da conservação do ecossistema em alerta vermelho.

O envelhecimento da população piauiense pode ser verificada na análise demográfica dos períodos de 80 a 91 e de 91 a 96, intervalos em que o estado do Piauí não apresentou nenhum município com taxa de crescimento acima de 2%.

"De modo geral, a região semi-árida está se esvaziando, e a população se concentrando ao redor das cidades maiores, na costa e nas proximidades de pólos industriais e perímetros irrigados. Na ausência de atividades rentáveis no semi-árido, migram os mais aptos, permanecendo velhos e crianças, em boa parte dependentes de transferências do governo, aposentadorias e pensões" (Silva et al, 2004).

Em 1991 o Estado do Piauí representava 9,23% da População Total da região de domínio das caatingas, significando 9% do total da população urbana e 9,51% da rural. Em 2000 estes dados pouco se alteraram: 9,19% da população total, 9,36% da urbana e 8,90% da rural³⁸.

A publicação *Cenários para o Bioma Caatinga* (SECTMA, 2004) reflete a posição do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga. Neste documento acusa-se a concepção e detalhamento de grandes projetos de não contar com a necessária legitimação social, a exemplo do que vem ocorrendo com o projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco-Tocantins e o projeto da ferrovia Transnordestina. Da mesma forma são também denunciadas as reduzidas disponibilidades de áreas de conservação, e gestão pouco eficaz das UCs existentes, apontando como causas a ausência de regularização fundiária, de fiscalização e de planos de manejo dos recursos naturais. A pressão sobre os recursos vegetais da caatinga é representada no

³⁸ Dados consultados na publicação do Projeto Cenários que teve como fonte as Fundações IBGE e Biodiversitas.

documento por taxas de desmatamento anual de áreas correspondentes a 6.530 km², "*principalmente em decorrência da abertura de áreas para pastagens e para reforma agrária*" (SECTMA, 2004). Este documento é de extrema importância no que se refere à sistematização de dados até agora disponibilizados de maneira informal, além de permitir identificar as possíveis intervenções ao estancamento dos processos de devastação ambiental e de precarização das condições sociais de sobrevivência destas populações. A análise dos diferentes aspectos do processo de desenvolvimento proporcionados pelo projeto *Cenários para o Bioma Caatinga* traz ainda para as populações habitantes desta área o epicentro das alternativas de desenvolvimento e de convivência com este ecossistema (Matos, 2001), assim como de fortalecimento de suas bases culturais:

"se há ameaças à construção do desenvolvimento sustentável, também há oportunidades conferidas pela reação do saber popular - quando as estratégias de convivência com as características da semi-aridez são estabelecidas pelos núcleos dinâmicos identificados nas áreas irrigadas e pelas atividades de base local - ou pelo manejo sustentável da caatinga e pelo turismo ecológico e cultural

(...)

Turismo e cultura são, com certeza, a porta de entrada para o crescimento sustentável no bioma Caatinga. Diversas são as ocorrências nesses dois aspectos, que se complementam, constituindo alternativa de desenvolvimento capaz de mobilizar novas possibilidades econômicas, aliando valorização cultural à preservação e conservação dos recursos naturais" (SECTMA, 2004:62-69).

O reconhecimento da importância da área de domínio das caatingas, pelas espécies animais e vegetais que abriga abre um leque de possibilidades para desenvolver estratégias à preservação. As Reservas da Biosfera, como já assinalamos no capítulo 2, representam a possibilidade de articular os interesses de patrimonialização da natureza e da cultura aos dos habitantes locais por meio de

ferramentas de gestão deste território. Apesar da importância desta análise, não nos foi possível trazer informações mais detalhadas acerca das formas de intervenção, ou até mesmo dados oficiais sobre as ações do Conselho da Reserva da Biosfera da Caatinga devido à dificuldade de acesso aos dados, por meio de publicações (via website www.biosferadacaatinga.org.br) e, até mesmo pelo insucesso em sermos recebidos pelos representantes deste Conselho em sua sede na cidade de Recife. O PNSC não integra hoje a Reserva da Biosfera da Caatinga, seja por causa de choque entre interesses envolvidos representados por esta ferramenta da gestão do território, ou devido a uma conjuntura de fatores apresentada pela administradora Niéde Guidon e transcritas no fragmento de entrevista abaixo,

“Pra Reserva não foi (...). Nós fizemos todo o pedido e o pessoal da IUCN veio fazer a vistoria, veio um técnico da UNESCO, fez a vistoria e todos os relatórios foram favoráveis. Aí infelizmente teve que passar pelo governo brasileiro e quando passou por Brasília pra mandar pra UNESCO eles colocaram Serra da Capivara e Serra das Confusões. Quando chegou no dia da apreciação eles disseram que sobre as Serra das Confusões eles não tinham nenhuma informação, eles não tinha feito vistoria. Aí me perguntaram o que é que tem lá e eu disse: não tem nada. (...) E aí foi isso, e sabe qual foi a conclusão final? Que só podia entrar com o pedido novamente quando a Serra das Confusões tiver a mesma infra-estrutura que a Capivara. E sabe quando vai ser isso? Nunca.”

Desta forma ficam engessadas as oportunidades de intervenção na gestão destas Unidades de Conservação, permanecendo o campo de conflitos relacionados ao patrimônio institucionalizado entre as diversas forças verticais de intervenção no território. Estes movimentos pressionam pela transformação dos usos e costumes locais que figuram como seu único objeto de resistência. Este modelo de gestão patrimonial do espaço, que trata as populações como uma categoria marginal e vê nelas empecilho à consolidação dos interesses dominantes, traz de forma incisiva, a ruralidade ao centro do debate acerca das práticas materiais e simbólicas de apropriação do território.

O rural em processo

No campo da Sociologia Rural, Cavalcanti (2004) aborda questões sobre a globalização e a ruralidade e aponta para o fato de que “*a ruralidade surge gradualmente no debate renovado sobre territórios*”(2004:17). Constituída por meio dos mais diversos processos sócio-espaciais, na configuração de territórios de vida, “*a ruralidade está associada com o meio ambiente, sendo assim valorizada por amplos segmentos da população*” (Cavalcanti, 2004:22). Seja no papel de espaço de produção agrícola ou no de consumo de serviços, os territórios rurais revelam-se como valor de consumo para a sociedade urbana. A linguagem ambientalista pode também ser vista como uma alternativa de leitura do mundo rural, à medida em que permite sua resignificação como patrimônio material ou valor simbólico para a sociedade global. Sob esta ótica permite-se a recomposição sócio-espacial das estruturas rurais, onde o modo de produção define esta identidade rural e onde a unidade referencial é a família como “*unidade socioeconômica*” (Durham, 2004: 144), em detrimento do indivíduo.

Sob esta ótica, inelutavelmente põe-se em marcha um processo transformador que traz à tona o questionamento acerca de uma tida “estática” da estrutura das sociedades rurais. Esse processo global põe em xeque hábitos e tradições fundados sobre um modo de produção que define esta identidade rural da qual a unidade referencial é a família como “*unidade sócio-econômica*” (Durham, 2004: 144). O ímpeto transformador desse movimento é tal a determinar mutações, que podem passar do extremo da desagregação dos laços e ritmos locais, tecnificando e mercantilizando espaços e relações, até a permitir a recomposição sócio-espacial e renovação de seus substratos culturais e simbólicos.

Nesta empreitada à recomposição do mundo rural, e mesmo como uma alternativa moderna à migração, a atividade pluriativa (Carneiro, 1998a e 1998b) permite dinamizar o local. Simplificando o conceito e as discussões a seu respeito sem a intenção de reduzir seu significado conceitual, ser pluriativo significa articular a produção agrícola com o exercício de atividades complementares à renda – onde inserem-se as atividades relacionadas ao turismo. A unidade de referência permanece

ainda a familiar. A pluriatividade promove maior interação social à unidade produtiva da família, possivelmente mesmo uma maior vinculação com o mercado, o que, em muitos casos, permite realizar a ressignificação das atividades ditas tradicionais. O estudo da pluriatividade é uma possibilidade de análise de nosso objeto, exercício que não poderá ser aprofundado no presente estudo. No entanto, utilizamos a pluriatividade como conceito-ferramenta por entendermos a importância desta categoria para a compreensão dos dilemas vividos pelos sujeitos investigados, em sua constante batalha pela reprodução individual e familiar na transformação dos usos e práticas do território.

Desta forma podemos analisar as atividades relacionadas ao ecoturismo, ou ao menos a algumas formas de exercício deste. Aí a interação do visitante com o local, na busca por expressões culturais, artesanato e modo de vida, ou pela fruição das paisagens das reservas de natureza, acionam um intercâmbio de signos e valores simbólicos e materiais que vai além do acréscimo do fluxo de capitais no local, podendo dinamizar técnicas tradicionais, usos e formas locais de relação com a natureza. Neste contexto, em que a sociedade urbano-industrial atribui valor ao mundo rural, este último ressignifica-se e tecnifica-se a fim de atender à demanda. Resulta disso, uma reafirmação de valores e identidades que o possibilitam posicionar-se na condição de protagonista do processo de absorção das influências trazidas.

A fim de darmos conta de nosso objeto de estudo é que então, munidos deste breve embasamento teórico acerca do rural, da ruralidade e de seu recorte sob a perspectiva da cultura em relação ao meio ambiente, tomamos os processos do rural no sudeste piauiense.

Em análise sobre o lugar, Godói (1998) nos apresenta a expressão local *terra de comum* no contexto das comunidades do sertão do Piauí. Nestes termos a relação entre os indivíduos dá-se a partir de um sistema de direitos combinados sobre a terra e sobre os demais recursos naturais. Este sistema diferencia-se entre os familiares e os coletivos. Os discursos dos camponeses analisados pela autora expressam uma busca pela continuidade do grupo frente à fragmentação da antiga fazenda em que habitavam:

"Em 1951, este sistema de usufruto comum dos recursos da natureza e o modo camponês de individualidade realizado mediante a apropriação da terra por parte da unidade familiar através do trabalho, começa a ser golpeado por dentro.

(...)

A necessidade da demarcação das terras surge da ameaça de se verem expropriados de seus direitos"
(Godói, 1998:113).

O trabalho da autora sobre a história da ocupação da terra e da antropologia das formas morais no sertão piauiense é de fundamental importância ao entendimento dos processos que sucedem à institucionalização do Parque Nacional da Serra da Capivara em 1979, já que a territorialidade vem exercer o papel de catalisador no processo de mudanças em uma sociedade tida como equitativa e que, ao remeter-se à um tronco comum, traz consigo o sentimento de identidade, pertencimento, formando então a *"gente do Vitorino – ligado a um mesmo território"*. Os conceitos Terra de Comum (Godói, 1999) e *Expense of Communal Access* (Sack 1986: 09) tratam, em linhas gerais, do "livre" acesso aos recursos, se o seu propósito denotar seu valor de uso. De acordo com a autora, embora a noção de 'livre acesso' defina a possibilidade de uso coletivo dos recursos, explica que o acesso a esse território obedece a um sistema de direitos e deveres claro, a regular o risco do seu uso irresponsável. O processo de demarcação das terras iniciado com a Lei de Terras, por volta de 1850, quase um século depois retomado com a fragmentação da antiga fazenda, seguida da institucionalização do PNSC, repercute em todas as esferas de relacionamento desta sociedade.

Para Sack (1986), os novos territórios políticos impostos servem às necessidades de uma sociedade orientada para o mercado e pelo estabelecimento de relações hierárquicas. As cercas utilizadas para separar o cultivo dos animais em nossa sociedade são exemplos de diferentes graus de acesso às coisas no espaço. No entanto, de acordo com o autor, uma delimitação constitui-se em território somente quando seus limites são usados para afetar o comportamento por meio do controle ao acesso. A acessibilidade, ou melhor, a inacessibilidade estruturada na forma desta

normatização do território e da imposição de novas formas de poder, desencadeia uma série de conflitos como os observados atualmente no PNSC.

Acresce-se a este panorama, a vinda de outras famílias, desapropriadas de assentamentos vizinhos, para os povoados do interior e entorno do Parque, incorrendo no aumento da pressão sobre os recursos naturais. Além disso, a perspectiva de recebimento de indenizações por parte do Incra permite observar a conceitualização do que Niède Guidon chama de “*indústria do assentamento*”. Diante deste quadro, procuramos situar o conjunto de disposições conflitantes e discursos contraditórios que marcam os processos vivenciados pelos indivíduos e as conseqüentes disputas e interesses entre o uso e a gestão dos recursos locais.

Como forma de sobrevivência e, muitas vezes de enfrentamento, são realizadas incursões dentro dos limites do Parque para as caçadas. O território não representa mais o pertencimento daquela população, e sim a imposição de uma norma. As territorialidades locais ficaram sobrepostas àquelas da patrimonialização. Para abrigo durante as caçadas os indivíduos utilizam-se das tocas (abrigos sob rochas), onde localizam-se as pinturas rupestres e os sítios arqueológicos, comprometendo a conservação destes vestígios históricos; ateam fogo à caatinga para o roçado onde a fiscalização não chega, dentre outras práticas que pressionam os recursos à sua exaustão. Temos então a construção de um espaço de conflitos de territorialidades entre o ideal de conservação do ecossistema, como é o caso da biodiversidade dos domínios das caatingas no Parque Nacional da Serra da Capivara, e a permanência das práticas e valores de um mundo rural.

Capítulo 5. Mapeamento dos conflitos: a preservação do patrimônio, o uso turístico e a organização sócio-espacial no PNSC

Ao analisarmos a institucionalização do Parque Nacional da Serra da Capivara - PNSC nos damos conta que a história da conservação deste patrimônio é parte da trajetória de vida da arqueóloga Niéde Guidon. A pesquisa de campo demonstrou o atual reconhecimento pela população local³⁹ da institucionalização do Parque na pessoa de Niéde. O que a população entende como conservação tem início com a chegada da pesquisadora à região e são nas ações conservacionistas e no desafio do desenvolvimento sócio-espacial que vemos as marcas de Niéde impressas nesse território de influência do Parque Nacional.

Enquanto arqueóloga do Museu Paulista na cidade de São Paulo e organizadora de uma exposição sobre pinturas rupestres, Niéde foi procurada pelo então prefeito de São Raimundo Nonato⁴⁰, um município do sudeste do Piauí, para lhe dizer que em sua região também havia “pinturas de índios” iguais àquelas. Neste ano de 1963 o prefeito diz ter recebido uma carta que lhe perguntava sobre o turismo em sua região. Desde aquela época o conhecimento da possibilidade do desenvolvimento da atividade já era de conhecimento da família, que ainda hoje domina a história da política do município. O investimento em ações para sua efetivação não foi, no entanto, prioridade de qualquer governo para aquela região, a não ser aquele realizado dentro dos limites do parque.

Seis meses depois do primeiro encontro com o prefeito, Niéde dirigiu de São Paulo a Remanso, na Bahia e de lá ficou impossibilitada de chegar a São Raimundo, já que um trecho da estrada estava interditado. Algum tempo depois, já no início da década de 1970, professora universitária em Paris, Niéde estendeu uma viagem da Missão Franco-brasileira de Pesquisas, e foi conhecer as pinturas em rochas do Piauí. Formando e presidindo a *Mission Archéologique et Paléontologique du Piauí*, a professora viajava à região quando estava em férias no ano letivo francês. De acordo com Niéde, aqueles registros demonstram que aquelas

³⁹ Em *população local* nos referimos aos povoados do parque e de seu entorno

⁴⁰ ocasionalmente estaremos nos referindo ao município pelas siglas São Raimundo Nonato.

“eram sociedades complexas estruturadas, que tinham suas crenças, que tinham cerimoniais que eram feitos para que eles se lembrassem sempre de suas tradições. Porque os índios também têm histórias de como é que apareceu o mundo, como foram criados e as pinturas eram um meio de guardar isso para sempre” (DocTV, 2005).

Baseados nas pinturas rupestres, nas escavações arqueológicas, e posteriormente no estudo da fauna e flora daquela região os pesquisadores da Missão Franco-brasileira orientaram o Governo Federal brasileiro à preservação daquela área. Criou-se então, por meio de Decreto-lei n° 83.548 de 5 de junho de 1979, o Parque Nacional da Serra da Capivara, com a área de aproximadamente 100.000 ha, que foi posteriormente ampliado para cerca de 130 mil hectares com a aprovação do memorial descritivo de demarcação realizado pelo Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro – IPARJ.

No entanto, a efetivação burocrática de criação da área de proteção ambiental não acompanha as ações para sua efetivação, configurando os *parques de papel*, por serem criados e demarcados no papel e não em campo, distantes da realidade local dos usos do território pré-existentes à delimitação do Parque. O trabalho de demarcação dos limites do PNSC cabia ao então IBDF, que repassou verba ao INTERPI - Instituto de Terras do Piauí – que, por sua vez, contratou uma firma para a pesquisa fundiária e demarcação das terras a qual, de acordo com Pompa (1987), *"não efetivou a necessária pesquisa fundiária e social"* e onde não foram também levados em consideração os limites naturais e a ocupação humana do Parque (Pompa, 1987:05). Neste contexto a Missão Franco-Brasileira solicitou ao IBDF uma intervenção no processo e foi acordado o trabalho do IPARJ entre os meses de maio e julho de 1987 para o levantamento social e fundiário, e a avaliação das benfeitorias para o cálculo das indenizações e expropriações.

A longa espera pelas ações do Estado no que concerne à regularização fundiária destas áreas de proteção ambiental acarreta um processo onde os recursos naturais deixam de ter o reconhecimento de um domínio *comum* e passam a ser explorados e depredados como *terra de ninguém*, como afirma Pessis:

“Depois de criado, por falta de recursos federais, o Parque Nacional esteve abandonado durante dez anos. Durante esse período, a UC passou a ser considerada “terra de ninguém” e foi objeto de depredações sistemáticas. A destruição da flora tomou dimensões incalculáveis. A caça comercial se transformou numa prática popular com conseqüências nefastas para as populações animais. Esses fatos tiveram um impacto natural e cultural (...) o desequilíbrio ecológico tornou-se gerador de destruição do patrimônio cultural” (Pessis, 1998:13).

Na fala dos moradores do entorno do PNSC, esta realidade também é expressa:

“A: Antigamente a pessoa pegava a caça era pra viver e não pra vender, era pra seu consumo. Hoje é só pra comércio. A proibição gerou a valorização da caça. Olha, se dependesse de canto do Buriti, São João do Piauí, desses municípios aí, aqui não tinha mais nenhum preá! Hoje é o pessoal de lá que vem caçar.

L: depois da proibição a caça ficou muito cara, antigamente não tinha valor porque todo mundo podia caçar livremente” (Almeida e Lucas, 75 anos. Alegre).

A iminência da normatização do território rompeu com o *sistema do lugar* (Godoi, 1986, 1993, 1999) que conferia aos usos do território um relativo equilíbrio. Isto fica comprovado pelo fato de que as primeiras incursões dos pesquisadores na região, guiadas por moradores locais encontravam as *“tocas de caboclo”* - tocas onde localizam-se as pinturas rupestres - conservadas por não constituírem um ponto referencial da vida social (Pompa, 1987:11). Por outro lado, no momento da aproximação dos técnicos do IPARJ com os moradores do povoado do Zabelê, em maio de 1987, - que, de maneira informal, relatou às populações as conseqüências da demarcação de um Parque Nacional naquela área -, os moradores posicionaram-se quanto à necessidade de proteção já de alguns recursos, como do tatu e da madeira (Pompa, 1987:16).

Na época da assinatura do Decreto de 1979, havia, "*às margens do Parque, muita terra devoluta em que poderiam ser reassentados os grupos camponeses incluídos na área do Parque*" (Pompa, 1987:04). De acordo com a autora, provável hipervalorização destas terras, em decorrência da criação do PNSC, levou os "*expoentes da política local*" a requerer estas terras. A autora afirma que já em 1986, essa terra estava já toda titulada e constando de alguns grandes projetos agrícolas "*determinando um desmatamento selvagem da área*"(Pompa, 1987:05).

"O que está por trás da 'exploração selvagem da natureza' é a própria racionalização da existência calcada nas relações atuais entre técnica e sociedade" (Santos, 1995:705)

Vendo que nenhuma atividade acompanhava a criação da unidade de conservação, e vista a possibilidade de co-gestão desta, em 1986 foi fundada a Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM integrada por pesquisadores de instituições brasileiras (Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual de Campinas, Instituto Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública) e francesas (Universidade Claude Bernard de Lyon, Universidade Pierre et Marie Curie, Institut Français de la Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération – ORSTOM, Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales).

Em 1988 foi firmado o convênio entre a FUMDHAM e o IBAMA para a elaboração do Plano de Manejo, constituído a partir da análise de diversos autores⁴¹ e publicado no ano de 1991, acrescido de algumas modificações em 1994, sendo esta a data do documento que analisamos na sede da Fundação. No Plano de Manejo a co-gestão é pactuada e são definidas as áreas de atuação de cada instituição. A FUMDHAM fica então responsável pela Diretoria Administrativa "*corpo de técnicos de conservação, vigilantes, manutenção de serviços para tais fins. Ele também responde pelo controle do turismo e uso público do PARNA*" (FUMDHAM; IBAMA, 1994:401). O

⁴¹ Todos estes especialistas são da área das ciências naturais.

IBAMA encarrega-se da Diretoria Científica que, de acordo com o Plano de Manejo “é responsável pelo criadouro e viveiro de mudas, manejo de fauna, flora e sítios arqueológicos, coordenação e controle das pesquisas científicas realizadas no Parque” (FUMDHAM; IBAMA, 1994:401).

Mesmo que oficialmente o PNSC tenha dois diretores, é a diretoria do Parque por parte da FUMDHAM, na pessoa de Niéde Guidon, que é reconhecida nas falas como sendo a responsável direta pelo Parque⁴² e que comprovam a “institucionalização” desta. As duas instituições parecem não dialogarem, ao menos é o que o Plano de Manejo demonstra ao discordar do IBAMA na decisão de definição da área do Parque e ao “orientar algumas ações”.

Em 1991 é instalado o primeiro escritório do IBAMA em São Raimundo Nonato. Também no Plano é uma arqueóloga, a própria Niéde Guidon, quem discorre sobre o zoneamento, da mesma maneira que o assunto *ocupação humana* é tratado por um cientista da área das ciências naturais. O Capítulo 11 do Plano de Manejo, sob o título *Administração* estabelece:

“Os dois diretores devem manter colaboração estreita e realizar reuniões semanais com o pessoal para avaliação dos resultados e programação. Um conselho consultor, composto por especialistas do IBAMA e da FUMDHAM será responsável pela pesquisa científica e pela utilização turística do PARNA, devendo ser regularmente consultado pelos diretores, antes da tomada de qualquer decisão que possa implicar em um perigo para os patrimônios cultural e ecológico do mesmo” (FUMDHAM; IBAMA, 1994:251).

IBAMA e FUMDHAM são acusados de trazerem mão-de-obra de fora para o preenchimento de cargos especializados, no entanto, o que pudemos perceber é que o processo de educação especializada é recente na região e que as oportunidades ainda estão sendo geradas. De acordo com entrevista com uma arqueóloga de passagem nas escavações do Parque “é impressionante a capacidade dos escavadores locais.

⁴² mesmo porque Niéde esteve presente desde as pesquisas que fundamentaram o Parque até os dias de hoje e a freqüente nomeação de diretores do Parque por parte do Ibama dificulta o reconhecimento deste pela população.

São pessoas que aprenderam com a Dra. Niéde as técnicas da escavação e que são 'profissionais da experiência'.

O aumento da fiscalização das atividades de caça, assunto sobre o qual discorreremos mais especificamente a seguir, caminha junto à necessidade de geração de trabalho como forma de substituição do meio de subsistência destas famílias. Apesar de contar com apenas três funcionários com cargo do governo federal, o escritório do IBAMA em São Raimundo Nonato contrata serviços temporários de segurança, para o trabalho do Prev-fogo – equipes de combate a incêndios durante a estação seca, além de oferecer formação em guias de turismo em parceria com a FUMDHAM. Esta por sua vez possui uma lista de trabalhadores – em sua maioria temporários, nas áreas de pesquisa, guardas-parque/fiscalização, escavação e conservação dos sítios em parceria com o IPHAN, manutenção das estradas e trilhas do Parque, funcionários do Museu do Homem Americano, de seus arquivos, do Pró-Arte, dentre outros.

De acordo com sua proposta, inicialmente a FUMDHAM adotou uma política que visava desenvolver, social e economicamente, a área do entorno do PNSC, concentrando-se nos povoados mais próximos ao Parque e de melhor acessibilidade (Sítio do Mocó, Serra Vermelha, Barreirinho, Alegre, Porteirinha), ficando em segundo plano até mesmo São Raimundo Nonato, como verificaremos adiante. A fim de facilitar a compreensão de nossa pesquisa, trazemos o plano de zoneamento do PNSC:

O zoneamento da área do PNSC é denominado de *zoneamento operacional* de acordo com instruções do Decreto nº 84.017 de 21/09/79. compreendendo as seguintes zonas: Primitiva, Recuperação, Uso Intensivo, Uso Extensivo e Uso Especial, como representado na Figura 5.1.

A Zona Intangível não foi passível de demarcação já que esta área destinada ao mais alto grau de preservação está dispersa em ilhas, *“em áreas nas quais também existem outras características que exigem ações de conservação e pesquisa”*. A Zona Primitiva serve como área de transição entre a Intangível e a de Uso Extensivo, onde o objetivo geral do manejo, de acordo com o decreto *“é a preservação do ambiente*

natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação”. Delimitada esta Zona, uma recomendação é feita ao IBAMA, tendo como veículo o Plano de Manejo, como segue: *“A direção do IBAMA deve impor um novo traçado para a BR-020 de modo a que a mesma contorne o PARNA pelo seu limite sudeste; este traçado alternativo é muito mais benéfico para os habitantes da região, pois a estrada servirá muitos povoados, ao contrário do que acontece atualmente”*.

A Zona de Recuperação, uma zona provisória que deve compor alguma das zonas permanentes, compreende todo o conjunto do vale da Serra Branca. A Zona de Uso Extensivo, uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo, tem como objetivo do manejo *“a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidade públicos para fins educativos e recreativos”*. O Plano de Manejo estabelece para esta área o máximo de 5 pessoas por grupo de visitação.

Por sua vez é na Zona de Uso Intensivo que devem localizar-se os equipamentos turísticos e, portanto, é permitida a visitação pública. De acordo com o Plano de Manejo cada grupo de dez turistas deve ser acompanhado por um guia credenciado. A Zona Histórico-Cultural também está pulverizada em fragmentos distribuídos pela área do PNSC já que nestes estão localizadas as manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, objeto de preservação, estudo e restauração. Muitas estão abertas à visitação com placas explicativas.

Por fim a Zona de Uso Especial *“é aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Nacional abrangendo habitações, oficinas e outros”*. Esta dividida em diversas áreas no PNSC: Zona Especial A - serviços de administração, manutenção e os demais serviços necessários ao funcionamento do Parque; Zona Especial B: composta pelas construções feitas pelo IBAMA no Zabelê, no centro do Parque, e que deverão ser transformadas em ponto de apoio para os serviços, pesquisadores e, em casos excepcionais e mediante autorização, refúgio para os visitantes; as outras Zonas de Uso Especial são aquelas que abrigam as guaritas posicionadas nas entradas do Parque e postos de observação.

Em 1996, através de uma cooperação técnica do BID, foram realizados trabalhos no interior do Parque, destinados a criar uma rede de caminhos que integraria todas as zonas de uso da UC. As obras contemplaram a construção de estradas, caminhos de manutenção, guaritas de vigilância, estradas para visitação, circuitos esportivos e turísticos, a recuperação de áreas erodidas, e a criação de reservatórios de água para a fauna (Pessis, 1998:16). O resultado deste trabalho pode ser visualizado na Figura 5.2.

De acordo com a importância arqueológica das áreas e com a distribuição dos recursos o zoneamento do PNSC sofre intervenções, a fim de responder ao uso do território definido por sua administração. Se por um lado há uma certa flexibilização quanto à normatização, por outro lado sua rigidez é mantida, principalmente no que diz respeito a ocupação humana, permitida somente na Zona de Amortecimento e sujeita à normas de uso.

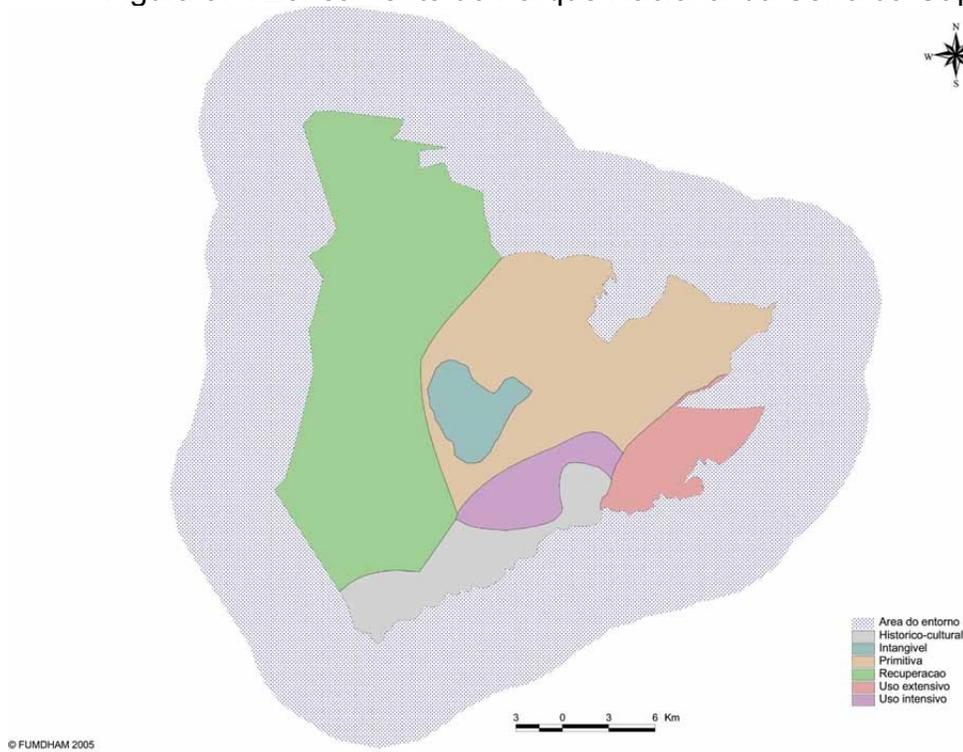
As chamadas áreas periféricas, ou zonas de amortecimento, ou zonas tampão, ou áreas do entorno, compreendem uma faixa de 10 km em volta da Unidade de Conservação. O SNUC define esta área como Zona de Amortecimento, onde:

“o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas à normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Esta área forma um cinturão que desempenha o papel de proteção da unidade dos usos externos, ao mesmo tempo em que permite a permanência de seus habitantes, por um sistema de normas de usos do território que a regulamenta.

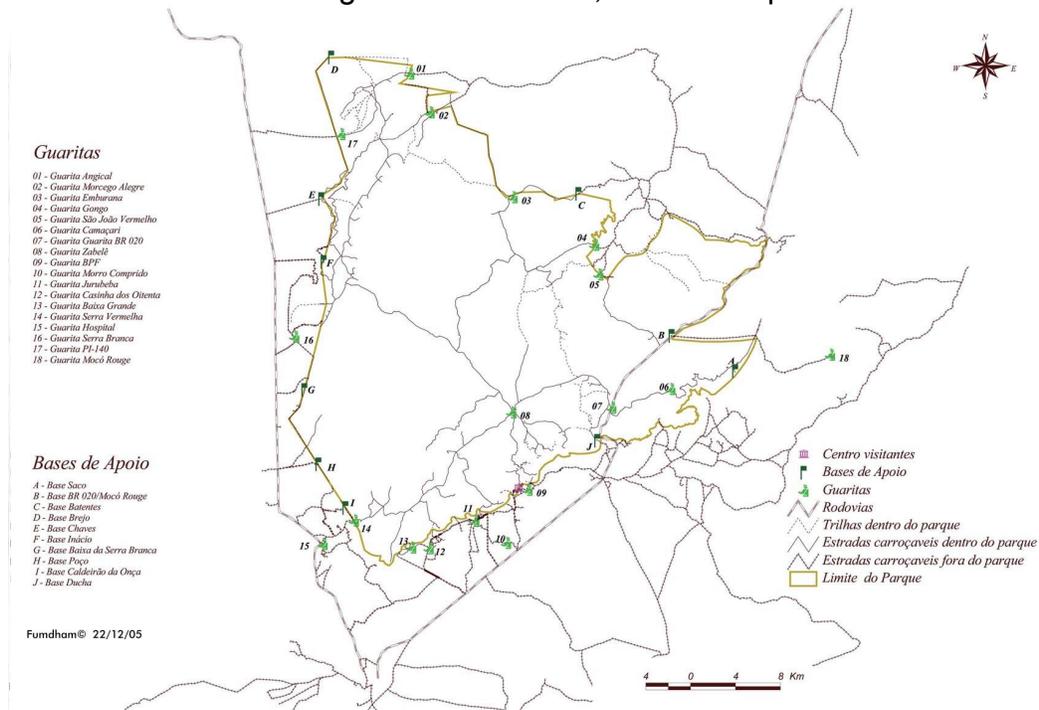
Na Zona de Amortecimento (ZA), localizam-se os povoados pesquisados, com exceção do Assentamento Lagoa-Novo Zabelê que, fruto da expropriação do povoado Zabelê, hoje se situa na zona periférica do Município de São Raimundo Nonato e do povoado Angical, que é pesquisado ainda dentro dos limites do PNSC.

Figura 5.1. Zoneamento do Parque Nacional da Serra da Capivara



Fonte: arquivos FUMDHAM, 2006.

Figura 5.2. Guaritas, bases de apoio e trilhas



Fonte: arquivos FUMDHAM, 2006.

O trabalho da gestão do Parque na Zona de Amortecimento (ZA)

No intuito de desenvolver uma convivência mais harmoniosa entre os habitantes da ZA e o patrimônio defendido pelo Parque, foram construídos os Núcleos de Apoio à Comunidade - NACs, com escola em regime interno (de segunda a sexta), posto de saúde e residência para professores e técnicos, oferecendo transporte, três refeições diárias, assistência médica, ensino com conteúdos de educação ambiental e artística. No início, alguns cursos profissionalizantes eram ministrados, a exemplo das técnicas de apicultura, de cerâmica, e de arqueologia, oferecendo possibilidade de inserção em atividades econômicas alternativas de trabalho que o Parque geraria. Desta forma estava dada a possibilidade de a região tornar-se modelo do aproveitamento do patrimônio natural e cultural nacional por meio da preservação, em comunhão com o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população local.

De acordo com Cristiane Buce, a FUMDHAM se empenha no trabalho educacional desde o final dos anos 1980, com a intenção de desenvolvimento na área da educação patrimonial, tanto cultural quanto ambiental. No entanto, e acordo com ela,

“lidamos com uma situação de analfabetismo completo e falta de assistência de saúde completa, então os cinco primeiros anos da Fundação foi muito mais voltado a um trabalho de parceria com a Fiocruz, de cuidar da saúde dessas pessoas, que elas não tinham nem como sobreviver, quer dizer, as crianças tinham que ter três refeições por dia, então foi muito mais um trabalho voltado ao assistencialismo, tanto que até o nome é NAC - Núcleo de Apoio à Comunidade, então era um trabalho assistencial”.

Este trabalho assistencial, abordagem à qual a própria Fundação mostra-se contrária, foi uma primeira aproximação necessária ao processo educacional básico. De acordo com a administradora Niéde Guidon, é na educação e na geração de

trabalho que a FUMDHAM acredita estar o motor do desenvolvimento social. Nas palavras dela: *“eu não acredito num programa de governo, qualquer programa social que não comece cuidando da escola pública. Sem escola pública não tem nenhum projeto”*. Os NACs começaram a ser implantados em 1992; dos seis planejados, cinco foram construídos como sementes que a Fundação plantava. Contudo, a impossibilidade de qualquer planejamento a longo prazo, que contasse com o apoio do governo federal, condenou as atividades da FUMDHAM. As estruturas foram construídas com recursos do BNDES e outros captados pela Fundação em organismos internacionais, sendo a verba para seu funcionamento repassada pelo Ministério da Educação à FUMDHAM, que os administrava. No entanto, em 2001 o repasse das verbas começou a ser feito diretamente às prefeituras, que descartaram os professores que já estavam trabalhando nos NACs para empregar outros.

Algumas dessas estruturas – que vemos nas figuras 5.3 a 5.6 - estão hoje desativadas, mas a FUMDHAM procura alguma maneira de parceria para refuncionalizá-las, seja como pousada-escola, seja para a educação de caráter mais técnico – semiprofissionalizante -, seja como hospedagem de visitantes.

Ainda no âmbito social, a Fundação tentou desenvolver projetos com atividades produtivas auto-sustentáveis como opção de ocupação e geração de renda. Nesta linha estão os projetos de apicultura e da cerâmica que, apesar da visibilidade e sucesso que conquistaram, de acordo com a FUMDHAM, não estão hoje da maneira em que foram concebidos. Em seu projeto inicial, o desenvolvimento destes empreendimentos, além de uma tecelagem já desativada no Sítio do Mocó, propunham uma ação de cooperativismo entre os trabalhadores, mas a autonomia não foi atingida e hoje são empresas. Contudo, estas são ainda geradoras de postos de trabalho e de exportação de produtos que disseminam também a identidade local, como é o caso da cerâmica do povoado do Barreirinho, representada na Figura 5.7.

Figura 5.3 NAC Capelinha



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Figura 5.4 NAC Alegre



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Figura 5.5 NAC Barreirinho



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Figura 5.6 NAC Sítio do Mocó



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Figura 5.7 Cerâmica



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Desde 2001 até hoje, a FUMDHAM atua na questão social por meio do Pró-Arte, um centro de educação em artes, música e atividades lúdicas no município de São Raimundo Nonato, que interage com o Programa de Educação Patrimonial do IPHAN e com a formação de profissionais especializados. De acordo com a diretora do IPHAN, o Pró-Arte serviu também para uma maior aproximação da Fundação com os moradores de São Raimundo Nonato: “*a verdade é que a gente antes deixava SR de lado. A Fundação sempre priorizou as comunidades do entorno mais próximo, Sítio do Mocó, Serra Vermelha, Barreirinho, o Alegre, a Porteirinha, a gente nunca entrou no centro do município*” (Cristiane Bucu). Essa proximidade é de grande importância não só para a Fundação ganhar mais apoio e aceitação, mas também porque, considerando o turismo como uma atividade do Parque e alternativa de desenvolvimento regional, São Raimundo Nonato constitui o principal receptivo turístico da região.

A importância do papel dos NACs na formação pessoal, social e profissional dos moradores destes povoados e, até mesmo como alternativa de inserção social é comprovada pela sua procura nas atividades do Pró-Arte. Atualmente este Programa atende a cerca de 150 crianças e quase 60 jovens e adultos, com uma disputada lista de espera por uma vaga. É por meio do Pró-Arte que a FUMDHAM organiza anualmente, desde 2003 o Interartes, um Festival de artes que acontece principalmente na Pedra Furada, mas que também tem atividades em alguns povoados e em São Raimundo Nonato. A programação conta com a apresentação de artistas internacionais e locais, além de oficinas. De acordo com a diretora Cristiane Bucu a perspectiva para o Interartes é de promover o destino turístico e o entrosamento dos públicos, além de uma maior frequência e rotatividade nos espaços públicos - um *Interartes itinerante* -, de maneira a entrar para o calendário de eventos da região e conquistar mais apoio às suas atividades.

É certo que a co-gestão, por meio de uma organização sem fins lucrativos, permite, de um lado, o enfoque social que o IBAMA - que é o órgão responsável pela administração destas áreas naturais protegidas - provavelmente não atenderia: maior mobilidade nas tomadas de decisões, na captação de financiamento de infra-estrutura e dos projetos. De outro lado, facilita a omissão do papel do governo federal e até

mesmo a concentração e centralização das intervenções no papel da Organização co-gestora. Desta forma, chega-se a um certo domínio privado do Parque por parte desta, verificada na definição unilateral das medidas de intervenção no território e dos projetos de desenvolvimento.

Para a compreensão do atual contexto em que se dá a gestão do PNSC é necessário transitarmos pelo processo de formação sócio-espacial e pela participação da sociedade nos projetos da FUMDHAM, ou seja, na atuação das instituições e de suas territorialidades. Não podemos negligenciar o fato de que a percepção de espaço está também condicionada por fatores culturais e que, no choque destas percepções, das suas horizontalidades e de suas verticalidades, podemos encontrar a raiz de muitos dos conflitos territoriais.

A noção da constituição de Parques Nacionais desabitados argumenta-se pela noção conservacionista de que a presença dos moradores seja uma ameaça à diversidade biológica. De acordo com o Plano de Manejo do PNSC,

“a ameaça mais imediata à fauna continua sendo a caça ilegal, favorecida pela fiscalização insuficiente e pelo próprio desenho do parque, com pontos de água permanentes localizados próximo à sua periferia, facilitando o acesso de depredadores. A não remoção de habitantes, como os da vila do Angical, e o fato da BR 020 cortar o parque provocam impactos crônicos, traduzidos nos incêndios e ação de animais domésticos, e facilitam a entrada e permanência de caçadores no PARNA. As populações de grandes mamíferos e de tatus-bola encontram-se rarefeitas devido a este fator, que já extinguiu pelo menos duas espécies” (FUMDHAM; IBAMA, 1994:106).

No entanto, a análise local dos processos de institucionalização do Parque, trazendo sua perspectiva histórica de usos do território e a moderna influência nestes, seja por meio da normatização, seja pelo contexto de mercantilização das lógicas e técnicas de utilização dos recursos naturais, faz-se necessária ao entendimento dos conflitos entre os usos e a gestão deste território. Se, no contexto de intermediadora das relações entre o IBDF e o povoado do Zabelê (em 1987), a Missão Franco-

brasileira de pesquisas, representada por Niéde Guidon, colocou a proposta, junto ao IPARJ, de permanência dos grupos humanos no Parque (Pompa, 1987:13), já em 1994, no contexto do Plano de Manejo, a FUMDHAM se coloca a favor da expropriação também do povoado de Angical. No entanto,

“apesar de muitas conseqüências da degradação ambiental serem de ordem global, afetando a biosfera como um todo, os processos geradores desses desequilíbrios têm origem no interior de diversas sociedades, nas formas como estas constroem, representam e manipulam a natureza” (Diegues, 2000:4).

A questão fundiária nos é colocada como ponto fundamental no contexto geral dos Parques Nacionais e, portanto, também em nosso objeto de pesquisa, uma vez que a terra é o *"elemento que prática e simbolicamente constitui o 'centro' de referência para uma sociedade camponesa"*(Pompa, 1987:03). Esta questão será abordada no exercício da análise da totalidade dos processos, realizado no sexto capítulo, onde optamos por apresentar o Parque por meio da dinâmica de seus municípios e dos povoados selecionados para análise. A opção de segmentar o estudo neste ponto, apesar da complexidade das inter-relações, mostrou-se necessária devido às particularidades apresentadas por cada área de abrangência dos municípios, seja decorrente da acessibilidade, seja pelas intervenções institucionais.

No contexto maior da pesquisa nos detemos na categoria de análise escolhida, do *território usado* (Santos, 2000), onde o estudo dos usos e gestão do território deve considerar seus processos históricos e sócio-espaciais. Desta forma, as relações horizontais e verticais geram um campo de conflitos que exige da gestão destas territorialidades uma certa flexibilidade quanto à normatização deste espaço, principalmente no que concerne às estruturas sociais locais,

"Era gente que a gente conhecia que dava pra ficar dentro, bastava que tomasse um conhecimento. Era um conhecimento que eles tomassem que dava pra conviver lá dentro. Porque nós ser humano não somo bicho, animais né? Então basta um conhecimento pra nós zelar também. Basta uma

visita, uma orientação pra ajudar também, preservar também. Aí agora eles tomaram o parque como se fosse um inimigo, aí só vai ter desavença. É obrigado a sair, desertar essas terras, abandonar. É esse problema que vem acontecer no Parque" (Reinaldo, 50 anos, Cambraia).

"Toda vida, antes de ser Parque, nós não deixávamos ninguém invadir, afinal é propriedade nossa, e agora com o Parque é pior ainda. Os donos de suas terras aqui eram os próprios fiscais. Inclusive acho que o lugar do Parque que tem mais caça é aqui. Se nós fossemos depredador de tudo não ia ter nada disso. Nós não deixamos os caçadores entrar e agora, com o Ibama tomando de conta..." (Zito, 75 anos, povoado de Alegre)

No entanto, frente à realidade de expropriação e ao processo de normatização do território, a gestão das territorialidades do PNSC soma-se ao campo dos conflitos inicialmente estabelecidos entre o IBDF e os moradores - já acirrado com o movimento político de "luta pela terra" incutido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pelo INTERPI (Pompa, 1987:06), que figura num histórico de manipulação dos efeitos sociais por parte destas instituições. Neste contexto, o uso de poder, seja para fins de implantação de projetos de uma proposta de desenvolvimento, seja a fim de cumprir com os objetivos de normatização do território, alterou de diferentes formas a relação destas populações com seu ambiente de vivência.

"tudo o que tem lá no Parque, por tudo que nós sofremos não faz mais sentido" (Severino, 80 anos, Cambraia).

"mudou muita coisa, mas o que mudou mesmo é o conhecimento e a pessoa aprendeu quem mora aqui tem uma conscientização completamente diferente de quem mora fora da nossa região. Se não fosse assim aqui não tinha mais nada"(Almeida, 75 anos, Alegre).

"A cultura era totalmente diferente aqui porque a gente tinha que vivê do mato, da roça, ia ter

que criar uns cabrito. As caça acabava sim"
(Zeca, 40 anos, Sítio do Mocó).

Neste conjunto é pertinente introduzir as questões relacionadas à caça por meio de uma perspectiva analítica e que, embora rompa momentaneamente com o objetivo de estudo dos processos, permite trazer uma bagagem de dados necessária ao entendimento do contexto local dos conflitos no campo das verticalidades e das horizontalidades. A caça é uma atividade historicamente praticada por grande parte dos habitantes daquela região e é ainda hoje motivo de muitos dos conflitos na gestão do Parque Nacional. Pretendemos analisar estes conflitos a partir tanto da perspectiva institucional quanto da dos moradores.

Caça: atividade de subsistência, econômica ou cultural?

De acordo com Terborgh e Schaik a “*caça ilegal de vida selvagem é um problema praticamente universal*”. No Brasil a caça de animais silvestres é proibida em todo o país por meio do Artigo 1º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro 1967⁴³ que dispõe sobre a proteção à fauna. No entanto, em sua maioria, a população local reconhece a proibição da atividade de caça como sendo em decorrência da institucionalização do Parque. Podemos afirmar que a chegada do escritório do IBAMA em 1991 na cidade de São Raimundo Nonato, para fins de cumprir com a gestão do Parque, permitiu a intensificação da fiscalização também no que concerne à caça, principalmente na área da unidade de conservação. O IBAMA é responsável não só pela apreensão de animais silvestres, mas também de pescados na época da Piracema e de demais encargos definidos pelo IBAMA Nacional.

Neste panorama podemos identificar como conflito a maneira com que esta fiscalização é realizada, e não a caça propriamente dita como foco dos conflitos e, nesta questão, o uso do poder na repressão à atividade como maneira de delimitar

⁴³ “Art. 1º Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedade do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.”

territórios. Como já assinalado no capítulo segundo, a gestão tem como ferramenta, apesar de limitada pela disponibilidade de recursos, a geração de atividades alternativas como forma de combate à prática da caça. Neste contexto, vemos que o abandono da prática é motivado muito mais pelo anseio de ser inserido no quadro de trabalhadores do PNSC do que pela aquisição de uma consciência ambiental:

"na beirada do Parque a gente não é acostumado matar nada, então os bicho vem pra roça da gente pra comer. A gente não pode matar não porque é a chance de arranjar um emprego com a Dra. porque é a única coisa de arranjar um serviço" (Zeca, 40 anos, Sítio do Mocó).

A raiz histórica da caça, seja pela necessidade, seja como prática social, é identificada nos discursos transcritos das entrevistas. Em algumas delas verificamos a consciência de que a proibição é de poder federal independente da criação do Parque, mas a maioria dos discursos confunde polícia, IBAMA e o que chamam de “*guardas da Niéde*” – seguranças da FUMDHAM - como atores na repressão aos caçadores em prol de uma territorialidade estranha ao lugar

Entendemos que os instrumentos de violência vêm com o propósito da dominação quando o poder está em vias de ser perdido ou quando não é influente o suficiente para controlar o comportamento (Souza, 2000: 80). A conscientização ecológica permite ao indivíduo o entendimento do papel daqueles animais no contexto sistêmico da natureza e a finitude destes recursos, se explorados de maneira indiscriminada, e ainda os benefícios de sua exploração indireta, a exemplo das atividades relacionadas ao turismo. Como já vimos, o combate imediato às atividades de caça dá-se pela alternativa de trabalho e pela educação ambiental. No entanto, não é toda a população que é receptiva a essas ações, gerando conflitos de resistência e exploração indiscriminada dos recursos.

Castro (2004) analisa o processo de *educação ambiental* a que são submetidos os caçadores das comunidades do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara, sob a hipótese de que os conflitos sobre as questões ambientais são conduzidos por um certo tipo de representação social entre os nativos e as representações

institucionais. Seus resultados *"demonstram que a caça para os sujeitos pesquisados representa a única forma de sobrevivência e significa uma prática cotidiana construída ao longo de vários séculos, adquirindo, por conseguinte, a força e a resistência de uma cultura"* (Castro, 2004 - resumo).

Na argumentação de tratar-se de um processo cultural herdado, Castro(2004:19) afirma que *"em todas as casas dessas comunidades existe pelo menos um caçador que já é filho de outro caçador"*. A autora justifica a resistência de seus entrevistados em modificar seu relacionamento com a natureza, *"(...) ainda que os métodos de 'educação ambiental' utilizados pelo IBAMA sejam a força e a repressão"* (Castro, 2004:11). Os métodos de repressão utilizados pelo IBAMA junto aos moradores locais são identificados pela autora por *educação pela força*.

Exemplo de que é a alternativa econômica, e não somente a continuidade cultural de uma prática - a caça, que influencia o comportamento do indivíduo, são os trabalhadores do Parque, tais como os mateiros, seguranças, fiscais e funcionários do Prev-fogo. Muitos são ex-caçadores que, frente a uma alternativa econômica trabalham na direção contrária da caça e ainda são responsáveis por pulverizar, em seu convívio social, as informações sobre a fauna e flora. São eles chamados de *caçadores de caçadores*. Essa realidade contradiz a tese de que *"no caso dos caçadores, ainda não se pode falar em mudança de habitus"* (Castro, 2004: 98).

No entanto, o problema da caça não está limitado ao consumo de carne por seu valor nutricional. A procura por estes animais associa-se à valorização comercial por sua pele, órgãos ou como bichos de estimação. Não é pertinente considerar que estas populações estão isoladas da lógica capitalista, como o cenário traçado por Castro:

"com a colheita da lavoura, as famílias conseguem sobreviver até o mês de julho. Nesse período do ano as chuvas já se foram, a caatinga perdeu as folhas e flores, o sol não dá trégua, a terra é seca e não mais germina nenhuma semente...a caça passa a ser a única alternativa de sobrevivência" (Castro, 2004: 74).

O *Levantamento sobre caçadas na UC e entorno - de 05/2000 a 23/10/2003* realizado pelo escritório do IBAMA em São Raimundo Nonato - em fase de atualização

- demonstra que o perfil destes caçadores é, em grande maioria, de homens casados e lavradores, numa faixa etária de 21 a 30 anos. O dados de procedência apresentados confirmam sua origem majoritariamente urbana – numa relação de 55 indivíduos da área rural contra 97 da área urbana. Os dados factuais desmistificam a idéia de que são as pessoas que moram ainda dentro ou no entorno do PNSC as principais responsáveis pela atividade de caça, dados também confirmados nas entrevistas da pesquisa de campo:

“Quando o parque colocou esse ponto de vista, os caçadores, não os caçadores daqui que é um cachorrinho, mas os caçadores de São João, dessas cidades, que vinha com espingarda, ainda vinham em 20, 30, e hoje tem caça” (Reinaldo, 50 anos. Cambraia).

“Quando a roça não dava antes eu sustentava minha família era com o mato, mas que agora mudou o sistema, ninguém caça. Hoje se precisa cria uma rez e mata quando precisa, vende e compra no açougue se precisar” (Almeida, 75 anos. Alegre).

“Porque na minha família, nem na minha parte nem na do meu marido nunca ninguém foi caçador” (Maria, 50 anos. Cambraia).

O que a realidade das apreensões e das entrevistas comprova é que além da complementação de renda, a caça tornou-se para alguns um *esporte*, uma maneira de entretenimento, ou ainda de enfrentamento, por parte de moradores da cidade ou, de moradores dos povoados nos casos isolados, a uma territorialidade que não compreendem. Os caçadores modernos são pessoas que, hoje entre seus 20 e 30 anos, foram criadas no momento de institucionalização do PNSC e que não se sentem de maneira alguma relacionados àquele patrimônio.

Atualmente a caça como atividade de subsistência, ou até mesmo de sobrevivência, é de pouca significância. O que ela representa, muito mais do que um equipamento cultural, é a resistência a um poder verticalmente imposto, é a expressão daqueles que se sentem excluídos das atividades relacionadas à preservação e que se vêm economicamente prejudicados pela gestão do PNSC.

Capítulo 6. Conflitos locais: a pesquisa empírica nos municípios e povoados

Nos trabalhos consultados que tratam do PNSC não foi encontrada qualquer pesquisa de campo que abranja, num mesmo trabalho, os quatro principais municípios e os respectivos povoados inseridos em seu interior, nos seus limites ou no entorno (Figura II da Introdução). Devido a isso, a pesquisa se confrontou com a dificuldade de informações sobre os povoados dos municípios de Brejo do Piauí e João Costa, devido à deficiência de dados oficiais sobre eles.

O trabalho de gestão do PNSC concentra-se principalmente ao longo das estradas BR 020 e PI 140 e por isso os povoados dos municípios de João Costa e Brejo do Piauí ficam, de certa forma, isolados devido à dificuldade de acesso. De acordo com o dirigente do IBAMA local, isso acontece devido ao fato dos povoados não serem ainda de interesse turístico. Ele enfatiza que o trabalho de educação ambiental é urgente justamente nesses locais, onde o problema da caça é mais grave em relação aos demais. Já os municípios de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias são abordados em diversos estudos e em especial pela pesquisa de levantamento de dados de Pessis, 1998.

Nossa tentativa foi a de absorver a perspectiva das diferentes escalas envolvidas no processo de institucionalização do PNSC num esforço de pesquisa qualitativa. A apresentação destes dados, dividida pelos municípios, foi orientada pelo objetivo de situar a especificidade dos povoados, de maneira a não perder de vista o inter-relacionamento das problemáticas observadas, trazendo fragmentos das falas que melhor as representem. Desta maneira procuramos elucidar as intervenções da gestão do Parque nesses territórios.

Os povoados do Zabelê, Várzea Grande, Sítio do Mocó e Barreirinho são os mais antigos da região, fundados por volta de 1815-1829. Encontravam sua identidade como grupo pelo parentesco, reforçado pelas práticas cotidianas - trocas de favores e dias de serviço na roça, festas - (Godoi, 1986, 1993,1999; Pompa, 1987). O Plano de

Manejo do PNSC caracteriza essas populações⁴⁴, que no total de pessoas das famílias proprietárias ou posseiras era em média de 1540, e afirma a importância da família e das relações de parentesco destes povoados (FUMDHAM; IBAMA, 1994:295-300).

“as populações em volta do Parque são principalmente populações rurais

(...)

os povoados próximos ao Parque, tais como Várzea Grande, Alegre, Angical, São João Vermelho, Sítio do Mocó e Barreirinho apresentam todas as características de uma aglomeração de caráter rural” (item 4.2.3 A Sociedade Atual)

Para estas populações, a referência aos *baixões* e às *chapadas* é recorrente. Os baixões são historicamente caracterizados pelo sistema de posse e de propriedade familiar, para o cultivo de roças de feijão verde, mandioca e arroz, enquanto o uso do solo e dos recursos das chapadas é predominantemente coletivo, com destaque à extração de madeira (Godoi, 1986, 1993, 1999). A Figura 6.1 representa esta divisão onde as casas e roças localizam-se no Baixão e no plano de fundo visualizamos a Chapada.

Atualmente, o contato das populações com instituições de apoio e desenvolvimento, como a EMBRAPA, traz, às suas práticas tradicionais de cultivo, novas técnicas de produção. A Figura 6.2 apresenta o cultivo consorciado entre mamona e feijão, implementado por meio do Projeto Embrapa/COEP.

⁴⁴À época da elaboração do Plano de Manejo o povoado do Zabelê já estava extinto.

Figura 6.1 Povoado Barreirinho



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Figura 6.2 Cultivo nos baixões



Fonte: Pesquisa de campo, 2006. Foto: Claudia Levy

Municípios e povoados

São Raimundo Nonato

A cidade de São Raimundo Nonato não integra a Zona de Amortecimento do PNSC, sendo que esta contempla somente a zona rural do município numa faixa de aproximadamente 500km², atualmente ocupada majoritariamente por residências secundárias. O levantamento realizado por Pessis (1998) separa os povoados desta área de acordo com sua distribuição ao longo da estrada mais próxima e do número de casas. Os mais povoados são: à beira da PI 140: Estação:25, Serra Vermelha⁴⁵:62; ao longo da BR 020: Garrincho:12.

Devido à proximidade com a sede do município, grande parte dos moradores destes povoados trabalha na cidade, como empregados nas residências secundárias ou nas roças. Por terem maior acesso aos trabalhos alternativos à exploração dos recursos naturais encerrados no Parque, estes povoados não apresentam grande foco de conflitos a gestão deste. Na área do município de São Raimundo Nonato o principal foco dos conflitos quanto à ocupação humana está nos assentamentos localizados no corredor ecológico Capivara-Confusões.

Tendo como base estes dados optamos, como recorte à nossa pesquisa empírica em São Raimundo Nonato, à restrição do estudo do povoado do Zabelê que, à época da criação do PNSC localizava-se no interior de seus limites (representado na Figura II por uma Guarita de Serviço). Com o processo de expropriação e de reassentamento, parte desses moradores encontra-se no Assentamento Lagoa-Novo Zabelê. Outra parte destes dispersou-se nas migrações para outras cidades, ou no município de São Raimundo Nonato. A fim de cumprir com os objetivos desta pesquisa fomos em busca de pessoas que, uma vez moradores do Zabelê, estão ou na cidade ou no Assentamento.

⁴⁵ No povoado de Serra Vermelha foi construído o NAC em 1995.

Zabelê / Assentamento Lagoa-Novo Zabelê

Hoje extinto como unidade, o povoado do Zabelê localizava-se no interior do Parque. Sua formação relativamente recente e descontínua em relação aos povoados de Rua Velha, Barreiro Grande e Barreirinho, dos quais é separado pela Serra, deve-se ao fato de ser o Zabelê o resultado de migração de moradores do Sítio do Mocó. De acordo com relatos de Godoi, o Zabelê foi descoberto por exploradores de maniçoba, que registram sua fundação em 1902 (Godoi, 1993:67-70). Por sua vez, as terras do Sítio do Mocó foram doadas do Governo ao “bisneto do Véio Vitorino em prêmio à expulsão dos índios”, registrada como Sítio Serra Nova em 1951 (Godói, 1993: 70). *Lócus* privilegiado ao entendimento do processo de usos do território (Godoi, 1999), ou do “*processo histórico envolvendo camponeses e autoridades políticas*” (Pompa,1987), o estudo do processo de institucionalização do Parque por meio do povoado Zabelê nos traz a perspectiva da realidade da expropriação das bases materiais e simbólicas daquele povoado e ainda, na dificuldade do reassentamento, a pulverização de sua unidade sócio-cultural.

De acordo com Pompa, os moradores do Zabelê eram todos posseiros, num total de 52 famílias (Pompa, 1987). No traçado inicial do PNSC o povoado do Zabelê era o único dentro dos limites da unidade,

“o único grupo totalmente inserido nas terras do Parque Nacional da Serra da Capivara e composto exclusivamente de posseiros, ao contrário dos povoados vizinhos, nos quais a quase totalidade dos camponeses possui título de propriedade da terra” (Godoi, 1986:08).

Apesar de os estudos antropológicos legitimarem o *direito no lugar* desta população, relatam que o “*povoado está convivendo com a eminência de expulsão devido à criação do Parque Nacional da Serra da Capivara*” (Pompa, 1986:02). Os moradores do povoado foram aos poucos sendo indenizados em dinheiro por suas benfeitorias, já que não possuíam documentos de posse das terras. Por localizarem-se no interior do Parque, e não nas bordas, ou entorno, como os outros povoados, a

FUMDHAM encarregou-se de logo indenizá-los com recursos captados em instituições internacionais entre os anos de 1987 a 1989.

Sobre estas indenizações que, de acordo com os relatos, foram de quantia justa para aqueles que receberam, nosso fundamento crítico baseia-se na importância do assentamento, na terra como o centro de referência para uma sociedade camponesa no planos prático e simbólico (Pompa, 1987). Relações estas que, devido à sua essência camponesa foram muito prejudicadas pelo processo de expropriação dos moradores do povoado do Zabelê que, apesar das indenizações financeiras, não passaram por um processo de sensibilização e, não tendo um lugar para se estabelecer, desataram os laços que lhes conferia uma unidade social. O fragmento de diálogo reproduzido abaixo representa o processo de expropriação e indenização do Zabelê:

“A: uma sociedade diz que ela quer o Parque, mas pra quem sabe o que é o Parque. Outra coisa é chegar dizendo, aqui é tua terra, pois nós vamos te indenizar. Olha, já fizeram três levantamentos e até hoje ninguém foi indenizado. Uma comunidade que morava um monte de pessoas (Angical) hoje se encontram três morando lá. E efetivamente só tem uma.

(Sobre o processo de indenização do Zabelê)

L: foi ligeirinho

A: imediatamente eles tavam com o dinheiro

L: foi, se perderam em São Raimundo ali. Agora eu achei muito engraçado o Zabelê porque eles trabalharam aquela terra, os que foram nascendo foram trabalhando, interessante é aquela terra, do governo.

A: do governo

L: e tiveram uma boa indenização. E nós aqui somos donos, temos documento e tá uma coisa mais difícil.

A: você vê como é que é a coisa

L: aquela pressa no Zabelê ali, o Zabelê é um lugar que o pessoal cultivava muito e o pessoal vivia muito vindo pra cá também. Eu acho que isso que a Dra. Niéde forçou muito tirar aquele pessoal dali, porque é bem no centro do Parque e o pessoal explorava demais o mato.

A: aqui o povo se comporta bonzinho

(Almeida e Lucas, 75 anos. Alegre).

A desapropriação, sem que haja a integração destes habitantes com a dinâmica da preservação ambiental chega com ares de uma outra apropriação por meio de dominação e imposição de territorialidades jurídico-políticas. Nestes termos, além de constituir um processo que requer maior quantidade de recursos financeiros, traz consigo a descaracterização cultural dos habitantes e o rompimento de um certo equilíbrio social.

Após a expropriação, todos os resquícios do povoado do Zabelê foram destruídos junto com suas territorialidades. O que resta do povoado é somente a memória sob a perspectiva antropológica da obra de Godói, e o que ainda guardam em sua própria memória os antigos moradores, ou o cemitério (Figura 6.3) atualmente adaptado aos padrões estéticos da arquitetura do Parque⁴⁶. Na perspectiva de logo serem reassentados, os antigos moradores do Zabelê estabeleceram-se em São Raimundo Nonato. Apenas alguns compraram terras com o dinheiro das indenizações, outros compraram casas na cidade ou, sem princípios de investimento mais concretos, desperdiçaram esses recursos. Nos casos onde houve investimento no banco sofreu-se, à época, a experiência do Plano Collor e com isto estas finanças foram retidas e inviabilizadas. O fato de essas pessoas terem sido distanciadas do trabalho nas roças, antes sua principal atividade econômica, fez com que se dispersassem nas migrações ou nos desentendimentos familiares, muitos ficando marginalizados nas cidades. Sobre a diferença no modo de vida, à época de sua expropriação, o ex-morador do Zabelê relata que,

“Lá era povoado. De fato muitos saíram de lá revoltados. Eu não saí com raiva de ninguém, saí com meu dinheiro no bolso, então se eu não consegui alguma coisa o culpado foi eu. Exatamente a gente sentiu depois foi o tempo que a gente passou sem ter roça, passando sem trabalhar, a gente não tinha emprego nenhum e aquele dinheiro se acabou. Aí que a gente foi se virar daquelas maneiras, trabalhar praqui pracolá e se sentiu mal porque não tinha as roças. Eu hoje tenho que dizer pra senhora que agora tô melhor aqui que se tivesse acolá. Exatamente eu tô aqui na cidade tô perto de posto de médico, qualquer coisa a gente tem conforto, os filhos estão na escola e se tivesse lá ainda tava caminhando

⁴⁶Nos feriados de Finados a gestão do Parque permite a visita dos ex-moradores do povoado a esse cemitério.

pra cá pra fazer feira” (Ismael, 70 anos. São Raimundo Nonato - Novo Zabelê).

Ismael mora na casa de familiares em São Raimundo Nonato e possui casa e roça no Assentamento Novo Zabelê. Apesar do processo de expropriação e de sentir-se ocioso quando não tinha roça, Ismael faz uma avaliação positiva sobre a criação do Parque. Conhecedor dos animais silvestres, atualmente presta alguns serviços para a FUMDHAM na reintegração de animais capturados:

“O Parque é um ótimo molde como podemos dizer, se eu tivesse queixa eu dizia. Quando eu nasci e morava lá a gente destruía muito as coisas por lá e hoje eu vejo assim a conservação, já não gosto da destruição. Eu acho que as coisas acabava se continuava. Eu me sinto tão feliz que vou aprendendo tanta coisa e vou aprendendo mais dentro do Parque” (Ismael, 70 anos. SRN - Novo Zabelê).

Há apenas cerca de dez anos o INCRA concluiu o assentamento dos antigos moradores do povoado do Zabelê, denominado Lagoa e apelidado de *Novo Zabelê*. No entanto, o questionável processo de cadastramento envolveu pessoas outras que exclusivamente os habitantes daquele povoado, contribuindo tanto para o fim das esperanças de ver no assentamento a perspectiva de reagrupamento dos moradores do povoado, como trouxe discordâncias políticas. Em entrevista, o vice-presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Lagoa, disse ver hoje com bons olhos a preservação dos animais, mas sente-se saudosos da qualidade de vida que tinha quando morava no povoado, já que lá, de acordo com sua fala, a roça e os pés de fruta eram diversos e as festas⁴⁷ deixam saudades.

“eu nasci e me criei lá e depois vim pra cá quando foi todo mundo obrigado a sair de lá (...) foi obrigado porque lá ficava mesmo no centro do Parque Nacional então a gente não podia ficar ali. Só que nós saímos de lá a gente recebeu uma indenização. Ainda tem uma média de umas 70 famílias que ainda não recebeu nada. Pra sair foi um trabalho que eles fizeram, de uma reunião, e tem muita

⁴⁷ Ainda hoje há um caminho por meio da mata e das pedras que interliga o espaço que era o povoado do Zabelê ao Sítio do Mocó e que de acordo com Sr. O e moradores do Mocó era muito utilizado na época das festas do Zabelê.

gente que interessa muito no dinheiro. A pessoa escolhia. (...) Tinha gente da família que tinha saudade mesmo de voltar pra lá, quem nasceu e foi criado lá tinha vontade de ficar. Mas aí reforçaram que devia sair (...) se ela tivesse dado a terra logo de imediato acalmava tudo porque é na roça que nós sabíamos trabalhar” (Feitosa, 75 anos. Novo Zabelê).

Joana (40 anos, Novo-Zabelê), também moradora do assentamento, relata ter deixado o povoado quando tinha cerca de 20 anos. Diz que quando houve a proposta de saída do povoado, foi deixada em aberto a negociação de quem optasse por continuar a morar dentro do Parque, e que estes deveriam seguir as regras da conservação mas que, frente à oferta de dinheiro, todos optaram pela indenização. A negação quanto à expulsão dos moradores do Zabelê é enfatizada pela entrevistada. Joana nos fala ainda da pouca afinidade entre os moradores do assentamento, onde os ex-moradores do Zabelê são poucos, o que dificulta sua coesão, já que não há laços cooperativos.

No assentamento, distante da sede do município de São Raimundo Nonato, muitas das 255 casas construídas com recurso do INCRA estão fechadas. De acordo com Feitosa cerca de 40 famílias não ocupam suas terras e muitas daquelas que ocupam colocam terceiros para cuidar da roça. O abastecimento de água ainda é manual (ver Figura 6.4) já que a prefeitura de São Raimundo Nonato não fez o sistema de encanamento. A Associação dos Moradores é praticamente inoperante devido a desentendimentos políticos, além de que seus diretores são acusados de utilizar máquinas de bem comum exclusivamente para o usufruto particular. Muitos são os projetos em desenvolvimento ou em planejamento com os moradores do assentamento, a exemplo da Cáritas e do SENAC mas, tal como os projetos de produção de doces e de materiais de limpeza - que já apresentam produtos finais -, a falta de apoio da Prefeitura Municipal, seja na certificação, seja na comercialização⁴⁸ está, de acordo com entrevistas com as mulheres trabalhadoras das oficinas, inviabilizando seu trabalho. As principais atividades que observamos nas terras do

⁴⁸ A prefeitura de São Raimundo Nonato seria a principal consumidora dos materiais de limpeza produzidos pelo assentamento.

Assentamento são a plantação de mamona e a retirada de madeira para a venda de carvão, registrada pela Figura 6.5.

Figura 6.3 Cemitério do Zabelê



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Figura 6.4 Abastecimento no Assentamento



Foto: Claudia Levy

Figura 6.5 Retirada de madeira para venda de carvão no Assentamento Lagoa-Novo Zabelê



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Foto: Claudia Levy

Município de João Costa: Povoados de São João Vermelho, Cambraia e Vila de Santo Inácio

Os povoados de São João Vermelho, Cambraia e Vila de Santo Inácio estão localizados na Zona de Amortecimento do Parque. A Figura 6.6 ilustra como o traçado dos limites do Parque recorta a área destes povoados e cerca sua área.

Figura 6.6 Os Limites do Parque no Município de João Costa



Fonte: AFONSO, Marcelo. IBAMA: São Raimundo Nonato, 2006. Adaptado

Este traçado do Parque acirra os conflitos destes povoados com a administração em decorrência do freqüente cruzamento desta fronteira virtual por animais domésticos. A prática de criação de animais nestas zonas semi-áridas é caracteristicamente extensiva, para que o próprio animal busque pasto e água. Nesta parte do contorno do Parque não há cercas que definam seus limites, no entanto, estas colaborariam para a contenção dos animais domésticos, a exemplo das cercas do Sítio do Mocó.

A normatização do território, acrescido do fato de os limites do Parque contornarem esses povoados impede que essas populações dêem continuidade à

prática de rotação de roças, por não permitir a abertura de novas áreas de cultivo ou a expansão destas. Nas entrevistas observamos que, além da intervenção nestas práticas de convivência com o semi-árido, os moradores destes povoados reclamam sobre as dificuldades de acesso ao município de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias (já abordado no capítulo segundo) que, antes realizado por meio de uma estrada que corta uma ponta do Parque, hoje deve passar por João Costa, dobrando a distância a ser percorrida. A antiga estrada, aberta por esses moradores, atualmente está guardada por guaritas e ativa somente para o deslocamento de funcionários dentro do parque.

Estes povoados têm uma participação menor nas atividades relacionadas ao Parque, o que lhes dá poucas alternativas além das práticas que já conhecem. Neste contexto, além da invasão dos animais (bovinos e caprinos), a caça é um importante foco de conflitos entre os povoados e a administração do Parque, como já observamos em nossa análise sobre a caça. José, segurança do IBAMA e morador do povoado de São João Vermelho, nos explica que a caça é proibida independentemente da criação do Parque, por tratar-se de uma Lei Federal:

“Tivesse Parque não tivesse parque ia ser proibido do mesmo jeito. A diferença é a oportunidade de explicar as coisas, não chegar proibindo, brigando, impondo poder” (José, 30 anos. São João Vermelho).

Sobre os conflitos entre a proibição da caça e os moradores do povoado:

“Aqui sempre teve reunião, o pessoal é que não vai. (...) Nada lá pode pisar, mas aqui já fizeram muita coisa mal feita, bater em gente, amarrar, matar gado e enterrar, já foi uma confusão essa história aqui. Pois é, por isso que o pessoal daqui é contra o Parque” (Dete, 50 anos. Cambraia).

“Pra mim o Parque é uma miséria. Sou muito perseguido aqui, sou culpado de tudo. Eu não quero nem papo. Pra mim é tudo péssimo. Pode ser bom pra quem quiser, mas pra mim é tudo péssimo. Daqui

pra lá é mais ou menos um quilômetro. Eu só não vivo bem aqui porque vivo em cativo. Condição de criar preso aqui não tem porque não chove. Então aqui a gente tá se acabando, vendendo o pouco que a gente tem porque não pode criar por causa do Parque. (...) trabalho não tem porque não chove. O nordeste tem muito pobre, quer dizer, nós aqui não podemos comprar um quilo de carne no açougue, a gente ia no mato aí e pegava o tatu. Hoje a gente não tem licença nem pra ir na roça. Num tempo desses os guardas da Niéde invadiram aqui, entraram armado, mais ou menos umas quatro horas, pegaram as crianças aí meio dormindo. Quando fui ver o que acontecia me empurraram com o cano da arma. Afrontamento essa coisa toda” (Severino, 80 anos. Cambraia).

Na família de Severino ninguém trabalha nas atividades relacionadas ao Parque. Inclusive alimentam a opinião de que aqueles moradores do povoado que são integrados no corpo de funcionários da Fundação passam a representar os interesses da mesma, e por isso, entram em conflito com os interesses do povoado. Outra família do povoado de Cambraia nos apresenta uma perspectiva diferente onde, apesar de ter suas roças desapropriadas, o emprego na guarita do Parque trouxe certo conformismo e entendimento da situação:

“Ela só pegou a terra, papai entregou a escritura e ficou por isso mesmo, a gente nunca foi atrás da indenização. A gente fica esperando. Ver o que a Dra faz, se indeniza, se não.

(pergunto se desde a criação do Parque mudou o modo de vida)

mudou que agora eu tô trabalhando, ganhando um dinheirinho. A gente tem que sobreviver...não é muito mas é melhor do que não ganhar.

(sobre a implantação do Parque)

Sempre tinha reunião, vinha médico bom do Rio de Janeiro, mas aí acabou. A Niéde nunca trouxe nada de ruim. Quem tem raiva dela é o povo que vivia só do mato pra fazer comércio. Se não fosse ela hoje aqui não se achava nenhum preá, acabava tudo. Se não tivesse o Parque o povo não ia mais nem saber o que é uma caça porque o que vai nascendo eles vão matando tudo até acabar. Agora com a vigilância...” (Maria, 50 anos. Cambraia)

Mário(60 anos. Santo Inácio) reconhece o trabalho da preservação dos animais,

“se não tinha a preservação você hoje não encontrava mais nada. se os guardas fossem muito fáceis o povo não deixava de caçar...tem coisa que não é certa não, tem gente que abusa do poder sim, mas tem outras que eu acho que é certo.”

e aponta às formas assistenciais disponíveis ao trabalhador rural de hoje, seja por meio do Governo Federal, seja pelo Parque (reconhecida na pessoa de Niéde). Fala dos investimentos e alternativas possíveis, como a compra de animais e o plantio com recursos do banco. Todas essas ferramentas de sobrevivência econômica dependem de informação.

Diante das informações obtidas e do contexto observado percebemos, nestes povoados, um foco importante dos conflitos entre os usos do território e sua gestão. Devido ao traçado do Parque essas populações percebem-se cercadas pelo sistema de normas que regem este território. A restrição ao acesso às informações e aos benefícios da infra-estrutura trazida aos povoados considerados mais turísticos aparece como obstáculo às alternativas de sobrevivência. Na dificuldade do cultivo das roças e da criação de animais, a escassez de recursos à sua reprodução cultural mostra-se alarmante.

Município de Brejo do Piauí: Povoados de Angical e Alegre

No traçado inicial do PNSC o povoado do Zabelê era o único dentro dos limites da unidade. Nas redefinições da área o povoado Angical foi então incorporado. Este povoado encontra-se nos limites do Município de Brejo do Piauí, criado em 1994, fruto do desmembramento do município de Canto do Buriti.

Utilizamos, como ferramenta metodológica, associar o povoado de Angical à pesquisa referente ao povoado de Alegre, como se este constasse do município de Brejo do Piauí, apesar de Alegre estar, no traçado oficial, dentro dos limites do município de João Costa. Esta associação foi reforçada pelos dados e observações da

pesquisa de campo que nos apresentou os povoados de Alegre e Angical como intimamente ligados. Isto devido à proximidade e ao fato de que, uma vez dentro dos limites do PNSC a quase totalidade dos moradores do povoado de Angical migraram para o Alegre, sendo que alguns ainda mantêm naquele suas roças. A localização espacial destes povoados pode ser conferida na Figura 6.7. A Figura 6.8 apresenta um panorama do povoado do Alegre.

Como observado no diálogo de Almeida e Lucas (75 anos. Alegre) na questão das indenizações do Zabelê: *“E nós aqui somos donos, temos documento e tá uma coisa mais difícil”* percebemos que os os moradores do Angical possuem a titulação das terras – ver Figura 6.9 e, enquanto não são reassentadas sofrem o processo de normatização de suas práticas econômicas e simbólicas ou migram.

“Rapaz, meu lado aqui só é ruim. Eu to com 20 anos que esse Parque chegou aqui e depois dele eu não faço nada das minhas coisas aqui. Só não passo fome porque eu tinha gado tinha as coisas e andei vendendo tudo. Tive que vender, porque não posso criar aqui. Não posso fazer uma roça, tem dia que eu fico ruim porque não tenho mais meu trabalho (...) Nós não pode mais fazer roça e não pode criar. Não pode é colocar mais roça que o Ibama não deixa. E eu gosto de trabalhar, muito, e não posso fazer mais nada” (Zito, 75 anos. Angical).

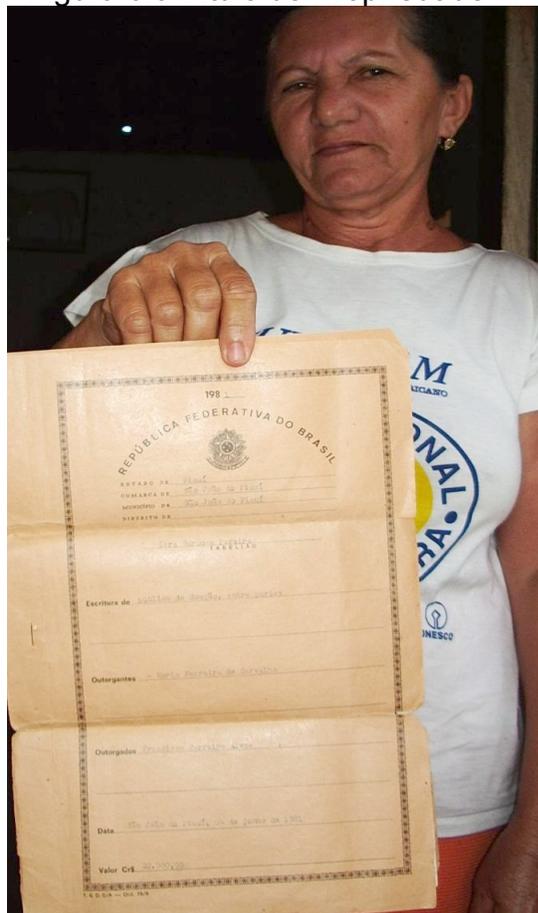
“E a gente vive aqui vigiado pelos guardas e não pode trabalhar. Eles pensavam que nós somos posseiros, e não somos, somos proprietários. (...) Se a gente tira madeira pra concertar a roça eles vem chiar na gente, acha ruim, vem fiscalizar(...) Ninguém quer morar dentro do Parque né? Então se indenizar nós saímos”(Odila, 70 anos, Angical)

Figura 6.7 Localização dos povoados de Angical e Alegre



Fonte: AFONSO, Marcelo. IBAMA: São Raimundo Nonato, 2006. Adaptado

Figura 6.9 Título de Propriedade



Fonte: Pesquisa de campo, 2006. Foto: Claudia Levy

Figura 6.8 Panorama do povoado Alegre



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

A FUMDHAM não pode, a exemplo do que fez no processo de expropriação do Zabelê, indenizar os proprietários do Angical somente pelas benfeitorias, por estes serem portadores de escritura, não podendo, nestes casos, resolver a questão da terra. Apenas uma unidade familiar ainda persiste morando no Angical e por esta fomos recebidos. Apresentaram-nos a escritura e registro de suas terras e afirmaram que enquanto não fossem indenizados não as abandonariam, apesar de sentirem falta da vida em comunidade que tinham antes da chegada do Parque, de trabalhar nas roças. Observamos que não só o impedimento de exercer suas atividades, mas o ócio traz a estas pessoas uma certa melancolia. Vemos a importância do trabalho na bagagem cultural dessas pessoas, assim como em sua auto-estima.

No povoado de Alegre, nossa entrevista concentrou-se na casa de um desses moradores e no decorrer da conversa muitos outros foram chegando. Tivemos também outras conversas nucleares. Em geral a percepção foi de uma conscientização quanto à preservação do meio ambiente, o que é relacionado às atividades de educação do NAC que funcionava naquele povoado. Neste momento abordou-se também a produtividade daquelas terras do Angical. A relação com o Parque parece ser mais harmoniosa, pois entendem que é imposição de uma Lei Federal, assim como a proibição da caça. A estrada que liga o povoado à rodovia PI – 140 e feita pelos moradores, ainda pode ser utilizada, sendo a FUMDHAM responsável pela manutenção. Um caso de uso de poder na repressão à caça é relatado pelos moradores e, assim como aquele do Cambraia, é recente, entre os anos de 2004 e 2005. Da mesma maneira, os moradores, que não sabem diferenciar os guardas e ações entre IBAMA e FUMDHAM, atribuem à diretoria da FUMDHAM, ou especificamente, *aos guardas da Niéde*, as ações de repressão.

Município de Coronel José Dias: Povoados do Sítio do Mocó e Barreirinho

O Município de Coronel José Dias é resultado de um desmembramento de São Raimundo Nonato, ocorrido em 1992. Cerca de 32% de sua área territorial é pertencente à área de preservação. É constituído por cerca de 25 povoados onde

alguns são formados por uma ou duas casas apenas. Destes, os que mais possuem residências, depois da sede do Município com 156 unidades, são: Sítio do Mocó: 64, Barreirinho:18, Maquiné:16 e Lagoinha:15 (Pessis, 1998:42).

Os povoados de Barreirinho e Sítio do Mocó são os mais próximos aos limites do Parque, e portanto, os que mais são influenciados pelas intervenções de sua gestão. Nestes foram construídos NACs que, assim como os outros, estão hoje desativados. Devido à maior proximidade com a sede do município de São Raimundo Nonato, estes povoados são hoje as principais portas de entradas ao turismo no Parque.

No Barreirinho está a Cerâmica Serra da Capivara, uma estrutura construída pela FUMDHAM, que também capacitou a mão de obra local para a produção de cerâmicas, uma atividade que tem como base a confecção artesanal de telhas de barro, prática que já era anteriormente desenvolvida neste povoado. Junto à cerâmica também foi construído um alojamento e ambos os empreendimentos estão hoje arrendados. A mudança no modo de vida dos moradores do Barreirinho deve-se tanto à criação do município de Coronel José Dias, quanto às atividades da cerâmica. As atividades relacionadas ao turismo concentram-se na temporada do Festival Interartes e em alguns poucos turistas que procuram o alojamento, já que a presença de guias ou de meios de acesso ao Barreirinho é mais difícil em relação ao Sítio do Mocó.

O Sítio do Mocó, distante 12 km da sede de Coronel José Dias, foi o que mais recebeu atenção da administração do PNSC. As atividades de apoio à comunidade, desenvolvidas pela FUMDHAM, foram realizadas em cooperação técnica com o Governo da Itália. Neste povoado foi implantado o primeiro Núcleo de Apoio à Comunidade - NAC, com escola, posto de saúde e ensino de artes e educação ambiental, e que foi motivo também de certa aglutinação de construção das casas do povoado em torno do NAC (Pessis, 1998:43). A implantação do PNSC trouxe, além de uma reorganização espacial do povoado, a alternativa de práticas econômicas aos seus habitantes, além da base educacional e assistencial por meio do NAC. Dois poços de água foram perfurados e construída uma lavanderia para que as mulheres não poluissem a água dos caldeirões ao lavarem as roupas⁴⁹. Também por meio da

⁴⁹Abordamos a questão de construção desta infra-estrutura no capítulo segundo.

FUMDHAM foi construída uma pousada - que hoje está arrendada, e um restaurante comunitário.

O Sítio do Mocó é passagem obrigatória para a principal entrada turística do Parque. Uma entrada de acesso sai da BR-020 passando pelo Povoado do Mocó até a guarita do Baixão da Pedra Furada - BPF, onde localiza-se o centro de visitantes do Parque com lojinha de souvenirs, lanchonete e demais facilidades que dinamizam a atividade turística naquela região. A capacitação e demais subsídios para a prática da apicultura, e outras atividades relacionadas mais diretamente ao Parque, como o trabalho na escavação, na conservação, na vigilância, na condução de turistas e no centro de visitantes são responsáveis pela melhor receptividade das territorialidades do Parque por aquele povoado.

“Existe uma forte expectativa de que o povoado do Sítio do Mocó se torne uma cidade importante, com todos os serviços básicos e que possa oferecê-los aos turistas que visitam, de forma crescente o Parque Nacional” (Pessis, 1998:79).

Morador do Sítio do Mocó, Zeca (40 anos) trabalha na escavação de sítios arqueológicos, junto à equipe de pesquisadores da FUMDHAM. Sua rotina de trabalho tem início na madrugada de segunda-feira, quando um carro da FUMDHAM busca os funcionários nos povoados e estes ficam acampados no interior do parque até sexta-feira quando são levados de volta às suas casas. Ele nos fala sobre as mudanças trazidas com o PNSC:

“Os filhos agora têm outro meio de vida, têm educação. Quando não tem trabalho no Parque tem que procurar fora. Gosto de trabalhar na escavação, já tenho muita experiência. Pois é, eu trabalho com gesso, com esqueleto da megafauna. Sei escavar e engessar pra levar pro laboratório. Aprendi mesmo no trabalho. Teve um rapaz da França que deu um curso no Museu, mas aprendi mesmo na prática”

Mauro (40 anos), é também morador do Sítio do Mocó mas não trabalha diretamente para o Parque. Vê no turismo uma possibilidade de desenvolvimento de

seu povoado e de distribuição de renda, apesar de considerar seus riscos como a violência, as drogas e até mesmo a exploração imobiliária, anunciada como uma possibilidade de descaracterização de seu povoado em decorrência da valorização turística. A questão do armazenamento de água é ponto crucial a qualquer atividade que se queira desenvolver nesta região. À época de nossa pesquisa o povoado estava sem reserva de água e por isso a hospedagem e alimentação dos turistas foram encerradas.

Mané (40 anos), também morador do Sítio do Mocó, trabalha na manutenção das estradas do interior do Parque. A dificuldade apresentada por Mané foi não só relatada por outros moradores do Sítio como comprovada em visita às roças do lugar: plantações são comidas e devastadas por animais que conseguem passar pelas cercas do Parque. Os moradores do povoado não podem tomar qualquer atitude pois tratam-se de animais silvestres sob vigilância do IBAMA e, com isso, colocariam em risco seu possível emprego como trabalhadores das atividades do Parque.

O Povoado do Sítio do Mocó é privilegiado pela acessibilidade e por estar na passagem à Guarita BPF – Baixão da Pedra Furada (Ver Figura 6.10), o que justifica a concentração de investimentos dos projetos da gestão do Parque. Acresce-se a isso uma privilegiada paisagem (Ver Figura 6.11) e sua proximidade a São Raimundo Nonato. Apesar de os povoados de Barreirinho e Sítio do Mocó serem os pontos turísticos receptivos mais evidentes do PNSC, não foi observado um fluxo representativo de turistas nestes locais, quando da pesquisa de campo.

Figura 6.10 Localização dos povoados do Sítio do Mocó e Barreirinho



Fonte: AFONSO, Marcelo. IBAMA: São Raimundo Nonato, 2006. Adaptado

Figura 6.11 Paisagem do Sítio do Mocó – vista do Cruzeiro



Fonte: Pesquisa de campo, 2006. Foto: Claudia Levy

A localização da pesquisa nos povoados evidencia, através das particularidades com que os conflitos locais se estabelecem e manifestam, a importância dos usos do território para a reprodução prática e simbólica destas populações. A iminência das indenizações em todos os povoados estudados, mas em especial no Alegre, demonstra que esta situação altera não só o modo de vida por meio das normas sobre as práticas materiais, mas também todo um ritmo de vida local: *“a necessidade de deter um controle significativo sobre o seu espaço vivido é, para a coletividade, decisivo”* (Souza, 2000: 111). A Figura 6.12 ilustra o esvaziamento deste território.

O processo ocorrido com o povoado Zabelê de expropriação, indenização por benfeitorias e posterior assentamento é referência ao estudo destas questões, a exemplo do que Diegues assinala: *“A expulsão de suas terras implica a impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de uma determinada cultura...”* (Diegues, 1996:145). Por outro lado, a normatização dos usos do território, assim como a inserção de novos usos altera profundamente a relação sócio-espacial:

“consideram seu território, após a criação do parque como pertencente à polícia florestal ou aos administradores do parque” (Diegues, 1996:146).

A reprodução social destas populações encontrava-se vinculada à apropriação das diversas possibilidades oferecidas pelo ecossistema, combinando práticas agrícolas à caça, até que a valorização comercial desta e o sentimento de expropriação levasse à exploração desenfreada dos recursos (Moraes, 2000). O mesmo processo está sendo observado no Parque Nacional Serra das Confusões, vizinho à Capivara onde, *“logo que foi anunciada a criação do Parque Nacional da Serra das Confusões, em 1998, começou o contrabando das chamadas madeiras de lei”* (Landim, 2005:06).

Em relação aos outros povoados, os povoados estudados no município de João Costa - São João Vermelho, Cambraia e vila de Santo Inácio - vivem uma situação mais instável. Esta tem suas causas encontradas no desenrolar de uma normatização mais conflituosa que, por sua vez, é agravada pelo traçado do Parque. Associadas a esses conflitos, estão as ferramentas de gestão deste território que, por meio da

emergência de alternativas econômicas e das demais tentativas de aproximação institucional aos grupos locais, promovem algumas soluções de interlocução entre as territorialidades instituídas, como observado nos povoados de Sítio do Mocó e Barreirinho.

Figura 6.12 Casa de ex-morador do PNSC



Fonte: Pesquisa de campo, 2006.
Foto: Claudia Levy

Conclusão

A noção de *território usado* (Santos *et al*, 2000), base material e simbólica das ações humanas, no ajuda a compreender o processo de sua institucionalização no contexto aqui pesquisado de patrimonialização da natureza. Esta, inscreve-se nas territorialidades pré-existentes por meio de um sistema de normas e de acordo com interesses das distintas escalas do poder. As verticalidades e as horizontalidades compõem o campo de conflitos entre a gestão e os usos deste território, refletindo as suas dimensões política, econômica, cultural e ambiental.

Analizamos também a patrimonialização da história e da cultura nos sítios arqueológicos e pinturas rupestres no sudeste do Piauí que, no contexto do movimento ambientalista, utilizou-se da valorização da biodiversidade, por meio da criação do Parque Nacional da Serra da Capivara, para inscrever suas territorialidades. A pesquisa analisou os conflitos decorrentes da institucionalização do Parque, tendo como referencial o Decreto de sua criação, periodização fundamental à sua contextualização. Isto porque, enquanto campo de relações sociais, o território apresenta-se fluido e interconexo, tendo como uma de suas características mais importantes sua historicidade (Haesbaert, 2004:82).

O patrimônio, movendo-se no sentido de uma demanda global dominante, determina um espaço intermediado pela técnica, na forma de instrumento de poder (Santos, 2001). Ao normatizar o espaço e definir os usos do território, impõe à sociedade a coexistência com territorialidades particulares, que se estabelecem como relações de poder (Andrade, 1998; Raffestin, 1993; Sack, 1986). Criado pelo poder político a patrimonialização do território conflitua com a formação sócio-espacial historicamente produzida, transformada em objeto de reivindicação de alguns grupos em detrimento das demandas de outros menos organizados. Assim, para estes antagonismos sociais, o patrimônio se posiciona, ao mesmo tempo, como instrumento e campo de lutas.

“não há turista, visitante, pesquisador ou jornalista que, ao chegar na região do PNSC não perceba,

de imediato, o conflito existente entre as instituições responsáveis pela administração do Parque – IBAMA e FUMDHAM – e os moradores das comunidades do entorno da reserva” (Castro, 2004:81).

A preocupação com as populações que vivem em áreas de reserva ambiental é relativamente nova no Brasil pois até pouco tempo, e ainda para os preservacionistas clássicos, *eram considerados casos de polícia* (Diegues, 1996:144). As relações entre os indivíduos e grupos resultam em conflitos principalmente devido à imperfeição do sistema de informações de seus agentes que, amparada pela superioridade relativa do poder institucional, subjuga a cultura daqueles politicamente fracos para uma interlocução.

Por outro lado, ferramentas à gestão normativa do patrimônio são colocadas, seja na proposta de novos modelos de gerenciamento, como as novas modalidades colocadas pelo SNUC, seja na intervenção daquelas já instituídas, como as reservas da Biosfera. Neste campo de possibilidades, os projetos de intervenção buscam alternativas econômicas para estas populações, de forma a aliar emancipação social com preservação do patrimônio. Se, por um lado, estas alternativas possibilitam a articulação e fortalecimento da localidade, por outro, permeiam as relações sócio-espaciais da lógica mercantilista nos múltiplos interesses de uso do território e as destituem de suas bases materiais e simbólicas.

O histórico de fundação da instituição - seja como Parque, por meio da FUMDHAM, ou anterior a este, pela Missão Franco-brasileira de pesquisas - e de sua valorização no âmbito nacional e internacional, está aliado ao histórico de sua fundadora, Niéde Guidon. Esta, como arqueóloga e pesquisadora, pelo seu esforço na institucionalização da área de preservação - quer seja do patrimônio arqueológico ou da biodiversidade -, e na viabilização estrutural do território e, em alguma medida, de seus grupos humanos, conquistou o mérito pelo que hoje representa o Parque Nacional da Serra da Capivara. Sua luta, enquanto gestora, foi o de prezar pela autonomia financeira, no contexto de uma política federal de incentivo à criação de unidades de conservação que, na prática, não fornece garantias ou meios à sua institucionalização.

Enquanto órgão gestor, e frente ao seu projeto maior de projeção, a FUMDHAM não se submeteu aos mecanismos de flexibilização, a exemplo dos Conselhos Consultivos (Art. 29 do SNUC 2000), trazendo de maneira vertical seus projetos de desenvolvimento. Estes mecanismos significariam a perda de um controle mais estrito do patrimônio que ajudou não somente a preservar, mas a construir, diante de uma elite política pouco interessada neste projeto. Diante disso, as atividades e investimentos relacionados ao turismo são a base da proposta de desenvolvimento colocada pela Fundação.

No entanto, o que vemos é a reprodução de um modelo estrito de autoritarismo administrativo, que determina no território suas porções de poder e decide pelas ações estruturais. Neste processo o Parque e sua administração ficam ilhados do apoio popular, assim como do respaldo político mais amplo, necessário como suporte ao seu empreendimento. A manutenção necessária à preservação do patrimônio, como o pagamento dos funcionários, do material, do andamento das pesquisas, da estrutura de preservação da fauna e da flora, das instalações turísticas e, principalmente, das indenizações referentes às desapropriações, congrega um montante que a renda decorrente do fluxo turístico ainda é incapaz de dar conta, principalmente porque não constitui um projeto consolidado.

Novamente o turismo define-se pela maneira em que é inscrito no território. Se por um lado defende os interesses, estritamente econômicos, de internacionalização do território, principalmente no modelo empresarial proposto pelo PNSC como recurso à autonomia financeira, chegando numa ação vertical que sujeita o local ao global; por outro, gera, nos grupos locais, uma expectativa de pulverização de oportunidades.

Os resultados da pesquisa indicam que o processo de patrimonialização do território, confrontando territorialidades locais e institucionais, ao mesmo tempo em que estabelece um campo de conflitos entre os usos do território e as práticas sócio-espaciais, também propicia o contato com um conjunto de idéias e valores que promove certa adaptação a novos signos. Isto fica claro nos recortes da pesquisa que analisam, por meio dos processos empreendidos e sofridos por verticalidades e horizontalidades, a importância das intervenções conservacionistas no que concerne à

salvaguarda, pesquisa e divulgação deste patrimônio. Ao mesmo tempo, estas ações, inseridas no contexto político local, podem atuar no sentido de assistir à educação destas populações, embora não facilite a organização das mesmas.

De acordo com isso, as propostas de desenvolvimento colocadas pela FUMDHAM (educação, cultura, apicultura, turismo, tecelagem e outros), objetos de intenso investimento em projetos e infra-estrutura, não tiveram seus objetivos consolidados. A natureza destes projetos não acompanhou os ritmos próprios para que estas populações absorvessem suas demandas estratégicas e identificassem suas potencialidades. Neste intuito, a perspectiva institucional precisa evoluir para a compreensão de formas de co-gestão mais sofisticadas, e identificar o papel de agentes intermediários entre as populações locais (Matos, 2002). Deve ainda promover a sondagem e encaminhamento de demandas locais legítimas, administrando não só seus interesses em relação ao patrimônio, mas também o intercâmbio harmônico entre estes e os das horizontalidades constituídas. Em todos os casos os sujeitos locais se verão,

“confrontados com necessidades que passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação” (Souza, 2000: 109)

O debate acerca da gestão traz na rigidez normativa dos Parques Nacionais o foco dos conflitos quanto aos usos do território. Isto porque a institucionalização social da organização espacial confere poderes à Instituição, conformando *territórios políticos* (Sack, 1980:62), processo este que posiciona as populações habitantes deste território no seio da questão. Desta forma, o campo de interesses percebido no processo de expropriação, a exemplo do ocorrido no povoado Zabelê, assim como a relação de poder, representada pelas técnicas normativas nos casos dos povoados de Angical e Cambraia, trazem o encaminhamento acerca dos instrumentos de gestão que, se por um lado privilegiam os povoados de interesse turístico – Sítio do Mocó e Barreirinho –, gerando mais postos de trabalho, multiplicam nos demais os aspectos negativos desta patrimonialização do território.

Dentro da problemática exposta e, no intuito de cumprir com os objetivos desta pesquisa, procurou-se identificar o campo dos conflitos estabelecidos com a patrimonialização do território, e que ameaçam a preservação do patrimônio material e simbólico. Dentro desta proposta, e das limitações de uma pesquisa científica, esperamos ter contribuído não só no sentido de esclarecer os processos das horizontalidades e das verticalidades nos usos e gestão do território, quanto no de apontar, nesta complexidade, as possibilidades de uma convivência harmônica de territorialidades.

Fica ainda a ser observado como se comportará o projeto de desenvolvimento do turismo. Outras perspectivas que podem ser aprofundadas em estudos futuros concernem ao posicionamento institucional na política de gestão do território, quanto ao processo de expropriação e reassentamento do povoado Zabelê, sobre as transformações sociais decorrentes e sobre as mudanças no traçado do Parque com a aquisição de terras por parte da FUMDHAM. A questão de gênero que emerge com as intervenções proporcionadas pelas ferramentas de gestão é uma outra possibilidade de análise acerca da densidade das transformações sócio-espaciais provocadas pelo processo de patrimonialização.

Bibliografia

- ACSELRAD, Henri. *O Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia e o panoptismo imperfeito*. In: CADERNOS IPPUR/UFRJ. *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v15, n 2 ago/dez. 2001
- _____. *Sustentabilidade e território*. *Ciência Hoje* 34,200. Pp41-45. Dez 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (org). *Território: Globalização e fragmentação*. 4ª. ed – São Paulo: Hucitec, 1998. 213-220
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Antropologia: Conceitos e Abordagens*. Fascículo 2; Ed. UFMT: Cuiabá, 1995.
- BONFIM Washington Luís de Sousa; SILVA, Irismar Nascimento da. *Instituições políticas, cidadania e participação: a mudança social ainda é possível?*. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acesso em: 23 de agosto de 2005.
- BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume:Fapesp, 2ª. ed. 2003.
- BRASIL - MICT/MMA. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. 1994
- CARNEIRO, Maria José. *Ruralidades: novas identidades em construção*. Estudos sociedade e agricultura. UFRRJ, nº 11 out. 1998a.
- _____. *Camponeses Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa livraria. 1998B
- CARVALHO, José Otamar. *Environment and Population in the Semiarid Northeast* In: HOGAN, Daniel Joseph; BERQUÓ, Elza and COSTA, Heloisa S. M. (eds.) *Population and Environment in Brazil: Rio +10*. Campinas: CNPD, ABEP, NEPO, 2002.
- CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: Velho, Gilberto. *Antropologia Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 80-87.
- CASTRO, Edna. *Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais* In: DIEGUES, Antonio Carlos S.(org.) *Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da Natureza*. Hucitec, São Paulo:2000.

- CASTRO, Iná Elias de. *Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste*. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
-
- _____. *Seca versus seca. Novos Interesses, Novos Territórios, Novos Discursos no Nordeste*. In: Castro et al (org) *Brasil, questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- CASTRO, Sadia Gonçalves de. Os caçadores da Serra da Capivara e a face cruel da Educação Ambiental. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2004.
- CAVALCANTI, Josefa Salete B. *Globalização e Ruralidade* In: WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.
- CHOAY, Françoise (1982). *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- COSTA, José Pedro de Oliveira. *Patrimônio Natural e Estatuto de Tombamento: reflexões sobre a estratégia de preservação*. RPHAN - Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Publicação da Fundação Pró-memória, vinculada ao SPHAN, Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, n. 21: 1986, pp. 21-25.
- CRUZ, Rita de Cássia. *Política de Turismo e Território*. 2º ed – São Paulo: Contexto, 2001.
- CUNHA, Euclides da, 1866-1909. *Os Sertões*. 2 ed. São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1975.
- DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. *A história da proteção: paradoxo do passado e desafios do futuro*. In: TERBORGH, John; SCHAİK, Carel Van (et al) (orgs.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Ed. da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. 52-73
- D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Turismo em parques nacionais. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.) *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *O Patrimônio Natural no Brasil*. IPHAN, Ministério da Cultura, Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<https://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>>, [acesso em 13 de Janeiro de 2006], 20p's.

- DIEGUES, Antonio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras: USP, 1994
- _____. *O mito do paraíso desabitado*. RPHAN, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n.24, pp. 141 – 151: 1996.
- _____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos
In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Hucitec/NUPAUB, São Paulo: 2000, pp 01- 46.
- DOCTV. *Capivara*. Ministério da Cultura – Secretaria do Audiovisual, 2005.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura : ensaios de antropologia*. São Paulo : Cosac Naify, 2004. pp 131-181
- EMPERAIRE, Laure. *La caatinga du sud-est du Piauí (Brésil): étude ethnobotanique*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations. Mémoire n°21, c1983.
- FARIA, Diomira Maria Cicci P; WHITING, Sandra S. *Avaliação dos Aspectos Ambientais e Sócio-Econômicos do PRODETUR I*. Banco Inter-Americano de Desenvolvimento: Washington D.C., agosto de 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ:IPHAN, 1997.
- FOLADORI, Guillermo and TAKS, Javier. *Um olhar antropológico sobre a questão ambiental*. Mana, Oct. 2004, vol.10, no.2, p.323-348.
- FUMDHAM; IBAMA (diversos autores) *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara*. Brasília, 1994.
- _____. (diversos autores). *Parque Nacional da Serra da Capivara*. FUMDHAM, 1998.
- _____. Fundação Museu do Homem Americano e Mission Archéologique et Paléontologique du Piauí. *Trilhas da Capivara*. São Raimundo Nonato:1998.
- _____. *Relatório Brasília*. FUMDHAM: 2005.
- GARRIDO, Inez Maria Dantas Amor. Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, clusters e redes. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.
- GEIGER, Pedro. Des-territorialização e espacialização. **In:** SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (org). *Território: Globalização e fragmentação*. 4ª. ed – São Paulo: Hucitec, 1998. 233-246.

- GEORGE, Pierre. *Os métodos da geografia*. 2 ed. Difusão Editorial, 1986.
- GERAQUE, Eduardo Augusto. *As ricas caatingas*. Scientific American Brasil, junho 2004.
- GODÓI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. *O sistema do lugar: história, território e memória no sertão*. In: Niemayer, Ana Maria de e Godói, Emília Pietrafesa (orgs.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.
- _____. *O trabalho da memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia – IFCH, Unicamp:1993. Arquivo FUMDHAM.
- _____. *I Relatório de Pesquisa de Campo. Vida Cotidiana e Reprodução Camponesa no Sertão: um estudo de caso*. 1986. Arquivo FUMDHAM.
- GOMES, Denise Maria Cavalcanti. *Turismo e museus: um potencial a explorar*. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.) *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001
- Grupo de Trabalho Interministerial para redelimitação do semi-árido nordestino e do Polígono das Secas. *Relatório Final*. Ministério da Integração Nacional: Brasília, janeiro de 2005. www.mi.gov.br.
- GUIDON, Niéde; PESSIS, Anne-Marie; OLMOS, Fabio; EMPERAIRE, Laure et al. *Parque Nacional da Serra da Capivara*. FUMDHAM: São Raimundo Nonato, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. *Região, diversidade territorial e globalização*. In: GEOgraphia – Revista da pós-graduação em geografia. Departamento de geografia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Ano 1, n° 1, junho 1999.
- _____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 35-98.
- HAUFF, Shirley Noely. *Relações entre comunidades rurais locais e administrações de Parques no Brasil: subsídios ao estabelecimento das zonas de amortecimento*. Tese de doutorado em engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba:2004.
- _____. *Percepção de comunidades rurais sobre a implantação de Unidade de Conservação: subsídios para estabelecer zonas de amortecimento*. Revista *Natureza & Conservação* vol2 n°2, outubro de 2004b pp32-47.
- HOGAN, Daniel Joseph. *A relação entre população e meio ambiente: desafios para a demografia*. Pp 21-52 In: H Torres e H Costa (orgs.), *População e Meio Ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Senac, 2000.

- IBAMA. *Dados sobre caçadores*. Levantamento sobre caçadas na UC e entorno - de 05/2000 a 23/10/2.003. São Raimundo Nonato.
- LAGE, Beatriz H. G.; MILONE, Paulo. *Economia do Turismo*. São Paulo: Atlas, 7^a.ed, 2001.
- LANDIM, Paes. *Niéde Guidon*. Discurso proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 12.12.2004. Departamento de Apoio Parlamentar, Coordenação de Serviços Gráficos: Brasília, 2005.
- LARAIA, Roque de Barros (1986). *Cultura: um conceito antropológico*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1999.
- LATOUR, Bruno (et al). *Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas*. In: Araújo, Hermetes (org.) *Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- LEVY, Claudia. *Gestão e Desenvolvimento Local Integrado: A preservação do patrimônio e a inclusão das comunidades tradicionais na região dos Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões -Piauí*. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação *latu-sensu* em Economia do Turismo. Universidade de São Paulo:USP, 2004.
- LUCHIARI, Maria Tereza D.P. E SERRANO, Célia. (Eco) turismo e Meio Ambiente no Brasil: Territorialidades e Contradições. In: Análises regionais e globais do turismo brasileiro / editor Luiz Gonzaga Godoi Trigo; co-editores Alexandre Panosso Netto, Mariana Aldrigui Carvalho, Paulo dos Santos Pires. - São Paulo: Roca, 2005.
- _____. A mercantilização das paisagens naturais (pp. 25-41) In: Bruhns H.T. & Gutierrez G.L. (Orgs.) *Enfoques contemporâneos do lúdico* (III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade), Editora Autores Associados, Unicamp, Campinas, S.P. 2002.
- _____. *A (Re) significação da Paisagem no Período Contemporâneo* In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) *Paisagem Imaginário e Espaço*. Ed. UERJ: 2001.
- _____. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. (pp. 35-43) In: *Turismo em análise*, ECA/USP, V.11, N.01, S.P. 2000.
- MARCEAU, Danielle J. *The scale issue in social and natural sciences.*, University of Montreal, Department of Geography. *Canadian Journal of Remote Sens.* 1999. Vol 25, No. 4: 347.
- MATOS, Aécio Gomes de. *Desenvolvimento Humano, Pobreza Rural e Inclusão Social*. Portal NEAD, novembro de 2002. acessado em janeiro de 2006 <http://biblioteca.nead.org.br>.

- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os "usos culturais da cultura": Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.) *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. 2a ed. Hucitec: São Paulo, 1999.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Plano nacional de áreas protegidas - PNAP*. Brasília: pps91, 2006 disponível em <<http://www.mma.gov.br/planoap.pdf>> acessado em 24 de março de 2006.
- _____; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Diretoria de Ecossistemas. *Termo de Pareceria nº 01/04*. Documento consultado em versão impressa na sede do IBAMA em São Raimundo Nonato/PI, 2004.
- _____. *Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Caatinga*. Relatório Workshop Caatinga, pps 36, 2002.
- MINISTÉRIO DO TURISMO – Mtur. Plano Nacional de Turismo – Plantur 1992. acessado em www.turismo.gov.br
- MORAES, Maria Dione de Carvalho de. *Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 2000.
- MORAIS, José Luiz de. A arqueologia e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.) *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MORRIS, Desmond. *O Macaco Nu*. Círculo do Livro S.A.: São Paulo, 1967.
- MOSCOVICI, Serge. *Sociedade contra natureza*. Petrópolis: Vozes, 1975. pp 01-169.
- PESSIS, Anne-Marie. *Parque Nacional da Serra da Capivara – Preservação: Uma nova estratégia de desenvolvimento pp 190-218*. Revista do ICOMOS/Brasil – patrimônio natural e arqueológico da humanidade. Salvador: 2000, 318 p
- _____. *Parque Nacional da Serra da Capivara: Perfil Socioeconômico. Área de Preservação Permanente, Município de Coronel José Dias e São Raimundo Nonato*. FUMDHAM – SUDENE: Recife, 1998.
- POMPA, Maria Cristina. *O Parque Nacional da Serra da Capivara: um drama social*. Campinas: 1987. Mimeografado.
- _____. *Relazione Sulla Prima Missione di Ricerca Nel Município di São Raimundo Nonato: Spunti di Riflessione per uma ricerca storico-religiosa*. 04/01/1986 – 06/02/1986: Arquivo FUMDHAM.

- RABAHY, Wilson Abrahão. *Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- RAFFESTIN, Claude (1980). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática:1993
- RIBEIRO, Gustavo L.; BARROS, Flávia L. de. *A corrida por paisagens autênticas: Turismo, Meio Ambiente e Subjetividade na contemporaneidade*. Revista Humanidades: Brasília, 1994.
- RODRIGUES, Marly. *O patrimônio histórico e o turismo*. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.) *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- RPHAN, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mesa Redonda: Patrimônio Natural*. Rio de Janeiro, n.22, pp 217 – 232: 1987.
- SACK, Robert David. *Conceptions of Space in Social Thought: A Geographic Perspective*. Cambridge Studies in Historical Geography: Cambridge University Press; England: 1980.
- _____. *Human Territoriality: Its theory and history*. Cambridge Studies in Historical Geography: Cambridge University Press; England: 1986.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001. pgs 1 a 53; 93 a 103 e 247 a 258.
- _____. *et al.* O papel ativo da geografia: um manifesto. Estudos Territoriais brasileiros - Laboplan. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. XII Encontro Nacional de Geógrafos: Florianópolis, Julho de 2000.
- _____. *O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise*. In: CADERNOS IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, Ano XIII, N°2,1999,p15-26.
- _____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (org). *Território: Globalização e fragmentação*. 4ª. ed – São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. *Espaço e Método*. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. *Da política dos Estados à política das empresas*. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte, 1997 a .
- _____. *A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar*. Anales de geografia n15. Universidade Complutense de Madrid: 1995; 695-705.
- Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. *Nova Delimitação do Semi-árido Brasileiro*. Ministério da Integração Nacional. www.mi.gov.br.

SECTMA - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. *Cenários para o Bioma Caatinga*. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, Recife: 2004.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente In: SERRANO; BRUHNS, Heloísa Turnini (orgs.). *Viagens à natureza: turismo, Cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

_____. A educação pelas pedras: uma introdução In: SERRANO (org.) *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000.

SILVA, Irismar Nascimento da Silva e BONFIM, Washington Luís de Souza. *Instituições políticas, Cidadania e Participação: A mudança social ainda é possível?* Revista Sociologia Política, Curitiba, 21, p.109-123, nov.2003.

SILVA, José Maria Cardoso; TABARELLI, Marcelo; FONSECA, Mônica Tavares da; LINS, Livia Vanucci (orgs.). *Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente: Universidade Federal de Pernambuco, 2004. 382p.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Palestra do dia 20.10.2005, a convite do CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH/Unicamp sob o título: *Senhores da Terra: donos do Mundo*

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2ª ed, 2000.

TERBORGH, John. Superando os impedimentos para a conservação. In: TERBORGH, John; SCHAİK, Carel Van (et al) (orgs.). Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. 267-273.

_____; VAN SCHAİK, Carel. Para que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, John; SCHAİK, Carel Van (et al) (orgs.). Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. 25-36

TIRAPELI, Percival. *Patrimônios da Humanidade no Brasil: world heritage sites in Brazil*. São Paulo: Metalivros, 2000. 287p

VAINER, Carlos Bernardo. *As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?* In: CADERNOS IPPUR/UFRJ. *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v15 n.2 ago/dez.2001/v. 16n. 1 jan./jul. 2002.

- VAN SCHAİK, Carel; RIJKSEN. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento. In: TERBORGH, John; SCHAİK, Carel Van (et al) (orgs.). Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. 35-71
- WANDERLEY, Maria de Nazaré B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo*. Estudos Sociedade e Agricultura. Pp 87-145. nº15. Out.2000.
- XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro. *A natureza no patrimônio cultural do Brasil*. RPHAN, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n.22, pp233 – 235: 1987

Documentos da legislação brasileira

- Banco do Nordeste. Visão Geral Prodetur. www.bancodonordeste.gov.br/prodetur acessado em outubro de 2005.
- Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- Lei nº 3.92426 de julho de 1961. Dispõe sobre os Monumentos arqueológicos e pré-históricos.
- Lei nº 5.197, de 3 de janeiro 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/lei_5197_67.pdf> acessado em 29 de março de 2006.
- Decreto n.º 83.548 de 5 de junho de 1979. Cria, no Estado do Piauí, o Parque Nacional da Serra da Capivara. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/docleg/35/dec83548.htm>> acessado em mar.
- Decreto nº. 84.017 de 21 de setembro de 1979. Estabelece o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/legislacao/coletanea/dec84017.htm>> acessado em março de 2006.
- Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispões sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e seus mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- Lei Nº. 9.985 de 18 de julho de 2000. D.O. de 19.4.2000. Cria o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/portsbfdapleisnuc.html>> acessado em fevereiro de 2006. 23p
- Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em <www.mma.gov.br/port.sbf.dap.doc.regulamenta> acessado em fevereiro de 2006. 09p

ANEXO I

Questões norteadoras para as entrevistas nos povoados

- Onde morava antes da criação do PNSC?
- O que a criação do PNSC influenciou em seu modo de vida?
- O que seria da região hoje se o PNSC não tivesse sido institucionalizado?
- Como o PNSC influencia na organização do povoado?

Questões norteadoras para a entrevista à Diretora da FUMDHAM – Dra. Niéde Guidon

- Quantos funcionários a FUMDHAM emprega? Dentre estes quanto são moradores da área do entorno, quantos são ex-moradores?
- Como foi o processo de institucionalização do Parque?
- Como é dada esta “gestão de territorialidades”? - questão das cercas que definem o território.
- Como se dá essa relação entre a FUMDHAM e os moradores da área do entorno?
- Como está estruturado este projeto de autonomia financeira baseado no turismo?
- Há alguma perspectiva de as obras do aeroporto logo serem concluídas?
- Qual é o perfil do fluxo de turistas do Parque? Têm um perfil elitista?
- Quanto à infra-estrutura construída: qual a origem destes recursos?
- Como foi o processo de expropriação do Zabelê? E quanto às indenizações?
- Quais são os instrumentos da gestão quanto aos recursos financeiros para as atividades de conservação dos sítios de pinturas rupestres, e do funcionamento em geral?

- Qual a intervenção na gestão do patrimônio por este ser internacionalizado, por meio da UNESCO – Patrimônio da Humanidade - e da Reserva da Biosfera da Caatinga?
- Qual o apoio do governo brasileiro nas atividades de gestão do PNSC?

**Questões norteadoras para a entrevista à Diretora do
Escritório Técnico da 19ª Secretaria Regional Nacional do IPHAN
em São Raimundo Nonato – Cristiane Buco**

- Qual são os instrumentos de interferência/colaboração na gestão do patrimônio entre IPHAN e FUMDHAM?
- Qual a relação dos povoados com a patrimonialização da natureza e da cultura?
- Quanto aos NACs, qual sua colaboração para a educação patrimonial?
- Qual são os objetivos e perspectivas do Pró-arte e do Interartes quanto à gestão do patrimônio?

ANEXO II – Relação das entrevistas gravadas e transcritas

Local da entrevista	Referência utilizada
FUMDHAM	Niéde Guidon
Barreirinho	Antonio, 75
Barreirinho	Marta, 75
Sítio do Mocó	Felício, 90
Sítio do Mocó	Zeca, 40
Sítio do Mocó	Zeca, 40; João, 40; Mauro, 40; Pedro, 40 e Mané, 40
SRN – possuem terras no Assentamento Novo Zabelê	Ismael, 70 Paulo, 45
Santo Inácio	Mario, 60 Lázaro, 60
São João Vermelho	José, 30 Túlio, 30
Cambraia	Dete, 50
Cambraia	Severino, 80 Severino filho, 35
Cambraia	Henrique, 75
Cambraia	Reinaldo, 50
Cambraia	Maria, 50
Angical	Zito, 75; Odila, 70
Alegre	Almeida, 75 Gustavo, 30; Lucas, 75
Assentamento Novo Zabelê	Joana, 40
Assentamento Novo Zabelê	Feitosa, 75
IPHAN	Cristiane Buco